



Relatório de Atividades e Contas Consolidadas 2019

**Grupo Público
Universidade
do Minho**



Índice

I – MENSAGEM DO REITOR	12
II – ATIVIDADES DO GRUPO PÚBLICO UMINHO.....	17
1. GRUPO PÚBLICO UMINHO.....	18
1.1. Identificação do Grupo Público UMinho.....	18
1.2. Breve resumo das entidades consolidadas.....	19
1.2.1. Universidade do Minho	19
1.2.2. Serviços de Ação Social da Universidade do Minho.....	20
1.2.3. Associação Centro de Medicina P5.....	21
1.2.4. Associação Ciência Inovação e Saúde - Braga.....	22
1.2.5. Associação de Psicologia da Universidade do Minho	22
1.2.6. Centro para a Valorização de Resíduos.....	23
1.2.7. Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho	24
1.2.8. Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva	25
1.2.9. Instituto Confúcio.....	26
1.2.10. Centro Clínico Académico de Braga.....	27
1.2.11. Centro de Computação Gráfica	28
1.2.12. Instituto de Design de Guimarães.....	29
1.2.13. Casa de Sarmento	29
1.2.14. Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros.....	30
1.2.15. Centro Nanotecnologia Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes	31
III – RELATO FINANCEIRO	33
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	34
1.1. Enquadramento macroeconómico internacional.....	34
1.2. Enquadramento macroeconómico nacional.....	34
2. ANÁLISE ORÇAMENTAL, ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE GESTÃO CONSOLIDADA	35
2.1. Análise orçamental consolidada.....	35
2.1.1. Recebimentos e pagamentos consolidados	35
2.1.2. Direitos e obrigações consolidados	37
2.1.3. Principais indicadores orçamentais consolidados	38
2.2. Análise económica e financeira consolidada.....	39
2.2.1. Posição financeira: Balanço consolidado.....	39
2.2.1.1. Ativo consolidado.....	39
2.2.1.2. Património líquido consolidado	40
2.2.1.3. Passivo consolidado.....	40
2.2.2. Desempenho: Demonstração dos resultados por naturezas consolidada.....	41
2.2.2.1. Estrutura dos rendimentos consolidados	41
2.2.2.2. Estrutura dos gastos consolidados	42
2.2.3. Alterações na posição financeira: Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	43
2.2.4. Principais indicadores económicos e financeiros consolidados	44



2.3.	Análise de gestão consolidada	46
2.3.1.	Mapas da contabilidade de gestão consolidada	46
3.	Capacidade de endividamento	49
4.	Factos ocorridos após a data do balanço.....	49
5.	Obrigação de apresentação de contas consolidadas	50
6.	Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras	50
7.	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	51
7.1.	Demonstração consolidada do desempenho orçamental	51
7.2.	Demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas.....	52
7.3.	Anexo às demonstrações orçamentais consolidadas.....	53
8.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	54
8.1.	Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019.....	54
8.2.	Demonstração dos resultados por naturezas consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2019 55	
8.3.	Demonstração dos resultados por funções consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2019	56
8.4.	Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2019.....	57
8.5.	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro 2019	58
8.6.	Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.....	59
IV –	DOCUMENTOS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO	95
9.	Relatório e Parecer do Fiscal Único	96
10.	Certificação Legal das Contas Consolidadas	98



Índice de tabelas

Tabela 1 – Entidades do Grupo Público UMinho	18
Tabela 2 - Indicadores UMinho, em euros	20
Tabela 3 - Indicadores SASUM, em euros.....	21
Tabela 4 - Indicadores ACMP5, em euros.....	21
Tabela 5 - Indicadores B'ACIS, em euros.....	22
Tabela 6 - Indicadores APSI, em euros	23
Tabela 7 - Indicadores CVR, em euros.....	24
Tabela 8 - Indicadores TecMinho, em euros	25
Tabela 9 - Indicadores BLCS, em euros.....	26
Tabela 10 - Indicadores IC, em euros	27
Tabela 11 - Indicadores 2CA-Braga, em euros	27
Tabela 12 - Indicadores CCG, em euros	28
Tabela 13 - Indicadores IDEGUI, em euros	29
Tabela 14 - Indicadores CS, em euros.....	30
Tabela 15 - Indicadores PIEP, em euros	31
Tabela 16 - Indicadores CeNTI, em euros.....	31
Tabela 17 - Desagregação dos recebimentos consolidados	35
Tabela 18 - Desagregação dos pagamentos consolidados	36
Tabela 19 - Desagregação dos direitos consolidados	37
Tabela 20 - Desagregação das obrigações consolidadas	38
Tabela 21 - Indicadores orçamentais, em percentagem	39
Tabela 22 - Estrutura do ativo consolidado, em euros	39
Tabela 23 - Estrutura do património líquido consolidado, em euros.....	40
Tabela 24 - Estrutura do passivo consolidado	40
Tabela 25 - Estrutura dos resultados consolidados, em euros	41
Tabela 26 - Estrutura dos rendimentos consolidados, em euros.....	42
Tabela 27 - Estrutura dos gastos consolidados, em euros	43
Tabela 28 - Estrutura dos recebimentos e pagamentos consolidados	43
Tabela 29 - Resultados por centros, em euros	46
Tabela 30 - Rendimentos e gastos por aluno, em euros.....	47
Tabela 31 - Rendimentos e gastos por centro de atividade de investigação, em euros	47
Tabela 32 - Rendimentos e gastos de outros projetos, em euros.....	48
Tabela 33 - Resultados por atividades de apoio aos estudantes, em euros	49
Tabela 34 - Capacidade de endividamento, em euros.....	49
Tabela 35 - Desagregação de caixa e depósitos, em euros.....	61
Tabela 36 - Vida útil do ativo fixo tangível	61
Tabela 37 - Vida útil das propriedades de investimento.....	62
Tabela 38 - Vida útil do ativo intangível.....	62
Tabela 39 - Alterações retrospectivas, em euros.....	67



Tabela 40 - Ativos intangíveis – Variação da quantia bruta das amortizações acumuladas, em euros.....	67
Tabela 41 - Ativos intangíveis – Variação na quantia escriturada, em euros.....	68
Tabela 42 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia bruta das depreciações, em euros	70
Tabela 43 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia escriturada, em euros.....	71
Tabela 44 - Ativos fixos tangíveis – Adições, em euros	72
Tabela 45 - Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados ainda em uso, em euros.....	72
Tabela 46 - Locações financeiras, pagamentos do período – locatários, em euros.....	72
Tabela 47 - Locações financeiras, pagamentos futuros – locatários, em euros	73
Tabela 48 - Descrição dos contratos de locação financeira	73
Tabela 49 - Locações operacionais – locatários, em euros.....	73
Tabela 50 - Locações operacionais de propriedades de investimento, em euros.....	73
Tabela 51 - Propriedades de investimento - variação da quantia bruta das depreciações, em euros.....	74
Tabela 52 - Propriedades de investimento – Variação da quantia escriturada, em euros.....	74
Tabela 53 - VPT das propriedades de investimento, em euros.....	75
Tabela 54 - Inventários, em euros	75
Tabela 55 - Movimentos do período, em euros	75
Tabela 56 - Rendimentos de transações com contraprestação, em euros.....	75
Tabela 57 - Rendimentos de transações sem contraprestação	75
Tabela 58 - Provisões, em euros	76
Tabela 59 - Identificação das provisões	76
Tabela 60 - Passivos contingentes.....	76
Tabela 61 - Investimentos financeiros, em euros	78
Tabela 62 – Aplicação do MEP, em euros	78
Tabela 63 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, em euros	78
Tabela 64 - Dívidas de terceiros a curto prazo (clientes e utentes), em euros	78
Tabela 65 - Imparidades de clientes, contribuintes e utentes, em euros	79
Tabela 66 - Outras contas a receber, em euros	79
Tabela 67 - Caixa e depósitos, em euros	79
Tabela 68 - Património líquido, em euros	79
Tabela 69 - Fornecedores, em euros	80
Tabela 70 - Estado e outros entes públicos, em euros	80
Tabela 71 - Benefícios dos empregados, em euros	80
Tabela 72 - Listagem de entidades controladas	81
Tabela 73 - Listagem de entidades associadas	81
Tabela 74 - Listagem de outras entidades relacionadas	81
Tabela 75 - Listagem de serviços e fundos autónomos	81
Tabela 76 - Listagem das unidades diferenciadas	81
Tabela 77 - Transações entre partes relacionadas, em euros	82
Tabela 78 – Perímetro de consolidação	87
Tabela 79 – Interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho	88
Tabela 80 – Resumo da posição financeira das entidades controladas	90



Tabela 81 – Resumo do desempenho financeiro das entidades controladas	90
Tabela 82 – Entidades associadas	91
Tabela 83 – Resumo da informação financeira das associadas.....	91
Tabela 84 – Percentagem de interesse em outras entidades	92
Tabela 85 – Diferimentos, em euros	93
Tabela 86 – Resultados do Grupo Público por atividade/centro	94
Tabela 87 - Fiscal único	94



Índice de figuras

Figura 1 - Rentabilidade do Património Líquido	44
Figura 2 - Rentabilidade do Ativo	44
Figura 3 - Rentabilidade Económica	45
Figura 4 - Margem EBITDA.....	45
Figura 5 - Solvabilidade.....	45
Figura 6 - Autonomia Financeira.....	45
Figura 7 - Liquidez Geral	46
Figura 8 - Grupo Público UMinho	59



Lista de abreviaturas e acrónimos

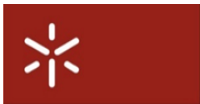
2C2T	Centro de Ciência e Tecnologia Têxtil
2CA-Braga	Centro Clínico Académico
A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
AAUM	Associação Académica da Universidade do Minho
ACLAB	Advanced Ceramics Lab
ACPM5	Associação Centro de Medicina P5
ADRAVE	Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave
ADSE	Instituto de Proteção e Assistência na Doença
AEDOAVE	Agência de Energia do Ave
AFTEBI	Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior
Algoritmi	Centro de Investigação Algoritmi
AMAVE	Associação de Municípios do Vale do Ave
APCTP	Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto
APSI	Associação de Psicologia da Universidade do Minho
AVEPARK	Parque de Ciência e Tecnologia, S.A
B'ACIS	Associação Ciência, Inovação e Saúde – Braga
BdP	Banco de Portugal
BICMinho	Oficina da Inovação - Empreendedorismo e Inovação Empresarial
BIORF	Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias
BLCS	Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva
CBFP	Centro de Biologia Funcional de Plantas
CBMA	Centro de Biologia Molecular e Ambiental
CC2	Classificador Complementar 2
CCG	Centro de Computação Gráfica
CCT	Centro de Ciências da Terra
CCTC	Centro de Ciências e Tecnologias da Computação
CEB	Centro de Engenharia Biológica
CECS	Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
CEER	Council of European Energy Regulators
CEGOT	Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
CEHUM	Centro de Estudos Humanísticos
CEIIA	Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel
CeNTI	Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes
CEPS	Centro de Ética, Política e Sociedade
CF	Centro de Física
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CGAI	German-Chinese Association of Artificial Intelligence
CIBE	Cadastro e Inventário do Património do Estado
CICP	Centro de Investigação em Ciência Política
CICS	Centro de Investigação em Ciências Sociais
CIEC	Centro de Investigação em Estudos da Criança
CIED	Centro de Investigação em Educação
CISC	Centro de Investigação em Ciências Sociais
CITCEM	Centro Invest. Transdiscip. Cultura, Espaço e Memória
CITEVE	Centro Tecnológico Têxtil e Vestuário
CITPE	Centro Interdisciplinar de Tecnologias da Produção e da Energia
CMAT	Centro de Matemática
CMEMS	Centro para os Sistemas MicroEletroMecânicos
Colab4Food	Laboratório Colaborativo de Inovação na Indústria Alimentar
CQ	Centro de Química
CRIA	Centro em Rede de Investigação em Antropologia
CS	Casa de Sarmento
CT2M	Centro de Tecnologias Mecânicas e de Materiais
CTAC	Centro de Território, Ambiente e Construção
CTIC	Centro Tecnológico das Indústrias do Couro



CVR	Centro para a Valorização de Resíduos
DEINA	Departamento de Estudos Ingleses e Norte-Americanos
DGS	Direção-Geral da Saúde
DH-CII	Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos
DLEO	Decreto-Lei de Execução Orçamental
DTX	Laboratório Colaborativo em Transformação Digital
EA	Escola de Arquitetura
EBIT	Resultado Operacional
EBITDA	<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>
EC	Escola de Ciências
ECDESP	Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico
ECDU	Estatuto da Carreira Docente Universitária
ED	Escola de Direito
EE	Escola Engenharia
EEG	Escola de Economia e Gestão
EM	Escola de Medicina
EP	Escola de Psicologia
ERC	European Research Council
ESE	Escola Superior de Enfermagem
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FITEC	Transferência de Tecnologia e Economia Circular
FSE	Fornecimento de Serviços Externos
HASLab	High-Assurance Software Laboratory
HSK	Exame Hanyu Shuiping Kaoshi
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&D+I	Investigação, Desenvolvimento e Inovação
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
i3Bs	Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação
IC	Instituto Confúcio
ICS	Instituto de Ciências Sociais
ICVS	Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde
ID	Investigação e Desenvolvimento
IDARN	Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte
IDEGUI	Instituto do Design de Guimarães
IDITE Minho	Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho
IE	Instituto de Educação
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
ILCH	Instituto de Letras e Ciências Humanas
INTEGRALAR	Intervenção de Excelência no Sector Agro-Alimentar
IPC	Instituto de Polímeros e Compósitos
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares
ISISE	Instituto para a Sustentabilidade e Inovação em Estruturas de Engenharia
ISPG	Instituto do Petróleo e Gás
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
JusGov	Centro de Investigação em Justiça e Governação
Lab2Pt	Laboratório de Paisagens, Património e Território
LOPTC	Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEP	Método de Equivalência Patrimonial
MIRRI	Infraestrutura de Investigação em Recursos Microbianos



MIT	Massachusetts Institute of Technology
MOVBIO	Mobilização de biomassa de podas para valorização energética
NCP	Norma de Contabilidade Pública
NICPRI	Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais
NIGOVR	Núcleo de Investigação Geo, Ord. e Val. de Recursos
NIMA	Núcleo de Investigação em Microeconomia Aplicada
NIPE	Núcleo de Investigação em Políticas Económicas
OE	Orçamento do Estado
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMS	Organização Mundial de Saúde
OP	Outros Projetos
OPEN	Associação para Oportunidades Específicas de Negócio
p.p.	Pontos Percentuais
PAE-CVR	Plano de Ação Estratégica da CVR
PI	Propriedade Intelectual
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PIEP	Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros
POCI	Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
POOLNET	Cluster de Competitividade e Tecnologia Engineering & Tooling
POVT	Programa Operacional da Valorização do Território
PREVPAP	Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública
PSEC	Prestação de Serviços Especializados à Comunidade
RDFGAS	Aproveitamento energético dos combustíveis derivados de resíduos e lamas secas
RJIES	Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior
RLP	Resultado Líquido do Período
RNAP	Reposição Não Abatida aos Pagamentos
RUM	Rádio Universitária do Minho
SASUM	Serviços de Ação Social da UMinho
SMS	Sociedade Martins Sarmento
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
SPINPARK	Centro de Incubação de Base Tecnológica
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
SS	Segurança Social
TECMEAT	Centro de Competências do Agroalimentar Para o Setor das Carnes
TecMinho	Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento
TICE	Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica
TICE.PT	Tecnologias da Informação, Comunicação e Eletrónica
UC	Unidades Culturais
UD	Unidade Diferenciada
UMinho	Universidade do Minho
UO	Unidade Orgânica
VARD 2015	Vale do Ave Região Digital, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada
VPT	Valor Patrimonial Tributário



I – MENSAGEM DO REITOR



Nos termos dos Estatutos da Universidade, em janeiro de 2019, o Reitor apresentou o Plano de Atividades para 2019 (www.uminho.pt) ao Conselho Geral da Universidade, que o aprovou.

Enquadrado pelo Plano de Ação 2017-2021 (www.uminho.pt), o Plano de Atividades estrutura-se em torno de objetivos programáticos e medidas de operacionalização correspondentes aos eixos de missão da Universidade – Educação, Investigação e Inovação, Interação com a Sociedade e Internacionalização – e às áreas de enquadramento da missão da Universidade do Minho (UMinho) – Qualidade Institucional, Qualidade de Vida nos *campi* e Infraestruturas e Sustentabilidade Financeira. Entre os objetivos programáticos cabe destacar:

- a) No domínio da *Educação*, a exploração de novas ofertas educativas, o reforço das relações entre práticas de educação e de investigação, o aprofundamento da qualidade da formação doutoral, através da criação de uma escola doutoral, a monitorização dos percursos académicos dos estudantes, prevenindo situações de insucesso e abandono e a promoção da qualificação pedagógica dos docentes, nomeadamente em função das características dos novos públicos da Universidade e das novas tecnologias educativas;
- b) No domínio da *Investigação e Inovação*, a melhoria da atividade científica em termos quantitativos e qualitativos, o reforço do corpo de investigadores, o aprofundamento das políticas e práticas de “ciência aberta” e a promoção da colaboração entre os centros de investigação da UMinho, assegurando a partilha efetiva de boas práticas;
- c) No domínio da *Interação com a Sociedade*, o reforço da interface entre os centros de investigação e os contextos de apropriação social do conhecimento produzido, a promoção de uma maior articulação com as autarquias e com os agentes sociais e económicos, a densificação da política cultural, o desenvolvimento de um programa editorial específico da UMinho, a valorização social e cultural do seu património e o reforço das relações interinstitucionais da UMinho nos planos da cultura e do desporto;
- d) No domínio da *Internacionalização*, o reforço da participação da UMinho em organizações internacionais de universidades relevantes, o estabelecimento de parcerias estratégicas bilaterais com universidades de referência, o alargamento do número de estudantes internacionais em cursos conferentes de grau e dos fluxos de mobilidade *incoming e outgoing* de estudantes, docentes e funcionários da Universidade e o incremento da presença da UMinho em iniciativas no âmbito dos programas europeus, designadamente do Horizonte 2020 e do *Erasmus+*, com liderança da Universidade;
- e) No domínio da *Qualidade Institucional*, a otimização do sistema interno de garantia da qualidade, a melhoria do sistema de avaliação dos docentes, o aprofundamento da modernização administrativa, a melhoria dos sistemas de informação e as ferramentas de gestão em uso na UMinho e o incremento da formação e a qualificação dos trabalhadores não docentes;
- f) No domínio das *Infraestruturas e Qualidade de Vida*, a elaboração de um plano de desenvolvimento integrado dos *campi*, a modernização e requalificação dos espaços pedagógicos, a qualificação e valorização dos espaços exteriores dos *campi*, a conservação e qualificação do parque edificado e o desenvolvimento de uma estratégia de sustentabilidade ambiental e energética.

O Plano de Atividades inclui também um conjunto de *projetos institucionais transversais*, com impacto em múltiplos eixos de missão da Universidade, entre os quais cabe destacar: o reforço dos corpos de docentes e de investigadores e a redução do grau de precariedade das relações contratuais, a instalação da TERM (*Tissues Engineering and Regenerative Medicine*) Research Hub, do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, o desenvolvimento de projetos estratégicos com financiamento e envolvimento da sociedade, o reforço da comunidade *alumni* e o desenvolvimento de laboratórios colaborativos.

Subjacente à concretização destes objetivos e medidas esteve sempre a necessidade de garantir para a Universidade a estabilidade e sustentabilidade financeiras.

Nos termos das disposições legais e estatutárias, apresenta-se agora o Relatório de Atividades e Contas Consolidadas relativo a 2019, que contém elementos de informação relevantes para uma apreciação que se pretende clara e objetiva da atividade desenvolvida pelo Grupo Público UMinho no ano transato.

Como comunidade, a UMinho transformou-se significativamente ao longo de 2019.

A Universidade tinha, no final de 2019, um total de 19 641 estudantes de grau inscritos, mais 661 do que em dezembro do ano anterior. A Universidade contava com 6 637 estudantes de licenciatura, 6 387 de mestrado integrado, 4 917 de mestrado e 1 700 de doutoramento. De entre estes estudantes, cerca de 2 850, isto é, 14,5% do total, eram estudantes estrangeiros. Números desta ordem revelam a confiança da sociedade na adequação e qualidade da oferta educativa da Universidade.

Ao longo do ano transato, também o número de investigadores contratados se alterou substancialmente em resultado do desenvolvimento, no nosso país, de políticas públicas de promoção do emprego científico e, também, de opções próprias da Universidade. Assim, no final de dezembro, a Universidade tinha 360 contratos celebrados com investigadores (o sétuplo do que se verificava um ano antes) e 610 bolseiros em atividade, o que significa que em um ano foi o número de investigadores multiplicado seis vezes. Estão assim criadas condições essenciais para um salto qualitativo na atividade científica da Universidade.



Confrontamo-nos, pois, com uma realidade nova que potencia um salto qualitativo na atividade científica da Instituição, mas que exige medidas de suporte relativas à inserção institucional, avaliação e desenvolvimento profissional dos investigadores e que requer, destes, uma mais forte vinculação com a vida institucional.

O corpo docente manteve-se relativamente estável no período em causa, tendo passado de 885 para 875 docentes de carreira. Neste período, os docentes convidados, equivalentes a tempo integral, evoluíram de 137 para 153. Entretanto, o corpo docente da UMinho, com uma média de idades de 53 anos, enfrenta o desafio da renovação. A Universidade do Minho caminha para um tempo de mudança geracional, que tem de assegurar uma adequada transferência dos saberes acumulados.

Ao abrigo dos estatutos da carreira docente, durante o ano de 2019, foram abertos concursos para 15 posições de início de carreira, 42 concursos para professor associado, 37 dos quais de promoção, 3 para professor coordenador e 2 para professor catedrático. A UMinho aproxima-se assim dos valores fixados no Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) e no Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico (ECDESP) para as diferentes categorias; é verdade, entretanto, que esta aproximação não é uniforme, havendo unidades orgânicas em que, por razões específicas do seu desenvolvimento se encontram, ainda, afastadas desses valores, como é o caso das escolas de Arquitetura e Superior de Enfermagem, desde logo, mas também da Escola de Ciências, sendo certo que, em outros casos, ou já foram atingidos esses valores ou deles estamos próximos, como acontece nas escolas de Direito, Psicologia ou Medicina.

Os trabalhadores técnicos, administrativos e de gestão aumentaram de 595 para 634, fruto essencialmente da concretização do Programa de Regularização de Vínculos Precários da Administração Pública que, no conjunto, se traduziu na integração de cerca de 110 trabalhadores. Tratou-se de um exercício complexo, regulado por medidas de política nacional, com grande impacto na Instituição, ao representar um alargamento de cerca de 20% dos seus trabalhadores integrados.

Os recursos humanos da Universidade servem objetivos que se agregam em torno dos eixos de missão da Universidade: a educação superior, a investigação e a transferência de conhecimento e a interação com a sociedade.

No domínio da educação, a UMinho procurou antecipar novas necessidades da economia e da sociedade e responder a solicitações de que é objeto, por isto, em 2019, foram submetidos para acreditação pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) sete novos cursos de mestrado e doutoramento em áreas como a avaliação aplicada à formação nas profissões da saúde ou o fabrico digital direto.

Ainda neste domínio, duas iniciativas merecem particular destaque: a criação do Colégio Doutoral UMinho e a instituição do Prémio UMinho de Iniciação na Investigação Científica.

O Colégio Doutoral, em articulação com as unidades orgânicas, orienta a sua ação para garantir e aumentar a qualidade da formação facultada aos estudantes de doutoramento, concentrando a sua atividade, entre outras dimensões, nas práticas da supervisão, na formação complementar dos estudantes e nas articulações intra e interinstitucionais. A criação do “Prémio UMinho de Iniciação na Investigação Científica”, que conta com a colaboração dos centros de investigação da Universidade, visa estimular o interesse dos estudantes de 1º ciclo pela ciência, com base no desenvolvimento de projetos orientados por investigadores da UMinho.

O desenvolvimento pedagógico dos docentes da UMinho foi uma aposta institucional durante 2019, materializada na primeira edição do programa Docência+ e do primeiro Programa de Apoio a Projetos de Inovação e Desenvolvimento do Ensino, que enquadrou a realização de projetos orientados para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos estudantes.

No plano regulamentar, foi revisto e atualizado o Regulamento Académico da UMinho, que permitiu a adequação deste instrumento a alterações legislativas entretanto ocorridas, uma maior explicitação das condições de funcionamento dos cursos não conferentes de grau, assim como a integração de alguns outros regulamentos que ainda se encontravam dispersos.

Em 2019 foram conhecidos os resultados da avaliação dos centros de investigação do sistema científico nacional, que tinha sido iniciada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) em 2018. Cerca de 84% dos 31 centros de investigação da UMinho, representando mais de 91% dos seus investigadores, obtiveram as classificações máximas de *excelente* e *muito bom*. Importa notar, como indicador da consolidação do nosso sistema científico interno, o facto de as unidades melhor classificadas estarem integradas em campos de pesquisa tão diversos quanto as ciências exatas, as ciências da vida e da saúde, as ciências de engenharia e as ciências sociais, o que significa que também por esta via, se materializa a ideia da UMinho como “universidade completa”.

A Universidade viu serem aprovados 92 novos projetos de investigação, com um orçamento total de cerca de 37 milhões de euros. Catorze dos novos projetos têm financiamento da Comissão Europeia, com um orçamento total de cerca de 5,4 milhões de euros, e outros 16 foram obtidos em vários outros quadros de financiamento internacional. No âmbito do programa PT 2020, foram financiados 46 novos projetos, enquanto outros 16 projetos o foram no quadro de outros programas nacionais. No final de 2019, a UMinho tinha em desenvolvimento 507 projetos de investigação, com um financiamento global de 151 M€.

Pela sua importância intrínseca e pelo seu contributo para o reforço da reputação científica da UMinho cabe destacar a obtenção por Paulo Lourenço, do ISISE - Instituto de Sustentabilidade e Inovação em Engenharia Estrutural, de uma bolsa avançada do Conselho Europeu de Investigação (ERC), e a atribuição a Nelson Lima, do Centro de Engenharia Biológica, do



projeto “Implementação e Sustentabilidade da MIRRI para o século XXI”, que visa alargar o âmbito de atuação da MIRRI - Infraestrutura de Investigação em Recursos Microbianos, cuja Unidade de Coordenação Central se encontra na UMinho, sendo a única infraestrutura europeia de investigação a ter sede em Portugal.

Em março de 2019 foi assinado o acordo de continuação da parceria Bosch-UMinho. A nova fase da parceria, coordenada pelo lado da UMinho por António Pontes, da Escola de Engenharia, envolve um financiamento global de cerca de 90 M€ e contará com cerca de 500 colaboradores da Bosch e da UMinho, implicando cerca de 400 novas contratações, prevendo-se o registo de mais de 30 patentes.

A atividade da UMinho ganhou expressão significativa no âmbito dos laboratórios colaborativos, tendo a Universidade iniciado a sua participação em cinco novos CoLabs: num deles, o ProChild - CoLab contra a Pobreza e a Exclusão Social, a presidência da direção cabe a Isabel Soares, da Escola de Psicologia.

No ano de 2019, o aprofundamento da relação da UMinho com a sociedade concretizou-se num conjunto de ações orientadas para o reforço do compromisso direto da Universidade com o desenvolvimento do país e da região, através de iniciativas que envolveram as autarquias e os agentes sociais e económicos que operam no território. Essa dinâmica de interação teve expressão na integração da UMinho em estruturas de missão e em órgãos de carácter consultivo dos Municípios, no desenvolvimento de projetos nas áreas da mobilidade, da inclusão social, do empreendedorismo, da regeneração urbana, da valorização do património, da criação artística e da programação cultural. As unidades culturais e diferenciadas da UMinho, incluindo as mais recentes “Casa do Conhecimento da UMinho” e “Casa de Sarmento”, tiveram a este respeito um papel particularmente importante. Foi consolidada a estratégia de aprofundamento das relações entre a Universidade e as instituições e agentes culturais da região, de que o envolvimento da UMinho nos Encontros de Imagem representa um excelente exemplo.

Aprofundou-se também o programa de disseminação do conhecimento e da cultura científica, reforçado com a entrada em funcionamento quer da UMinho Editora, quer de uma programação regular, que contemplou concertos, exposições, debates e apresentações de livros realizados no Edifício do Largo do Paço, beneficiado com a abertura da Loja Oficial da Universidade.

Visando o reforço da sua posição no Espaço Europeu de Ensino Superior, a UMinho participou ativamente no consórcio InclusU que apresentará, em 2020, em articulação com sete outras universidades europeias, uma candidatura ao Programa *European Universities*, do programa Erasmus+. Prosseguiu-se também o desenvolvimento de outras parcerias estratégicas, designadamente com a Universidade de São Paulo e a Universidade de Macau.

Cabe ainda destacar a intensificação da participação da UMinho em atividades e grupos de trabalho de redes de universidades, com particular destaque para a *European University Association*, para a Conferência de Reitores das Universidades do Sudoeste Europeu e para o *Compostela Group of Universities*.

A UMinho viu reconhecida a qualidade dos projetos de internacionalização em que se encontra envolvida com a atribuição pela Agência Nacional Erasmus+ e pela Agência Nacional Juventude em Ação do Prémio “Projeto Inspirador”, que distingue projetos de “extraordinária qualidade” que “representam uma boa prática do Erasmus+ em Portugal” ao projeto *University of Minho Overseas Mobility Experience – UMove (ME)*.

Ao longo do ano transato, a Universidade esteve profundamente envolvida na discussão da reorganização da sua estrutura de unidades de serviços, cujo Regulamento Orgânico foi aprovado pelo Senado Académico, seguindo-se a sua apreciação em Conselho Geral, após discussão pública. Teve também continuidade o processo de renovação da certificação do Sistema Interno de Garantia da Qualidade, aproveitado para avaliação e revisão das orientações, instrumentos e mecanismos que vêm sendo adotados e de, em articulação estreita com as unidades orgânicas, introduzir as melhorias consideradas necessárias. A UMinho prosseguiu o seu percurso de concretização faseada de novos processos organizacionais, sobretudo no âmbito do Sistema de Informação Académica.

No plano do apoio aos trabalhadores e à sua formação, foi realizado um levantamento da formação de base, do percurso profissional e das atuais funções dos trabalhadores e procedeu-se ao planeamento e desenvolvimento de um programa específico de formação.

Melhorar os espaços da Universidade e aumentar a qualidade de vida da comunidade académica são objetivos permanentes da UMinho. Neste âmbito, em outubro, foi feita a apresentação pública do Plano de Desenvolvimento Integrado do Campus de Azurém, que inclui a análise e diagnóstico da situação atual e a definição de linhas estratégicas de desenvolvimento do *campus*. O mesmo acontecerá em 2020 para o *campus* de Gualtar.

No AvePark iniciou-se a construção do novo edifício da *TERM Research Hub*, denominado Instituto Cidade de Guimarães, integrante do roteiro nacional de infraestruturas de investigação de interesse estratégico. Adicionalmente, prosseguiu-se a execução de diversas empreitadas, incluindo intervenções na Escola de Arquitetura, na Escola de Medicina e na área que no *campus* de Azurém acolherá o Programa MIT Portugal, e foram desenvolvidas intervenções de conservação do edificado.

No quadro da consolidação de relações com entidades parceiras da UMinho foram celebrados diversos protocolos, nomeadamente com a Associação Académica da Universidade do Minho (AAUM), incluindo aquele que estabelece compromissos relativamente à construção da nova sede da Associação, que ficará localizada no *campus* de Gualtar, e com a RUM - Rádio Universitária do Minho.



O ano de 2019 foi um ano particularmente importante para a UMinho no plano desportivo. A atribuição à Universidade da Medalha de Honra ao Mérito Desportivo, pelo Ministro da Educação Tiago Brandão Rodrigues, a eleição da UMinho como a Melhor Universidade Europeia da Década, pela *European Universities Sports Association*, e, finalmente, a outorga pela Federação Académica do Desporto Universitário do Prémio Prestígio significaram um reconhecimento expressivo do papel da Universidade e dos seus Serviços de Ação Social, em estreita articulação com a AAUM, na promoção da atividade física, do desporto universitário e da organização de eventos desportivos.

A atividade da Universidade, em todas as suas dimensões, assenta em princípios de ética académica. A UMinho tem, a este propósito, beneficiado da atividade do seu Conselho de Ética a quem cabe, para lá da atividade regular de avaliação de projetos de investigação científica, promover a conceção e acompanhamento de políticas e ações de salvaguarda dos princípios éticos e deontológicos nas áreas do ensino, da interação com a sociedade e do funcionamento geral da Universidade.

No que diz respeito ao desempenho orçamental importa destacar que o orçamento inicial da UMinho em 2019 cifrou-se nos 148,4 M€, representando um aumento de cerca de 20% face ao ano de 2018, justificado essencialmente pelo aumento do número de projetos de I&D em execução. Esta situação favorece a autonomia orçamental da UMinho face à dotação do OE, verificando-se uma melhoria de 1,6 pontos percentuais (p.p.) em 2019.

Já no que diz respeito ao desempenho económico-financeiro do Grupo Público UMinho é de assinalar o Resultado Líquido do Período positivo na ordem dos 1,1M€, tendo-se observado um aumento de 2,9M€ face ao ano transato, fruto de uma redução das transferências concedidas e de um maior rigor ao nível das práticas contabilísticas, resultantes da aplicação do regime de acréscimo na UMinho (Entidade-Mãe).

Importa ainda destacar em 2019 a implementação da contabilidade de gestão na UMinho, a qual é indispensável à produção de informação relevante, por forma a satisfazer as necessidades de informação dos dirigentes sobre os rendimentos, gastos e resultados.

As atividades e contas da UMinho foram objeto do Relatório de Atividades e Contas Separadas da UMinho, aprovado pelo Conselho de Gestão da Universidade no dia 29 de junho e submetido ao Tribunal de Contas em 30 de junho.

A UMinho é parte integrante e nuclear do Grupo Público UMinho, composto por 40 entidades, públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, em cujo capital a Universidade participa. O envolvimento da UMinho em entidades participadas tem como critério essencial o da congruência da missão, objetivos e modos de atuação destas entidades com os princípios estatutários que orientam a atividade da UMinho em todas as suas dimensões.

A realidade do Grupo Público UMinho exprime bem a densidade das relações que a Universidade foi construindo com múltiplos setores das esferas económica, social e cultural, traduzido na criação de entidades que vêm desempenhando um importante papel na promoção do progresso do país e da região.

A atividade da Universidade nas suas participadas encontra-se fortemente ancorada na atividade de ensino e de investigação que é desenvolvida pelas unidades orgânicas da Universidade, que têm encontrado na criação ou na adesão a estas entidades participadas uma forma muito qualificada de cumprirem o designio da interação com a sociedade, através de processos de transferência, recontextualização ou coconstrução de saberes.

O Relatório de Atividades e Contas Consolidadas do Grupo Público UMinho que, nos termos estatutários, deve ser presente ao Senado Académico e ao Conselho Geral, disponibiliza uma visão de conjunto do Universo UMinho, permitindo compreender e avaliar, em extensão e em intensão, a atividade da Instituição, nas suas múltiplas dimensões, ao longo de 2019. De entre as 40 entidades participadas antes referidas, o Relatório regista a atividade e as contas das 15 que fazem parte do perímetro de consolidação, para as quais se apresenta.

Ao nível do desempenho económico-financeiro, importa notar que globalmente as entidades participadas, naturalmente com variações a que não são indiferentes as suas áreas de atuação, apresentam resultados equilibrados que, também nesta perspetiva, legitimam as opções que a Universidade vem assumindo.

As demonstrações financeiras e orçamentais constantes do Relatório foram objeto de fiscalização e revisão legal de contas pelo Fiscal Único, conducentes à emissão da certificação legal das contas.

Em suma o ano de 2019, fruto da ação comprometida dos seus professores e investigadores, dos seus estudantes de todos os ciclos de estudos e dos seus trabalhadores técnicos administrativos e de gestão prosseguiu, com elevada qualidade, o essencial da sua missão, orientada para a educação de alto nível das novas gerações, para o alargamento das fronteiras do conhecimento humano e para a promoção do desenvolvimento social e económico da região e do nosso País.

Rui Vieira de Castro

Reitor



II – ATIVIDADES DO GRUPO PÚBLICO UMINHO



1. GRUPO PÚBLICO UMINHO

1.1. Identificação do Grupo Público UMinho

A interação com a sociedade representa uma das dimensões basilares de atividade da UMinho. Neste âmbito, a UMinho mantém uma forte colaboração com o tecido económico e social, através da sua participação no capital de diversas entidades, públicas e privadas, com e sem fins lucrativos. De facto, esta interação implica um envolvimento expressivo na comunidade e favorece o seu progresso económico, social e cultural, através da aplicabilidade do conhecimento científico, adquirido nas suas atividades de ensino e investigação.

Neste contexto, o Grupo Público UMinho é constituído pela sua entidade-mãe, a UMinho, e pelas suas participadas, tal como evidenciado na Tabela 1.

Tabela 1 – Entidades do Grupo Público UMinho

Entidades do Grupo Público UMinho	% Controlo 2019	Referencial Contabilístico	Método de consolidação
ENTIDADE-MÃE			
UMinho	—	SNC-AP	—
ENTIDADES SUBSIDIÁRIAS			
SASUM	100,00%	SNC-AP	Cons. Integral
ACMP5	90,00%	NCRF-ESNL	Cons. Integral
B'ACIS	90,00%	NCRF-ESNL	Cons. Integral
APSI	80,00%	NCRF-ESNL	Cons. Integral
CVR	56,48%	SNC	Cons. Integral
TecMinho	56,30%	NCRF-ESNL	Cons. Integral
ENTIDADES ASSOCIADAS			
BLCS	50,00%	SNC-AP	MEP
IC	50,00%	SNC-AP	MEP
2CA-Braga	40,00%	NCRF-ESNL	MEP
CCG	35,96%	NCRF-ESNL	MEP
IDEGUI	34,09%	NCRF-ESNL	MEP
CS	33,33%	NCRF-ESNL	MEP
PIEP	31,65%	NCRF-ESNL	MEP
IDITE-Minho	25,45%	NCRF-ESNL	MEP
CeNTI	19,05%	NCRF-ESNL	MEP
OUTRAS PARTICIPADAS			
SPINPARK	14,29%	—	Custo
AVEPARK	10,61%	—	Custo
TECMEAT	9,09%	—	Custo
Associação Laboratório da Paisagem	8,33%	—	Custo
DTX	8,20%	—	Custo
ProChild CoLab	7,69%	—	Custo
AFTEBI	6,35%	—	Custo
Colab4food	5,08%	—	Custo
BIOREF	5,00%	—	Custo
Fund. CEER	3,57%	—	Custo
ISPG	3,34%	—	Custo
APCTP	2,94%	—	Custo
AEDOAVE	2,00%	—	Custo
INTEGRALAR	1,80%	—	Custo
TICE.PT	1,12%	—	Custo
Oficina Inovação - BIC Minho	1,00%	—	Custo
OPEN	0,98%	—	Custo
POOL NET	0,98%	—	Custo
VARD 2015	0,57%	—	Custo
ADRAVE	0,44%	—	Custo
IDARN	0,35%	—	Custo
CITEVE	0,17%	—	Custo
Fundação Bienal de Arte de Cerveira	0,08%	—	Custo
Fundação Portugal África	0,04%	—	Custo



Da análise da Tabela 1 observa-se que o Grupo Público UMinho é composto por 40 entidades, comprovando-se a forte interação da UMinho com a sociedade. Contudo, importa referir que apenas 15 entidades fazem parte do perímetro de consolidação, tendo em consideração os seguintes critérios:

- nos casos em que a percentagem de controlo é superior a 50% foram incluídas pelo método de consolidação integral;
- quando a percentagem de controlo é superior a 20% e igual ou inferior a 50%, foram incluídas pelo método de equivalência patrimonial (MEP)

Nas restantes 25 entidades a percentagem de controlo é inferior a 20%, não sendo, portanto, incluídas no perímetro de consolidação, tendo sido mensuradas ao custo de aquisição.

Apesar de a UMinho deter uma participação de 25,45% na IDITE Minho, esta participada não foi incluída no perímetro de consolidação, uma vez que foi constituída uma perda por imparidade, correspondente à totalidade do valor da participação, em virtude deste Instituto se encontrar com um plano especial de revitalização.

Relativamente à entidade CeNTI, apesar de a sua percentagem de controlo ser inferior a 20%, a mesma foi incluída no perímetro de consolidação pelo MEP, pois através dos seus estatutos, verifica-se que a entidade-mãe detém influência significativa, pois os seus órgãos sociais são constituídos por membros da UMinho.

1.2. Breve resumo das entidades consolidadas

De seguida apresenta-se um resumo da atividade desenvolvida em 2019 por cada uma das 15 entidades incluídas na consolidação:

1.2.1. Universidade do Minho

A UMinho, entidade-mãe do Grupo Público UMinho, é uma instituição de ensino superior público que tem como atividades principais, o Ensino/Educação, a Investigação e Inovação e a Interação com a Sociedade. No âmbito da sua atividade de Ensino é de destacar a diversidade da sua oferta educativa ao nível dos três ciclos de estudos, traduzida em mais de 200 cursos em funcionamento, assim como a qualidade da mesma, facto comprovado pela sistemática acreditação, pelo período máximo, concedida pela A3ES aos seus cursos. De notar também a crescente procura de estudantes estrangeiros, representando cerca de 14% dos cerca de 19 700 estudantes de grau da Universidade, facto que comprova um expressivo grau de adequação da sua oferta formativa às necessidades pessoais e sociais, e a exploração de novas modalidades de formação, ampliando o impacto da formação alargada a novos públicos. Um indicador de relevo é a elevada empregabilidade dos seus graduados e a promoção da integração da educação e da investigação, através do incentivo da investigação.

No que respeita à atividade de investigação e inovação, de referir que as Unidades Orgânicas (UO) da UMinho integram 32 centros de investigação, dos quais 83% estão classificados pela FCT com excelente e muito bom, acolhendo cerca de 91% dos investigadores da instituição. É notório o incremento registado na sua atividade de investigação, facto comprovado pela contratação de 244 investigadores em 2019, bem como pelo número de projetos de investigação em execução no final de 2019 (407), enquadrados em vários programas, com um volume de financiamento que ascende a 114 M€. Apesar de o Horizonte 2020 ser a principal fonte de financiamento dos seus projetos de investigação, a UMinho tem também em curso um conjunto de outros projetos internacionais e nacionais, estes últimos financiados sobretudo no âmbito do Portugal 2020. De sublinhar, ainda, o reforço da reputação científica da UMinho e dos seus investigadores a nível internacional.

Ao nível da interação com a sociedade, a UMinho reconhece a necessidade de contribuir de forma ativa, comprometida e crítica para o progresso económico, social e cultural das populações e para uma sociedade mais inclusiva e sustentável. Neste propósito, são várias as UO e as unidades de interface da UMinho que mantêm uma forte colaboração com o tecido económico, assegurando a transferência de conhecimento. O envolvimento expressivo na ação cultural é também garantido pelas UO e Unidades Culturais (UC) da UMinho, através da realização de diversas iniciativas associadas à criação, preservação e difusão de bens culturais, bem como, a realização de eventos neste domínio.

Na Tabela 2 apresentam-se os principais indicadores económico-financeiros respeitantes à atividade da UMinho nos últimos dois anos e respetiva variação.



Tabela 2 - Indicadores UMinho, em euros

Principais Indicadores		2019	2018	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	263 761 662,64	265 775 894,55	-2 014 231,91
	Total do Passivo	137 081 706,51	136 958 834,46	122 872,05
	Total do Património Líquido	126 679 956,13	128 817 060,09	-2 137 103,96
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	145 495 644,26	132 229 805,90	13 265 838,36
	Total de Gastos	144 401 841,78	133 618 940,35	10 782 901,43
	Resultado Líquido do Período	1 093 802,48	-1 389 134,45	2 482 936,93
Rácios	Autonomia Financeira	48,03%	48,47%	-0,44 p.p.
	Solvabilidade	92,41%	94,06%	-1,65 p.p.
	Liquidez Geral	103,13%	103,85%	-0,72 p.p.
	Rentabilidade Património Líquido	0,86%	-1,08%	1,94 p.p.

Da análise da Tabela 2 verifica-se uma variação negativa no ativo da UMinho em 31 de dezembro de 2019, comparativamente ao ano transato, na ordem dos 2M€, justificada essencialmente pela redução das dívidas de clientes, contribuintes e utentes, decorrente de uma maior cobrança das respetivas dívidas. A diminuição registada no capital próprio, no montante de 2,1M€, decorre essencialmente da imputação aos resultados dos subsídios destinados à aquisição de ativos depreciables. A variação positiva registada no resultado líquido do período no montante de 2,5M€, justifica-se essencialmente pela redução das transferências concedidas e por um maior rigor ao nível da periodização económica (regime do acréscimo).

No que respeita aos rácios não existem variações significativas a assinalar, sendo que as variações negativas verificadas se devem, tal como já referido, à imputação a resultados dos subsídios ao investimento e também à diminuição das dívidas de clientes e utentes.

1.2.2. Serviços de Ação Social da Universidade do Minho

Em consonância com os Estatutos da UMinho, esta integra os Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM), que gozam de autonomia administrativa e financeira e têm como missão, de acordo com os seus Estatutos, proporcionar aos estudantes as melhores condições de frequência no ensino superior e de integração na vida social e académica, através da prestação de serviços nas áreas de alojamento, alimentação, desporto e cultura, apoio médico e psicológico, assim como, na atribuição de bolsas de estudo aos estudantes mais carenciados. Importa realçar que, é possibilitada a participação dos estudantes nas suas atividades, permitindo-lhes auferir contrapartidas pecuniárias, desde que o seu percurso académico não seja prejudicado.

Os SASUM dispõem de 10 blocos residenciais em Residências Universitárias - 6 em Braga e 4 em Guimarães - com uma capacidade de alojamento global de 1 399 camas, tendo a 31 de dezembro de 2019 atingido uma taxa de ocupação de 100%. No que diz respeito a refeições, foram servidas, em 2019, um total de 697 311 (subsidiadas e não subsidiadas), o que representou um aumento de 1,7% face ao ano de 2018.

O ano de 2019 ficará na história da UMinho como um ano particularmente marcante ao nível do desporto universitário, sobretudo pela organização de grandes eventos desportivos, pelos excelentes resultados no âmbito da competição universitária e pelo reconhecimento público de diversas entidades de relevo a nível nacional e internacional. De destacar os resultados, no âmbito da competição universitária, no plano nacional, com a conquista de um total de 104 medalhas nos Campeonatos Nacionais Universitários: 29 medalhas de ouro, 34 medalhas de prata e 41 medalhas de bronze. No plano internacional, a AAUM/UMinho conquistou 6 medalhas em Campeonatos Europeus Universitários (2 de ouro, 1 de prata e 3 de bronze) e contou com 7 estudantes atletas que representaram as Seleções Nacionais Universitárias na 30ª Universíada de Verão, em Nápoles, tendo conquistado 2 medalhas de bronze.

Relativamente às atividades realizadas em 2019, destacam-se as seguintes:

- Estabelecimento de parcerias estratégicas no âmbito do consórcio UNorte.pt (dois projetos em execução: CAF (*Common Assessment Framework*); e CO3+ Capacitação Organizacional dos Serviços de Ação Social);
- Concretização de investimentos no âmbito dos projetos europeus, nomeadamente a aquisição de quiosques interativos para as unidades alimentares; e na área do desporto com investimentos em equipamento para as salas de musculação e cardiofitness;
- Realização de iniciativas de grande impacto, tais como: a abertura de uma unidade alimentar junto ao pavilhão desportivo de Gualtar; o aumento no número de camas em Guimarães (30); organização da realização das fases finais dos campeonatos nacionais universitários em Guimarães e do campeonato europeu de Futsal em Braga; e a
- Obtenção da certificação NP ISO 14001:2015 – Sistema de Gestão Ambiental, tornando-se, os primeiros Serviços de Ação Social do país a obter tal distinção.



A Tabela 3 evidencia a evolução da posição e desempenho financeiro dos SASUM de 2018 para 2019.

Tabela 3 - Indicadores SASUM, em euros

Principais Indicadores		2019	2018	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	19 472 277,97	19 523 442,23	-51 164,26
	Total do Passivo	796 785,89	706 225,92	90 559,97
	Total do Património Líquido	18 675 492,08	18 817 216,31	-141 724,23
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	9 710 219,33	9 096 841,39	613 377,94
	Total de Gastos	9 511 943,34	9 379 489,34	132 454,00
	Resultado Líquido do Período	198 275,99	-282 647,95	480 923,94
Rácios	Autonomia Financeira	95,91%	96,38%	-0,47 p.p.
	Solvabilidade	2343,85%	2664,48%	-320,63 p.p.
	Liquidez Geral	343,91%	320,66%	23,25 p.p.
	Rentabilidade do Património Líquido	1,06%	-1,50%	2,56 p.p.

A Tabela 3 demonstra que, apesar de ter existido uma melhoria do resultado líquido do período em 2019, verificou-se uma perda acentuada de solvabilidade, principalmente resultante da diminuição do património líquido, devido à imputação aos resultados dos subsídios destinados à aquisição de ativos depreciáveis.

De realçar que o aumento verificado no resultado líquido do período é, justificado, essencialmente, pelo aumento de rendimentos reconhecidos em vendas e prestações de serviços (381 m€) e em transferências e subsídios correntes obtidos (654 m€).

No que concerne aos rácios, realça-se sobre a perda de solvabilidade, justificada pela imputação de subsídios ao investimento.

1.2.3. Associação Centro de Medicina P5

A Associação Centro de Medicina P5 (ACMP5), é uma organização sem fins lucrativos, que tem por objetivo a promoção de atividades orientada para a promoção da saúde pública, através do recurso a novas tecnologias. A sua constituição, a 29 de dezembro de 2018, resultou de uma parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina, e os *Alumni* Medicina (Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho), sendo que a sua atividade apenas se iniciou a 6 de fevereiro de 2019.

No decorrer de 2019, foram implementadas as seguintes plataformas digitais: KLINIK, um avaliador de sintomas que recorre a um algoritmo de inteligência artificial, para avaliar as queixas apresentadas pelos indivíduos; AMICOMED, que monitoriza a tensão arterial em indivíduos com hipertensão e promove hábitos de vida saudáveis; OVIVA que promove hábitos e estilos de vida saudáveis em indivíduos com diabetes tipo 2. Foi, ainda, iniciado o desenvolvimento de uma aplicação interna (app P5), que pretende integrar estes 3 componentes - avaliador de sintomas, monitorização da hipertensão e da diabetes e promoção de hábitos e estilos de vida saudáveis - numa aplicação única com login por utente.

Como ferramenta de apoio à decisão clínica foi ainda adotada uma aplicação, desenvolvida pela spin-off iCognitus, designada por "Antidepressivos por Sintoma", a qual pretende apoiar o médico na escolha de um tratamento personalizado, em função dos sintomas que o utente apresenta em cenários de depressão.

Os principais indicadores da atividade da ACMP5 são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - Indicadores ACMP5, em euros

Principais Indicadores		2019
Posição Financeira	Total do Ativo	16 588,36
	Total do Passivo	3 226,28
	Total dos Fundos Patrimoniais	13 362,08
Desempenho Financeiro	Rendimentos	0,00
	Gastos	36 637,92
	Resultado Líquido do Período	-36 637,92
Rácios	Autonomia Financeira	80,55%
	Solvabilidade	414,16%
	Liquidez Geral	267,92%
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	-274,19%

Da análise da Tabela 4 importa destacar que a ACMP5 no seu primeiro ano de atividade não apresenta qualquer rendimento, contudo, foram reconhecidos gastos no montante de 36,6 m€. Estes subdividem-se, essencialmente, em gastos com recursos humanos (20,6 m€), com fornecimentos e serviços externos (13,6 m€) e depreciações (2,4 m€).



Relativamente aos rácios, com a exceção da rentabilidade do património líquido que é influenciado negativamente pelo resultado líquido do período, todos os outros apresentam-se francamente positivos. Chama-se especial atenção para a liquidez geral, onde se conclui que a ACMP5 consegue liquidar todos os seus compromissos contratualizados.

1.2.4. Associação Ciência Inovação e Saúde - Braga

A Associação Ciência, Inovação e Saúde – Braga (B'ACIS) é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 2018, que resultou de uma parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde, e o Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho. Tem por objetivo o incremento do conhecimento científico e a promoção da inovação através do fomento de atividades científico-tecnológicas no âmbito das Ciências da Vida e Saúde.

O ano de 2019 consistiu numa fase de arranque, de promoção e de estabelecimento de uma organização/estrutura que fomentasse a tração e sustentabilidade das suas atividades, em que se incluíam a estimulação da proteção e registo de propriedade intelectual, assim como, a prestação de serviços, quer na vertente de cursos avançados e de organização de eventos científicos, quer de biotério. Neste contexto, e a título de exemplo, durante o ano 2019, a B'ACIS:

- a) Prestou serviços de consultoria, aconselhamento e acompanhamento de estratégias de geração e de proteção de Propriedade Intelectual em 12 projetos, nomeadamente:
 - i. Consultoria e aconselhamento para a proteção de 6 novas invenções, tendo resultado no registo de 1 patente internacional e 2 patentes nacionais, assim como na elaboração dos processos para registo de 3 patentes europeias; e
 - ii. Acompanhamento e definição de estratégias para manutenção/registos de entrada em fase europeia e internacional de 6 invenções.
- b) Foi contratada para a prestação de serviços de consultoria e organização da Conferência ORPHEUS 2020 orientada para a formação académica ao nível dos Programas Doutorais na área da Biomedicina e das Ciências da Saúde no contexto/sistema europeu; e
- c) Prestou serviços de Biotério/I&D, com recurso a modelos animais em biomedicina, entre outros.

Tal como na entidade anterior, a B'ACIS iniciou a sua atividade apenas em 2019. Assim, a Tabela 5 apresenta os principais indicadores económicos e financeiros respeitantes à atividade da B'ACIS no seu primeiro ano de atividade (2019).

Tabela 5 - Indicadores B'ACIS, em euros

	Principais Indicadores	2019
Posição Financeira	Total do Ativo	65 993,46
	Total do Passivo	6 147,28
	Total dos Fundos Patrimoniais	59 846,18
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	18 750,00
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	8 903,82
	Resultado Líquido do Período	9 846,18
Rácios	Autonomia Financeira	90,69%
	Solvabilidade	973,54%
	Liquidez Geral	1052,56%
	Rentabilidade dos Fundos patrimoniais	16,45%

No ano de 2019 o montante do ativo da B'ACIS ascendeu a cerca de 66 m€, sendo a rubrica de caixa e depósitos bancários a que apresentou um maior peso na estrutura do ativo (cerca de 73%). Na estrutura de rendimentos, as prestações de serviços atingiram o montante de 17,8 m€ (95% do total). Ao nível dos gastos, a rubrica dos fornecimentos e serviços externos totalizou o montante de 4 m€. De destacar os rácios de autonomia financeira, que corresponde a 90,69%, e o de liquidez geral de 1 052,56% decorrente, essencialmente, do valor do ativo exceder em cerca de 60m€ o valor do passivo.

1.2.5. Associação de Psicologia da Universidade do Minho

A Associação de Psicologia da Universidade do Minho (APSI), constituída em 2016, é uma associação de prestação de serviços de psicologia à comunidade em geral, em interligação estreita com a UMinho, através da Escola de Psicologia e dos Serviços de Ação Social, entendida como garante máximo do desenvolvimento técnico-científico ou científico-tecnológico e formativo de profissionais altamente especializados, e com os Municípios de Braga e de Guimarães, dada a sua proximidade com a comunidade local.

Este projeto, em atividade desde 2016, intervém na sociedade através da prestação de serviços da área psicológica com o objetivo de contribuir para uma melhoria da qualidade de vida da população, apoiando pessoas carenciadas, referenciadas pelas entidades participantes no domínio local e institucional (Municípios e outras associações).



Em 2019, a APSI desenvolveu:

- i. Consultas psicológicas, pois o aumento da prevalência das perturbações mentais e psicológicas reforçam a necessidade da intervenção;
- ii. Perícias forenses, onde se destaca o número crescente de pedidos por parte dos tribunais, visto que as perícias auxiliam os magistrados nas suas decisões, pois permitem conhecer o impacto psicológico e psicopatológico após determinadas experiências potencialmente traumáticas;
- iii. Avaliações psicológicas, prestadas essencialmente aos Municípios, para avaliação psicológica do grau de adaptação de cada candidato às exigências do posto de trabalho a que concorre; e
- iv. Formação e consultadoria.

Foi ainda colocada em funcionamento uma Unidade de Psicologia para adolescentes e uma outra de Terapia de Casal e Sexologia, bem como, novos programas experimentais (e.g., For2parents), associados a projetos de investigação em curso nas Unidades de Investigação da APSI.

As variações ao nível da posição e do desempenho financeiro registadas nos últimos dois anos são evidenciadas na Tabela 6.

Tabela 6 - Indicadores APSI, em euros

Principais Indicadores		2019	2018	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	90 564,18	71 523,33	19 040,85
	Total do Passivo	37 798,09	29 674,93	8 123,16
	Total dos Fundos Próprios	52 766,09	41 848,40	10 917,69
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	139 798,98	117 067,65	22 731,33
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	128 881,29	113 748,34	15 132,95
	Resultado Líquido do Período	10 917,69	3 319,31	7 598,38
Rácios	Autonomia Financeira	58,26%	58,51%	-0,25 p.p.
	Solvabilidade	139,60%	141,02%	-1,42 p.p.
	Liquidez Geral	214,66%	221,59%	-6,93 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	20,69%	7,93%	12,76 p.p.

Conforme se observa da análise da Tabela 6, o ativo da APSI em 31 de dezembro de 2019 registou um aumento no montante de 19 m€, relativamente ao período homólogo, decorrente essencialmente do aumento de 8 m€ na rubrica créditos a receber e de 7 m€ na rubrica caixa e depósitos bancários. Ao nível do desempenho, destaca-se o aumento do resultado líquido do período no montante de 7,6 m€, justificado fundamentalmente pelo aumento do reconhecimento de subsídios à exploração na ordem dos 13,5 m€. Ao nível dos rácios registaram-se variações residuais à exceção da rentabilidade dos fundos patrimoniais que refletiu, em 2019, um acréscimo de 12,76 p.p. face a 2018, decorrente do aumento do resultado líquido do período.

1.2.6. Centro para a Valorização de Resíduos

O Centro para a Valorização de Resíduos (CVR), em atividade desde 2002, durante o ano transato centrou-se na realização de projetos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), cujo âmbito da investigação foi o estudo de processos, de produtos e serviços sustentáveis e de avaliação de ciclo de vida, com o objetivo de promover o tratamento e/ou valorização de resíduos da economia circular e da preservação do ambiente.

O ano de 2019 foi marcado pela implementação do Plano de Ação Estratégica (PAE-CVR), para o triénio 2019-2021 do CVR, na sequência da assinatura do contrato com o Fundo de Inovação, Transferência de Tecnologia e Economia Circular (FITEC), monitorizado e avaliado pela Agência Nacional de Inovação. O PAE-CVR abarca os domínios do Plano de Ação da EU para a economia circular, resultado do trabalho anterior desenvolvido pelo CVR, nomeadamente, na execução de vários projetos de I&DT, na área da economia circular, relacionados com a valorização energética e valorização material de resíduos, com a promoção do ambiente e com a avaliação de ciclo de vida. O PAE-CVR, “EcoCircle CVR: Rumo a uma Economia Circular Eficiente” assenta:

- i) Na consolidação de meios do CVR em economia circular, em cujo âmbito foi desenvolvido trabalho nas áreas de avaliação do ciclo de vida (ThernFire4Woven), da valorização energética (RDFGAS e MOVBIO), agrícola (Res2ValHum e EcoGreenRoof) e material de resíduos (UMinhoTech, ValorMar, U2SCoffee, GeoDesign, EcoSustainableRail e Renew);
- ii) Na utilização de modelos circulares na economia, levando a um aumento da eficiência na transferência de conhecimento e tecnologia para o mercado; e,
- iii) Na promoção e internacionalização da I&DT do CVR.

Ao nível dos eventos, destaca-se a coorganização da 5.ª edição da Conferência Internacional “Wastes: Solutions, Treatments and Opportunities”.



A Tabela 7 evidencia as variações ao nível da posição e do desempenho financeiro registadas nos últimos dois anos de atividade.

Tabela 7 - Indicadores CVR, em euros

Principais Indicadores		2019	2018	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	2 686 954,52	2 859 833,52	-172 879,00
	Total do Passivo	1 282 493,24	1 467 365,83	-184 872,59
	Total do Capital Próprio	1 404 461,28	1 392 467,69	11 993,59
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	957 484,84	898 234,94	59 249,90
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	918 114,98	885 361,87	32 753,11
	Resultado Líquido do Período	39 369,86	12 873,07	26 496,79
Rácios	Autonomia Financeira	52,27%	48,69%	3,58 p.p.
	Solvabilidade	109,51%	94,90%	14,61 p.p.
	Liquidez Geral	154,71%	145,84%	8,87 p.p.
	Rentabilidade do Capital Próprio	2,80%	0,92%	1,88 p.p.

Como se pode aferir pela Tabela 7, comparando o montante do ativo a 31 de dezembro de 2019, com o período homólogo, verifica-se uma variação negativa no montante de 173 m€, decorrente essencialmente do decréscimo do ativo corrente, nomeadamente da rubrica de outros créditos a receber no montante de 272 m€, o qual foi compensado pelo aumento das rubricas de caixa e depósitos bancários e clientes, no montante total de 122 m€. O aumento verificado ao nível dos rendimentos (59 m€) justifica-se essencialmente pelo aumento dos serviços prestados no ano de 2019, face ao ano de 2018. Ao nível dos rácios, todas as variações foram positivas.

1.2.7. Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho

A Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento – TecMinho (TecMinho) foi constituída em 24 de julho de 1990, no seio da UMinho, apresentando-se como a sua primeira Interface.

O Departamento de Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo prosseguiu, ao longo de 2019, a sua atividade de identificação, promoção e consolidação de iniciativas de valorização dos resultados de investigação da UMinho, através de licenciamento, estabelecimento de parcerias com empresas (desde microempresas a multinacionais), e apoio à criação de novas empresas intensivas em conhecimento.

No que se refere à gestão da propriedade industrial, cabe destacar os seguintes resultados da atividade do Gabinete de Apoio à Propriedade Industrial:

- 26 novos pedidos de patente;
- 9 patentes concedidas;
- 4 pedidos de patente em preparação;
- 22 pedidos de Entidade Gráfica;
- 11 serviços de *business development*;
- 57 contratos de consórcio analisados;
- 14 consultas de bases de dados de patentes;
- 83 serviços de *helpdesk*; e
- Realizados 4 seminários/sessões de sensibilização para a Propriedade Intelectual (PI).

Na área de comercialização de Ciência e Tecnologia, foram identificadas (23) novas tecnologias/resultados de I&D da UMinho com potencial comercial, e efetuada a divulgação e *marketing* desses resultados. Identificaram-se, ainda, parceiros empresariais para exploração e negociação e gestão de acordos para a sua transferência (19 no total). Em 2019, a TecMinho, apresentou ainda uma dinâmica relevante na participação em projetos nacionais e internacionais, centralmente geridos pela unidade de comercialização de ciência e tecnologia.

Na área do empreendedorismo, a TecMinho promoveu uma cultura empreendedora na UMinho e apoiou o lançamento de projetos empresariais de base tecnológica e conhecimento intensivo. Para tal promoveu aulas abertas (15); reuniões com empreendedores, no âmbito do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo – StarTecMinho (84); apoiou, 30 ideias de negócio, no âmbito do Laboratório de Ideias de Negócio – IdeaLab, 11 projetos de negócio, no âmbito do Laboratório de Empresas, 18 ideias de negócio recebidas decorrentes do concurso de Ideias de Negócio (SpinUM), entre outros. Colaborou ainda na criação de 3 novas *spin-offs* e 4 *start-ups*. Em 2019, a TecMinho, apresentou ainda uma dinâmica relevante na participação em projetos internacionais, centralmente geridos pela Unidade de Empreendedorismo.

O Departamento de Formação Contínua realizou cursos de formação para os indivíduos em geral. No que respeita às empresas, as intervenções realizaram-se através de projetos integrados de formação, contemplando as necessidades de desenvolvimento dos seus colaboradores; na administração pública, através de ações integradas no Plano de Formação da TecMinho e de ações resultantes de solicitações.



As atividades de formação do Departamento de Formação e Desenvolvimento inseriram-se nas seguintes tipologias:

- Formação interempresas;
- Formação intraempresas;
- Formação contínua para quadros superiores;
- Formação a distância;
- Seminários/workshops;
- Projetos de desenvolvimento profissional e organizacional; e
- Projetos de investigação em educação e formação.

Em 2019, a Prestação de Serviços Especializados à Comunidade (PSEC) processada via TecMinho, totalizou 101 serviços, registando-se, assim, um aumento em relação ao número de serviços prestados no ano anterior.

As principais variações económico-financeiras da atividade da TecMinho, apresentam-se na Tabela 8.

Tabela 8 - Indicadores TecMinho, em euros

Principais Indicadores		2019	2018	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	2 663 513,76	3 565 315,94	-901 802,18
	Total do Passivo	1 856 874,10	2 680 355,83	-823 481,73
	Total do Capital Próprio	806 639,66	884 960,11	-78 320,45
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	3 780 351,24	3 618 023,00	162 328,24
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	3 858 671,69	3 701 836,29	156 835,40
	Resultado Líquido do Período	-78 320,45	-83 813,29	5 492,84
Rácios	Autonomia Financeira	30,28%	24,82%	5,46 p.p.
	Solvabilidade	43,44%	33,02%	10,42 p.p.
	Liquidez Geral	118,62%	117,28%	1,34 p.p.
	Rentabilidade do Capital Próprio	-9,71%	-9,47%	-0,24 p.p.

Da análise da Tabela 8, é de sublinhar a redução registada no total do ativo, no montante de 902 m€, decorrente essencialmente da diminuição verificada nas rubricas de outros créditos a receber e caixa e depósitos bancários em cerca de 827 m€ e 102 m€, respetivamente. A redução ocorrida na rubrica de outros créditos a receber, justifica-se pelo facto de muitos dos projetos iniciados em 2016, 2017 e 2018 se encontrarem numa fase de execução já avançada, ou até mesmo concluídos, sendo o ritmo dos pedidos de pagamento mais regular e, conseqüentemente, o pagamento dos reembolsos por parte das respetivas entidades financiadoras acompanhar esse mesmo ritmo.

A diminuição evidenciada ao nível do passivo decorre, sobretudo, da redução da rubrica de diferimentos (em cerca de 899 m€), em consonância com a evolução registada na rubrica outros créditos a receber do ativo, sendo que, neste caso, a diminuição foi mais significativa, pelo facto do ritmo de execução da despesa ter sido superior ao ritmo do respetivo reembolso. De referir que, na vertente dos rendimentos, registou-se um acréscimo significativo na rubrica de outros rendimentos e ganhos, fruto de algumas correções contabilísticas relativas a saldos credores de aproximadamente 124 m€.

Relativamente aos rácios importa destacar a variação positiva registada na solvabilidade, fruto da acentuada diminuição verificada no passivo.

1.2.8. Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva

O objetivo principal da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS) é, nos termos dos seus estatutos, a “prestação de um serviço de leitura pública, desenvolvendo e prosseguindo as suas atribuições de acordo com a moderna conceção”. Assim, ao longo dos seus últimos 14 anos, a BLCS tem vindo a desenvolver um conjunto de serviços a favor da comunidade local e regional, promovendo o desenvolvimento de diferentes literacias junto dos cidadãos, ligadas à leitura, escrita, informação, comunicação e cultura científica, para uma sociedade mais informada e inclusiva. Efetivamente a BLCS ambiciona destacar-se a nível nacional pela oferta de serviços e disponibilização de fundos bibliográficos diversificados, valorizando as novas tecnologias aplicadas aos diferentes serviços, de modo a potenciar a pesquisa e recuperação da informação de forma objetiva e eficiente junto dos seus utilizadores.

No ano de 2019, a BLCS continuou a manter o nível de qualidade dos serviços prestados, bem como, de iniciativas culturais e educativas. De modo a consolidar e alargar o seu papel na comunidade, a BLCS promoveu novos programas formativos, educativos e culturais, nomeadamente através da promoção e animação do livro, da leitura e da escrita; realização de atividades de extensão cultural; manutenção dos acordos e protocolos institucionais; e a criação de novas parcerias locais e regionais.

Concretamente, em 2019, a BLCS cumpriu os seus objetivos estratégicos e operacionais através da realização de várias ações com forte impacto na comunidade local, incluindo: a realização de um programa educativo e cultural diversificado e eclético, que serviu para maior atração de novos públicos à biblioteca, totalizando cerca de 540 atividades; a disponibilização de cerca de 446 220 existências bibliográficas inventariadas e disponibilizadas à



comunidade para consulta e/ou empréstimo domiciliário; a realização de ações a nível das redes locais - a Rede de Bibliotecas de Braga e regionais - Comunidade Intermunicipal do Cávado, reforçando o papel da BLCS num território mais vasto; o desenvolvimento do projeto europeu *Learning Circles* (no âmbito do programa Erasmus+), abrindo novos cenários de cooperação internacional com algumas bibliotecas e instituições da Europa e do Mundo; o estabelecimento de três protocolos institucionais com parceiros ligados à deficiência no território de Braga; a 8.ª edição da Bolsa Solidária de manuais escolares usados, fruto de uma rede concelhia de parceiros sociais, tendo emprestado a famílias cerca de 4 300 manuais escolares; e foi-lhe atribuída a Marca Empregadora Inclusiva pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

De referir ainda, que a BLCS registou o total de 26 965 utilizadores inscritos, realizou 53 965 empréstimos domiciliários e alistou 548 190 entradas/saídas de utilizadores do edifício.

Os principais indicadores económico-financeiros respeitantes à atividade da BLCS nos últimos dois anos, e respetiva variação, são apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 - Indicadores BLCS, em euros

Principais Indicadores		2019	2018	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	98 291,50	62 628,52	35 662,98
	Total do Passivo	7 366,33	2 345,49	5 020,84
	Total do Património Líquido	90 925,17	60 283,03	30 642,14
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	185 149,44	158 591,30	26 558,14
	Total de Gastos	154 507,30	150 946,78	3 560,52
	Resultado Líquido do Período	30 642,14	7 644,52	22 997,62
Rácios	Autonomia Financeira	92,51%	96,25%	-3,74 p.p.
	Solvabilidade	1 234,33%	2 570,17%	-1 335,84 p.p.
	Liquidez Geral	1 178,77%	2 181,19%	-1 002,42 p.p.
	Rentabilidade do Património Líquido	33,70%	12,68%	21,02 p.p.

Da análise da Tabela 9, verifica-se uma variação positiva no ativo da BLCS, comparando os valores de 31 de dezembro de 2019 com os de 31 de dezembro de 2018, no montante de cerca de 35,7 m€, decorrente do aumento dos direitos a receber de clientes, contribuintes e utentes (33,5 m€ face a 2018). Ao nível da estrutura de rendimentos, a evolução registada justifica-se fundamentalmente pelo aumento da rubrica de transferências e subsídios correntes obtidos na ordem de 24 m€.

Apesar de os rácios serem positivos, é de realçar a evolução negativa da solvabilidade e da liquidez geral.

1.2.9. Instituto Confúcio

O Instituto Confúcio (IC), é unidade diferenciada da UMinho criada em associação com o *Hanban* – Gabinete Nacional de Divulgação da Língua Chinesa no Mundo, e vocacionada para o desenvolvimento e aprofundamento dos Estudos Chineses e para a difusão da língua e cultura chinesas na Universidade e na região envolvente, iniciou a sua atividade, com os seus órgãos devidamente estabelecidos, no ano de 2006.

Ao longo do ano de 2019, o IC promoveu uma série de atividades didáticas e culturais, especificamente no que se refere ao projeto “Ensino de Chinês nas Escolas”, em articulação com 17 escolas de ensino básico e secundário, privadas e públicas, compreendendo um universo de 454 alunos, distribuídos por 45 turmas em vários níveis de aprendizagem e aprofundamento de chinês. Ainda relacionado com este projeto foram lançadas duas outras iniciativas, designadamente: a criação de uma *Confucius Classroom* no colégio Luso-Internacional do Porto, inaugurado a 22 de novembro de 2019, e a implementação do Programa de Intercâmbio “Escolas-Irmãs Portugal-China”.

No quadro daquilo que constitui uma das missões do IC, destaca-se a divulgação da língua e cultura chinesas e a promoção da aproximação entre Portugal e a China, tendo sido realizados, ao longo do ano de 2019, os ciclos de conferências intitulados “Património Cultural Chinês em Portugal” e “Grandes Vultos da Cultura Chinesa”. Adicionalmente, promoveu-se um vasto conjunto de “Oficinas” e “Cursos”, bem como a realização do Exame Oficial de Língua Chinesa – HSK, o qual contou com a participação de 103 alunos.

O IC desenvolveu também iniciativas tendentes a apoiar a comunidade chinesa em Portugal, facilitando a sua integração no nosso País.

A Tabela 10 apresenta os principais indicadores referentes à evolução da atividade do IC, de 2018 para 2019.



Tabela 10 - Indicadores IC, em euros

Principais Indicadores		2019	2018	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	128 484,65	131 575,95	-3 091,30
	Total do Passivo	224,50	17 610,50	-17 386,00
	Total do Património Líquido	128 260,15	113 965,45	14 294,70
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	124 557,59	133 775,53	-9 217,94
	Total de Gastos	110 262,89	99 472,86	10 790,03
	Resultado Líquido do Período	14 294,70	34 302,67	-20 007,97
Rácios	Autonomia Financeira	99,83%	86,62%	13,21 p.p.
	Solvabilidade	57131,47%	647,14%	56484,33 p.p.
	Liquidez Geral	52000,92%	716,35%	51284,57 p.p.
	Rentabilidade do Património Líquido	11,15%	30,10%	-18,95 p.p.

Com a análise da Tabela 10, relativamente à posição financeira destaca-se a diminuição do passivo (17 m€), o que originou uma melhoria na liquidez geral e na solvabilidade do IC. No que diz respeito ao desempenho financeiro, é de realçar a diminuição do resultado líquido do período (20 m€), justificada essencialmente pela diminuição das prestações de serviços e pelas transferências correntes obtidas, mas também pelo aumento dos gastos relacionados com os fornecimentos e serviços externos e com as depreciações.

Quanto aos rácios, importa destacar a variação significativamente positiva registada na solvabilidade e na liquidez, fruto da diminuição verificada no passivo.

1.2.10. Centro Clínico Académico de Braga

O Centro Clínico Académico (2CA-Braga) resulta de uma parceria, sem fins lucrativos, entre a UMinho, através da Escola de Medicina e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde, o Hospital de Braga, E.P.E. e o Hospital CUF Porto.

Durante o ano de 2019, deu-se continuidade aos projetos em curso, tendo-se iniciado dois novos projetos em copromoção/parcerias internacionais:

- I. SENTINEL; e
- II. NanoStim.

O ano de 2019 foi também pautado pela implementação e divulgação junto dos *stakeholders* da Unidade de Fase 1 e reforço da respetiva equipa de investigação, contribuindo para a participação em ensaios clínicos *Early Phase*. As atividades de formação tiveram também um peso importante, tendo sido realizadas seis novas edições dos cursos em investigação clínica, que registaram uma participação num total superior a 100 formandos.

O 2CA-Braga, no seu objetivo de promover, incentivar e suportar a qualidade na prática da investigação clínica a nível nacional e internacional, tem conseguido alcançar uma boa dinâmica de projetos de investigação, sendo que, em dezembro de 2019, se encontravam 146 projetos de investigação clínica em execução. Dos 113 ensaios clínicos aprovados pelo Infarmed a nível nacional, em 2019, 23% tiveram como centro clínico académico o 2CA-Braga. Este valor torna-se mais significativo nos ensaios de fase 3, nos quais o 2CA-Braga participou em 35% de todos os estudos em Portugal.

O aparelho de RMN 3 Tesla, adquirido em 2018, entrou em 2019 num ritmo de produção bastante elevado, tendo sido realizados um total 3070 RMNs, pela atividade de prática clínica do Hospital de Braga e 1116 RMNs no âmbito da investigação clínica do 2CA-Braga.

A Tabela 11 demonstra a evolução da atividade da 2CA-Braga, tendo em consideração os principais indicadores da sua posição e do seu desempenho financeiro.

Tabela 11 - Indicadores 2CA-Braga, em euros

Principais Indicadores		2019	2018	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	1 964 919,05	2 122 377,25	-157 458,20
	Total do Passivo	1 400 217,79	1 862 544,55	-462 326,76
	Total dos Fundos Patrimoniais	564 701,26	259 832,70	304 868,56
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	1 487 997,11	906 788,27	581 208,84
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	1 183 128,55	831 181,73	351 946,82
	Resultado Líquido do Período	304 868,56	75 606,54	229 262,02
Rácios	Autonomia Financeira	28,74%	12,24%	16,50 p.p.
	Solvabilidade	40,33%	13,95%	26,38 p.p.
	Liquidez Geral	98,19%	23,71%	74,48 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	53,99%	29,10%	24,89 p.p.



Da leitura da Tabela 11 depreende-se que, a posição financeira do 2CA-Braga evoluiu positivamente em 2019, uma vez que se verificou um aumento dos fundos patrimoniais (305 m€), proporcionado pelo resultado líquido do período, assim como por uma diminuição do passivo em 462 m€, explicada basicamente pela diminuição dos empréstimos obtidos e das dívidas correntes a fornecedores de investimentos.

No desempenho financeiro também se verifica uma evolução positiva, espelhada pela melhoria do resultado líquido em 229 m€, principalmente, fruto do aumento das prestações de serviços (570 m€). Importa referir que o aumento dos gastos, em cerca de 352 m€, é justificado fundamentalmente pelo aumento dos gastos com o pessoal e das depreciações.

Consequentemente, como existiu uma melhoria tanto da posição como do desempenho financeiro do 2CA-Braga, todos os rácios apresentam melhores performances da entidade, comparativamente com o ano transato.

1.2.11. Centro de Computação Gráfica

O Centro de Computação Gráfica (CCG) é uma entidade privada sem fins lucrativos, fundada em 1993, que atua como um Centro de Interface Tecnológico que desenvolve e fomenta processos de investigação e inovação, produzindo valor em mercados exigentes e competitivos, no domínio das tecnologias de informação, comunicação e eletrónica (TICE).

Durante o ano de 2019 centraram-se esforços na angariação e no desenvolvimento de projetos de I&D+I. Ao nível do desenvolvimento de projetos, o CCG esteve fundamentalmente focado: no desenvolvimento dos Projetos Mobilizadores ligados a diversos *clusters* setoriais portugueses, de que são exemplo Texboost (Cluster Têxtil), Produtech SIF (Cluster Produtech), CHIC (Mobilizador TICE.pt) e FAMEST (Cluster do Calçado); e no arranque dos trabalhos dos projetos europeus, nomeadamente nos projetos 5GMobix e MIRRI2020, ambos com temáticas emergentes e com um papel predominante do CCG nas tarefas de I&DT. Destaque também para o arranque da 3.ª fase dos projetos BOSCH, com os programas “Sensible Car”, “EasyRide” e “Factory of the Future”, e o arranque dos primeiros projetos do “Clube de Fornecedores BOSCH”, com as empresas Controlar, Neadvance e InsidLimits.

Em 2019 o CCG aumentou significativamente a sua presença em candidaturas e consórcios europeus e intensificou a sua presença e o seu papel no grupo GraphicsVision.ai, tendo organizado um dos seus encontros anuais. Foi também um ano de aprofundamento do trabalho no projeto 5G-Mobix, com a angariação de novas responsabilidades quer a nível do projeto, quer na interface com a Comissão Europeia. Nas relações intercontinentais, o CCG participou no congresso anual do CGAll, o parceiro chinês da rede GraphicsVision.ai, e numa visita por centros de investigação e universidades chinesas. Desta visita resultou a contratualização de um projeto em prestação de serviços à Universidade de Wuyi, assim como a intenção de estabelecer protocolos de colaboração mais duradouros entre o CCG e Universidades e/ou Centros de Investigação da Chinese Great Bay Area (Guangdong, HongKong, Macau).

Na Tabela 12 são evidenciados os principais indicadores económico-financeiros, e respetiva variação, respeitantes ao CCG.

Tabela 12 - Indicadores CCG, em euros

Principais Indicadores		2019	2018	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	8 906 674,98	7 363 476,61	1 543 198,37
	Total do Passivo	1 888 808,97	1 836 807,20	52 001,77
	Total dos Fundos Próprios	7 017 866,01	5 526 669,41	1 491 196,60
Desempenho Financeiro	Rendimentos	2 212 498,63	2 120 629,45	91 869,18
	Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	2 142 887,89	2 562 995,48	-420 107,59
	Resultado Líquido do Período	69 610,74	-442 366,03	511 976,77
Rácios	Autonomia Financeira	78,79%	75,06%	3,73 p.p.
	Solvabilidade	371,55%	300,88%	70,67 p.p.
	Liquidez Geral	241,86%	231,32%	10,54 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Próprios	0,99%	-8,00%	8,99 p.p.

Como se observa da análise da Tabela 12, o ativo do CCG registou, a 31 de dezembro de 2019, uma variação positiva de cerca de 1,5 M€ face a 31 de dezembro de 2018, justificada essencialmente pelo aumento da rubrica de ativos intangíveis, no montante de 1,2 M€ (1,1 M€ respeitante a ativos intangíveis em curso). A variação positiva verificada nos fundos patrimoniais, em cerca de 1,5 M€, deve-se ao aumento da rubrica de ajustamentos/outras variações no fundo patrimonial proveniente do reconhecimento, no período de 2019, de subsídios ao investimento. Ao nível do desempenho financeiro, destaca-se a diminuição verificada nos gastos, no montante de 420 m€, por via da diminuição dos fornecimentos e serviços externos (239 m€), das depreciações e amortizações do período (101 m€) e dos gastos com o pessoal (78 m€). Ao nível dos rácios, realça-se que todas as variações são positivas.



1.2.12. Instituto de Design de Guimarães

A Associação Instituto de Design de Guimarães (IDEGUI) foi constituída em 2012, para promover e apoiar a promoção de ações na área do *design*. A associação teve como génese a parceria existente entre o Município de Guimarães e a UMinho, no âmbito do projeto CAMPURBIS - Parceria para a Regeneração Urbana da Zona de Couros (2008 – 2012), alargada a um conjunto de sócios fundadores, onde se incluem as principais empresas industriais do concelho de Guimarães, com interesse no *design*.

Finalizado o plano de instalação da associação, na antiga Fábrica de Curtumes da Ramada, o IDEGUI conta atualmente com áreas de formação, geridas pela UMinho, mas abertas a outras instituições de formação. Dispõe, ainda, de espaços propícios à realização de seminários profissionais e áreas expositivas e de divulgação.

A criação do IDEGUI na cidade de Guimarães permitiu, entretanto, dispor de um vasto conjunto de laboratórios e oficinas onde alunos, *designers* e investigadores, podem desenvolver a sua atividade num ambiente criativo, tirando partido dos mais diversos e modernos meios tecnológicos. O ano de 2019 marcou a consolidação do Mestrado em Design de Produto e Serviços, nas instalações do IDEGUI, após os dois primeiros anos de arranque. A Licenciatura em Design de Produto da UMinho é também desenvolvida nas instalações do IDEGUI.

O IDEGUI acolheu o primeiro dia do workshop KERAMOS e a exposição SHARE - “Produtos cerâmicos inovadores e multifuncionais”, atividades no âmbito do Projeto de Investigação Exploratória MIT-EXPL/ISF/0006/2017 – Fabricação Aditiva de Produtos Cerâmicos Inovadores e Multifuncionais para Sistemas Arquitetónicos.

O IDEGUI suportou a participação de investigadores do Advanced Ceramics Lab (ACLAB) na Formnext, feira dedicada às tecnologias de fabricação aditiva, que se realizou em Frankfurt, na Alemanha, entre 19 a 22 de novembro.

A Tabela 13 apresenta a evolução da atividade do IDEGUI de 2018 para 2019.

Tabela 13 - Indicadores IDEGUI, em euros

Principais Indicadores		2019	2018	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	61 656,55	127 301,61	-65 645,06
	Total do Passivo	94 450,86	94 420,16	30,70
	Total dos Fundos Patrimoniais	-32 794,31	32 881,45	-65 675,76
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	189 590,37	297 279,60	-107 689,23
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	255 228,52	296 612,90	-41 384,38
	Resultado Líquido do Período	-65 638,15	666,70	-66 304,85
Rácios	Autonomia Financeira	-53,19%	25,83%	-79,02 p.p.
	Solvabilidade	-34,72%	34,82%	-69,54 p.p.
	Liquidez Geral	48,06%	177,71%	-129,65 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	-200,15%	2,03%	-202,18 p.p.

Da análise da Tabela 13, conclui-se que tanto a posição como o desempenho financeiro desta entidade evoluíram negativamente. No que diz respeito ao desempenho financeiro realça-se o resultado líquido do período negativo no montante de 65,6 m€, principalmente devido à redução dos serviços prestados. Consequentemente, este resultado proporcionou um impacto negativo no capital próprio, o qual se cifrou no ano de 2019 em cerca de – 32,8 m€.

Os rácios apresentados refletem o desempenho negativo da entidade, uma vez que todos apresentam variações negativas relevantes, proporcionadas sobretudo pela obtenção do resultado líquido negativo em 2019.

1.2.13. Casa de Sarmento

A Casa de Sarmento – Centro de Estudos do Património (CS) é uma Unidade Diferenciada (UD) da UMinho, instituída através de um protocolo de cooperação entre o Município de Guimarães, a Sociedade Martins Sarmento (SMS) e a UMinho. A sua principal missão consiste em estabelecer uma ligação mais profunda entre a Universidade e a comunidade vimaranense, assim como, apoiar o desenvolvimento da missão científica e cultural da SMS.

Na atividade desenvolvida por esta entidade, assume particular importância o tratamento, a catalogação e a divulgação do acervo bibliográfico, documental e museológico da SMS, assim como, a colaboração em projetos de investigação que valorizem o seu acervo.

Neste sentido, nos dois anos de atividade desta entidade foi dada prioridade à aquisição de uma estação de digitalização e ao desenvolvimento da sua página da internet, podendo ser destacado o seguinte:

- O desenvolvimento e implementação de soluções digitais que permitam a gestão de coleções digitais, a exploração de dados demográficos, entre outros;
- O tratamento e digitalização de diversos arquivos, os quais variam desde imagens, coleções de jornais e espólios como o de Raul Brandão, José Craveiro, entre outros;



- A organização e participação em eventos científicos, como o “XII Congresso de Demografia Histórica”, a exposição “Centenário da Pneumónica”, entre outros.

A Tabela 14 apresenta de forma resumida a evolução da posição e do desempenho financeiro da CS, relativamente aos períodos de 2018 para 2019.

Tabela 14 - Indicadores CS, em euros

Principais Indicadores		2019	2018	Variação
Posição Financeira	Total do Ativo	77 006,69	64 730,39	12 276,30
	Total do Passivo	5 429,20	2 876,36	2 552,84
	Total do Capital Próprio	71 577,49	61 854,03	9 723,46
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	89 077,16	112 399,00	-23 321,84
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	79 353,70	50 544,97	28 808,73
	Resultado Líquido do Período	9 723,46	61 854,03	-52 130,57
Rácios	Autonomia Financeira	92,95%	95,56%	-2,61 p.p.
	Solvabilidade	1318,38%	2150,43%	-832,05 p.p.
	Liquidez Geral	940,92%	1381,47%	-440,55 p.p.
	Rentabilidade do Capital Próprio	13,58%	100,00%	-86,42 p.p.

Da análise à Tabela 14 denota-se uma variação negativa acentuada do resultado líquido do período, principalmente pela diminuição da imputação aos resultados de subsídios à exploração (25 m€), do aumento de gastos com o pessoal (19 m€) e das depreciações de ativos (7 m€).

Os rácios apresentados, apesar de terem sofrido uma acentuada variação negativa, ainda se mostram francamente positivos.

1.2.14. Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros

O Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP) é uma associação de direito privado, de matriz marcadamente tecnológica e científica, com um modelo de gestão empresarial. O PIEP foi criado em 2001, por iniciativa da indústria e em colaboração com o Departamento de Engenharia de Polímeros da Universidade do Minho, com o objetivo de dar resposta às necessidades de I&D+I das empresas do setor, desenvolvendo novos materiais e apoiando a criação de produtos inovadores, tecnologias de processamento e ferramentas produtivas. O PIEP pretende também contribuir na vertente da formação, apoiando o desenvolvimento de recursos humanos com capacidade e experiência em inovação industrial na área da engenharia de polímeros. Atendendo à multidisciplinariedade e complexidade dos projetos em que o PIEP está envolvido, a sua interação tem sido extensível a outros departamentos da UMinho, como os Departamentos de Engenharia Mecânica e de Engenharia de Eletrónica Industrial.

Para além desta privilegiada relação com a UMinho, o PIEP tem criado parcerias com diversas redes nacionais e internacionais, polos de competitividade e instituições que lhe permitem poder contribuir, em articulação com os diferentes atores, para a definição de estratégias para a inovação e potenciação de negócio em diversas áreas.

O PIEP encerrou o ano de 2019 com 50 associados. Em termos nominais, a participação do segmento industrial é bastante significativa, registando-se 42 empresas associadas. O segmento das associações setoriais e o segmento público são compostos por 4 entidades cada.

O conjunto de iniciativas desenvolvidas durante 2019 traduziu-se num volume de negócios de 1.880 m€, valor que traduz uma variação positiva de 38% face a 2018. A componente da prestação de serviços registou um valor de 757 m€, o que significa um aumento de 10% face ao registado em 2018, representando 40% do volume de negócios. A componente dos serviços especializados representa 22% do total da prestação de serviços em 2019 e os projetos I&DT representam 78%.

O conjunto alargado de iniciativas e oportunidades concretizadas durante o período anterior, consolidado com as novas candidaturas apresentadas e aprovadas no exercício de 2019, permitiram o arranque de diversos projetos em copromoção entretanto aprovados, o que justifica o aumento de 67% na componente de subsídios à exploração.

A Tabela 15 apresenta a variação dos principais indicadores referentes à evolução da atividade do PIEP, registada em 2019, face a 2018.



Tabela 15 - Indicadores PIEP, em euros

Principais Indicadores		2019	2018	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	5 926 406,00	5 418 436,00	507 970,00
	Total do Passivo	4 276 185,00	3 672 137,00	604 048,00
	Total dos Fundos Patrimoniais	1 650 221,00	1 746 299,00	-96 078,00
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	2 061 042,00	1 521 649,00	539 393,00
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	2 039 711,00	1 457 300,00	582 411,00
	Resultado Líquido do Período	21 331,00	64 349,00	-43 018,00
Rácios	Autonomia Financeira	27,85%	32,23%	-4,38 p.p.
	Solvabilidade	38,59%	47,56%	-8,97 p.p.
	Liquidez Geral	80,82%	78,95%	1,87 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	1,29%	3,68%	-2,39 p.p.

Conforme evidencia a Tabela 15, ao nível da posição financeira, é de destacar o aumento do ativo em cerca de 508 m€ e do passivo na ordem dos 604 m€. No que se refere ao ativo foram várias as rubricas que registaram variações, sublinhando-se a variação positiva da rubrica de outros créditos e ativos não correntes em cerca de 372 m€ e a de outros ativos correntes em 716 m€, compensadas essencialmente pela diminuição da rubrica de caixa e depósitos bancários (219 m€) e ativos fixos tangíveis (229 m€).

Relativamente ao desempenho financeiro, verificou-se um decréscimo do resultado líquido do período, nomeadamente, devido ao aumento dos gastos com o pessoal (215 m€, decorrente do incremento nas contratações que passaram de 29 para 34 colaboradores) e de fornecimentos e serviços externos (322 m€, divididos por: serviços especializados 112 m€; subcontratos 69 m€; materiais 117 m€ e deslocações e estadas 20 m€).

Apesar do resultado líquido positivo do período, o PIEP viu a sua autonomia financeira diminuir em aproximadamente 4 p.p., passando dos 32% registados em 2018 para 28% no corrente período. Este facto justifica-se pelo aumento considerável do número de projetos cofinanciados, que aumentou em 12 p.p. representando agora 60% do valor total do ativo. Este facto, associado à diminuição no valor total dos fundos patrimoniais agravou a perda de autonomia financeira.

1.2.15. Centro Nanotecnologia Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes

O Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CeNTI) é um Instituto de I&DT privado sem fins lucrativos, fundado em 2006, resulta de uma intensa parceria de 3 Universidades, 2 Centros Tecnológicos e 1 Instituto de Novas Tecnologias: a UMinho, a Universidade do Porto, a Universidade de Aveiro, o CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal, o CTIC - Centro Tecnológico das Indústrias do Couro e o CEIA - Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel.

O ano de 2019 caracterizou-se pela estabilização das equipas e das atividades do CeNTI face à expansão verificada em 2018. Foi ano de arranque de um conjunto de projetos I&DT de dimensão marcadamente estruturante para a economia portuguesa e ao mesmo tempo para o CeNTI: (i) em 2019 destacam-se a exploração de novas tecnologias nas áreas da sustentabilidade e dos novos processos de reciclagem e recuperação de materiais, em particular através da transformação resíduos em matérias-primas (com enfoque particular para materiais derivados da celulose), ou o desenvolvimento de novas tecnologias de automação e sustentabilidade para componentes para o interior automóvel, ou, ainda, o desenvolvimento de novas nanoestruturas com aplicações na área da eletrónica e microeletrónica; (ii) a participação do CeNTI em grandes programas e a contratualização de linhas de desenvolvimento continuadas com clientes de referência em áreas ligadas aos setores automóvel, eletrónica e têxtil.

Na Tabela 16 apresenta-se a variação dos principais indicadores económicos e financeiros à data de 31 de dezembro 2019 (comparativamente com o ano de 2018).

Tabela 16 - Indicadores CeNTI, em euros

Principais Indicadores		2019	2018	Varição
Posição Financeira	Total do Ativo	11 001 575,42	10 489 494,90	512 080,52
	Total do Passivo	5 760 197,80	5 623 292,07	136 905,73
	Total dos Fundos Patrimoniais	5 241 377,62	4 866 202,83	375 174,79
Desempenho Financeiro	Total de Rendimentos	3 578 251,90	2 853 669,28	724 582,62
	Total de Gastos (inclui Imposto s/ o rendimento)	3 305 519,39	2 758 701,73	546 817,66
	Resultado Líquido do Período	272 732,51	94 967,55	177 764,96
Rácios	Autonomia Financeira	47,64%	46,39%	1,25 p.p.
	Solvabilidade	90,99%	86,54%	4,45 p.p.
	Liquidez Geral	136,62%	130,27%	6,35 p.p.
	Rentabilidade dos Fundos Patrimoniais	5,20%	1,95%	3,25 p.p.



Da leitura da Tabela 16, e no que se refere à posição financeira, é de destacar a variação positiva no montante de 512 m€ registada no ativo, decorrente do aumento da rubrica de outros ativos correntes (1 M€) compensada essencialmente pela diminuição verificada em caixa e depósitos bancários (532 m€).

Relativamente ao desempenho financeiro é de sublinhar o aumento significativo do resultado líquido do período, em cerca de 178 m€, devido, principalmente, ao aumento dos subsídios à exploração (607m€) e de outros rendimentos (267 m€).

Ao nível dos rácios verificam-se variações positivas, embora diminutas.



III – RELATO FINANCEIRO



1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.1. Enquadramento macroeconómico internacional

Espera-se que a economia mundial tenha crescido 2,66 %¹ em 2019, valor inferior em 0,73 p.p. face a 2018, representando o valor mais baixo dos últimos 10 anos.

Este abrandamento do crescimento económico foi sentido em diversos países, em consequência do aumento das barreiras ao comércio internacional e à incerteza geopolítica. A tensão política, comercial e financeira entre os Estados Unidos da América (EUA) e a China, assim como o aumento de tarifas alfandegárias, prejudicaram a confiança para novos investimentos e as relações comerciais globais. Segundo as estimativas da OCDE, o crescimento real do comércio internacional decresceu, em 2019, face ao período homólogo, em 2,5 p.p., fixando-se em 1,2 %.

Na Zona-Euro, a atividade económica abrandou em 2019, tendo crescido 1,5%², menos 0,6 p.p. do que no ano de 2018, particularmente afetada pela contração da atividade industrial e pela contração da economia alemã no segundo trimestre de 2019. A incerteza quanto à permanência do Reino Unido na União Europeia, foi um tema que marcou o ano de 2019 e que, naturalmente, afetou a economia, considerando a incerteza vivida. A Política Monetária na Zona Euro tornou-se ainda mais expansionista em 2019, tendo resultado numa desvalorização do Euro face às moedas dos principais parceiros comerciais.

Até ao despoletar da pandemia COVID-19, o cenário previsto para 2020 era de recuperação do ritmo de crescimento da economia mundial para 3,4%. Contudo, com o deflagrar da pandemia, com consequências graves na economia mundial, a OECD tem corrigido as previsões que apontam para um abrandamento significativo da economia mundial. O cenário mais pessimista publicado em junho, o qual inclui a previsão de uma segunda vaga pandémica antes do final do ano, aponta para que a economia mundial decresça 7,6%.

É de salientar a extraordinária incerteza que pauta a atividade económica global e a consequente produção destes indicadores.

1.2. Enquadramento macroeconómico nacional

De acordo com os dados da PORDATA, em 2019, o crescimento real do PIB português fixou-se em 2,16%, registando-se um ligeiro abrandamento face a 2018, de 0,48 p.p. O ano de 2019 ficou marcado pelo facto de Portugal ter alcançado um saldo orçamental excedentário, sendo o primeiro saldo orçamental positivo desde 1973.

Segundo o Boletim Económico do Banco de Portugal (BdP) de junho de 2020, verificou-se um crescimento do consumo privado em 2019 de 2,2%, constatando-se, face a 2018, uma redução de 0,9 p.p. O consumo público também aumentou ligeiramente, fixando-se em 1,1% em 2019, representando uma variação de 0,3 p.p. face a 2018. Em 2019, a taxa de desemprego diminuiu para 6,5% e existiu uma variação positiva da Balança corrente e de capital em 0,9% do PIB.

A pandemia COVID-19 afetou de forma significativa a economia portuguesa em 2020, sendo que as projeções económicas do BdP, publicadas no boletim económico de junho de 2020, expressam esse impacto. As previsões foram efetuadas num cenário de grande incerteza, uma vez que muito embora já tenham existido crises pandémicas no passado, a forte globalização e integração das economias implica que a análise previsional seja mais complexa e volátil.

Do referido boletim, destaca-se a projeção de um forte abrandamento económico, sendo a maior redução da atividade económica do último século. Em termos médios anuais, o PIB em Portugal deverá reduzir-se 9,5% em 2020, apresentando um crescimento de 5,2% em 2021 e 3,8% em 2022. Destaca-se ainda um aumento muito significativo da taxa de desemprego que atingirá 10,1% em 2020, apesar de este efeito ter sido mitigado e ligeiramente desfasado, tendo em conta as medidas adotadas, como o *layoff* simplificado. Espera-se uma redução progressiva da taxa de desemprego, em 2022, para cerca de 7,5%.

Prevê-se que o saldo da balança corrente e de capital se mantenha excedentário, como consequência da queda do preço do petróleo, ao contrário do saldo da balança de bens e serviços que se espera que passe a registar défice, muito influenciado pelo decréscimo esperado no setor do turismo.

De referir, ainda, a expectativa de forte redução do consumo privado, de cerca de 9% em 2020, superior à do rendimento disponível em 2020, prevendo-se um aumento da taxa de poupança das famílias, a qual se deve às características da crise pandémica, nomeadamente as medidas de contenção, insegurança e elevada incerteza.

1 OECD Economic Outlook No 107 - June 2020 Double Hit Scenario

2 Dados PORDATA.



2. ANÁLISE ORÇAMENTAL, ECONÓMICO-FINANCEIRA E DE GESTÃO CONSOLIDADA

2.1. Análise orçamental consolidada

A análise orçamental que se apresenta teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público UMinho no período de relato. Para tal, analisam-se as principais variações ao nível da ótica financeira, nomeadamente quanto às liquidações e obrigações, e da ótica monetária, pagamentos e recebimentos, refletidas nas demonstrações orçamentais consolidadas.

Para a elaboração das demonstrações orçamentais consolidadas e em conformidade com o preceituado na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, procedeu-se à consolidação orçamental através do método da simples agregação, tendo-se incluído no perímetro de consolidação as seguintes entidades públicas:

- Serviços de Ação Social da Universidade do Minho;
- Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva; e o
- Instituto Confúcio.

2.1.1. Recebimentos e pagamentos consolidados

A Tabela 17 apresenta informação relativa à desagregação dos recebimentos consolidados do Grupo Público UMinho, discriminados por rubrica orçamental, com o objetivo de efetuar uma análise comparativa entre períodos e rubricas.

Tabela 17 - Desagregação dos recebimentos consolidados

RECEBIMENTOS	31/12/2019		31/12/2018		Variação 2019-2018	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Receita Corrente	126 205 220,47	87,79	129 072 589,48	94,25	-2 867 369,01	-2,22
R1 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R11 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R12 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R2 Contrib. SS, CGA e ADSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R3 Taxas, multas e out. penal.	24 765 797,20	17,23	23 724 671,82	17,32	1 041 125,38	4,39
R4 Rend. de propriedade	277,88	0,00	2 638,57	0,00	-2 360,69	-89,47
R5 Transferências Correntes	90 602 756,53	63,02	95 518 044,06	69,75	-4 915 287,53	-5,15
R51 Administrações Públicas	71 657 359,42	49,84	63 928 224,31	46,65	7 729 135,11	12,15
R511 Adm. Central - Estado	63 305 312,00	44,03	62 421 745,65	45,58	883 566,35	1,42
R512 Adm. Central – Out. ent.	8 329 297,42	5,79	1 471 217,44	1,07	6 858 079,98	466,15
R513 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R514 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R515 Administração Local	22 750,00	0,02	35 261,22	0,03	-12 511,22	-35,48
R52 Exterior - U.E	16 125 159,80	11,22	28 451 797,90	20,78	-12 326 638,10	-43,32
R53 Outras	2 820 237,32	1,96	3 138 021,85	2,29	-317 784,54	-10,13
R6 Vendas de bens e serviços	10 833 345,26	7,54	9 827 234,43	7,18	1 006 110,83	10,24
R7 Outras receitas correntes	3 043,60	0,00	0,60	0,00	3 043,00	507 166,67
Receita de capital	16 764 312,69	11,66	7 843 846,86	5,73	8 920 465,83	113,73
R8 Vendas de bens de invest.	2 960,00	0,00	120,00	0,00	2 840,00	-
R9 Transferências de capital	16 755 403,92	11,65	7 843 726,86	5,73	8 911 677,06	113,62
R91 Administrações Públicas	15 577 674,25	10,84	7 826 806,63	5,72	7 750 867,62	99,03
R911 Adm. Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R912 Adm. Central – Out. ent.	15 577 674,25	10,84	7 826 806,63	5,72	7 750 867,62	99,03
R913 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R914 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R915 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R92 Exterior - UE	18 304,39	0,01	16 920,23	0,01	1 384,16	-
R93 Outras	1 159 425,28	0,81	0,00	0,00	1 159 425,28	-
R10 Outras receitas de capital	5 948,77	0,00	0,00	0,00	5 948,77	-
R11 RNAP	793 876,86	0,55	31 344,42	0,02	762 532,45	2 432,75
R12 Rec. c/ ativos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
R13 Rec. c/ passivos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total Recebimentos	143 763 410,02	100	136 947 780,75	100	6 815 629,27	4,98

Conforme se pode observar pela análise da Tabela 17, a variação apurada de 2018 para 2019, dos montantes recebidos foi de 4,98%.



No que diz respeito aos recebimentos correntes, estes representam 87,79% dos recebimentos totais do Grupo Público, sendo de realçar o aumento das verbas transferidas por Serviços e Fundos Autónomos em cerca de 6,9 M€ e o aumento das verbas provenientes dos rendimentos da educação e da venda de bens e serviços, ambos em aproximadamente 1 M€. Além do exposto, é de assinalar uma acentuada diminuição dos recebimentos correntes das instituições da UE, em cerca de 12,3 M€, os quais estão associados à atividade de I&D do Grupo Público UMinho.

No que diz respeito aos recebimentos de capital, estes representam apenas 11,66% dos recebimentos totais do Grupo Público UMinho, embora tenham tido uma variação positiva de 113,73%, quando comparado com o de 2018. Este aumento justifica-se essencialmente pelo recebimento de verbas de capital associadas à atividade de I&D do Grupo Público.

Importa ainda destacar que as transferências recebidas no âmbito do Orçamento do Estado (OE) sofreram uma redução do seu peso face às receitas totais do Grupo, em aproximadamente 1,55 p.p., reflexo do esforço da diversificação das fontes de financiamento, por forma a diminuir a dependência em relação às verbas transferidas através do OE.

A Tabela 18 apresenta informação relativa à desagregação dos pagamentos consolidados do Grupo Público UMinho, desagregada por rubrica orçamental, com o objetivo de efetuar uma análise comparativa entre períodos e rubricas.

Tabela 18 - Desagregação dos pagamentos consolidados

PAGAMENTOS	31/12/2019		31/12/2018		Variação 2019-2018	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Despesa Corrente	138 599 426,11	96,10	130 930 842,89	96,72	7 668 583,21	5,86
D1 Despesas com o pessoal	93 555 923,88	64,87	85 551 828,09	63,20	8 004 095,79	9,36
D11 Rem. Certas e Permanentes	74 309 805,45	51,52	67 475 243,06	49,85	6 834 562,39	10,13
D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	1 745 700,73	1,21	1 965 293,94	1,45	-219 593,21	-11,17
D13 Segurança Social	17 500 417,70	12,13	16 111 291,09	11,90	1 389 126,61	8,62
D2 Aquisição de bens e serviços	29 392 304,87	20,38	27 157 564,50	20,06	2 234 740,37	8,23
D3 Juros e outros encargos	348,80	0,00	258,23	0,00	90,57	-
D4 Transferências correntes	15 338 348,00	10,63	17 924 579,54	13,24	-2 586 231,55	-14,43
D41 Administrações Públicas	1 143 634,25	0,79	2 698 221,41	1,99	-1 554 587,16	-57,62
D411 Adm. Central – Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D412 Adm. Central – Out. ent.	1 143 634,25	0,79	2 698 221,41	1,99	-1 554 587,16	-57,62
D413 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D414 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D415 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D42 Inst. sem Fins Lucrativos	1 118 133,11	0,78	1 904 034,55	1,41	-785 901,45	-41,28
D43 Famílias	10 661 490,72	7,39	11 202 545,00	8,28	-541 054,28	-4,83
D44 Outras	2 415 089,92	1,67	2 119 778,58	1,57	295 311,34	13,93
D5 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D6 Outras despesas correntes	312 500,56	0,22	296 612,53	0,22	15 888,03	5,36
Despesas de capital	5 533 937,51	3,84	4 432 921,12	3,27	1 101 016,39	24,84
D7 Investimento	5 533 937,51	3,84	4 432 921,12	3,27	1 101 016,39	24,84
D8 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D81 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D811 Adm. Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D812 Adm. Central - Out. ent.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D813 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D814 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D815 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D82 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D9 Outras desp. de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
D10 Desp. com ativos financ.	95 500,00	0,07	2 000,00	0,00	93 500,00	4 675,00
D11 Desp. c/ passivos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total Despesa	144 228 863,62	100	135 365 764,01	100	8 863 099,60	6,55

No que concerne aos pagamentos consolidados do Grupo Público UMinho, e em comparação com o ano de 2018, verificou-se uma variação positiva, de aproximadamente 6,55%, atingindo em 2019 um total de pagamentos no montante de 144 M€.

Tal como verificado no ano anterior, em 2019, os pagamentos relacionados com as despesas correntes representam quase a totalidade (96,10%) dos pagamentos do Grupo Público. Destes, destacam-se as despesas com pessoal que aumentaram 8 M€, fruto da integração de recursos humanos, essencialmente afetos à atividade de investigação, e devido às valorizações remuneratórias; bem como os pagamentos efetuados com a aquisição de bens e serviços correntes, os quais sofreram uma variação positiva de 2,2 M€.

Relativamente às despesas de capital, apesar de representarem uma pequena parte (3,84%) dos pagamentos totais do Grupo Público UMinho, estas sofreram um aumento de 1,1 M€, devido principalmente à aquisição de ativos para a atividade de investigação do Grupo Público.



2.1.2. Direitos e obrigações consolidados

A Tabela 19 apresenta os direitos consolidados do Grupo Público UMinho, discriminados por rubrica orçamental, com o objetivo de se efetuar uma análise comparativa ao peso de cada rubrica relativamente ao total dos direitos, bem como à variação entre períodos.

Tabela 19 - Desagregação dos direitos consolidados

DIREITOS	31/12/2019		31/12/2018		Variação 2019-2018	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Direitos Correntes	123 685 177,28	87,96	132 011 070,63	94,37	-8 325 893,35	-6,31
R1 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contrib. SS, CGA e ADSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penal.	22 077 136,10	15,70	25 418 284,79	18,17	-3 341 148,69	-13,14
R4 Rendimentos de propriedade	277,88	0,00	2 327,89	0,00	-2 050,01	-88,06
R5 Transferências Correntes	90 589 314,07	64,43	96 295 603,32	68,84	-5 706 289,25	-5,93
R51 Administrações Públicas	71 674 109,42	50,97	63 936 875,56	45,71	7 737 233,86	12,10
R511 Adm. Central - Estado	63 305 312,00	45,02	62 411 293,47	44,62	894 018,53	1,43
R512 Adm. Central - Out. ent.	8 329 297,42	5,92	1 481 928,34	1,06	6 847 369,08	462,06
R513 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R514 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R515 Administração Local	39 500,00	0,03	43 653,75	0,03	-4 153,75	-9,52
R52 Exterior - U.E	16 227 726,87	11,54	28 355 535,90	20,27	-12 127 809,03	-42,77
R53 Outras	2 687 477,79	1,91	4 003 191,86	2,86	-1 315 714,08	-32,87
R6 Vendas de bens e serviços	11 015 405,63	7,83	10 294 854,03	7,36	720 551,60	7,00
R7 Outras receitas correntes	3 043,60	0,00	0,60	0,00	3 043,00	507 166,67
Direitos de capital	16 121 393,14	11,47	7 843 828,86	5,61	8 277 564,28	105,53
R8 Vendas de bens de invest.	3 018,45	0,00	120,00	0,00	2 898,45	2 415,38
R9 Transferências de capital	16 112 425,92	11,46	7 843 708,86	5,61	8 268 717,06	105,42
R91 Administrações Públicas	15 577 674,25	11,08	7 826 788,63	5,60	7 750 885,62	99,03
R911 Adm. Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R912 Adm. Central - Out. ent.	15 577 674,25	11,08	7 826 788,63	5,60	7 750 885,62	99,03
R913 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R914 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R915 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R92 Exterior - UE	18 304,39	0,01	16 920,23	0,01	1 384,16	8,18
R93 Outras	516 447,28	0,37	0,00	0,00	516 447,28	0,00
R10 Outras receitas de capital	5 948,77	0,00	0,00	0,00	5 948,77	0,00
R11 RNAP's	801 184,22	0,57	32 341,36	0,02	768 842,87	2 377,27
R12 Rec. com ativos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Rec. com passivos financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Direitos	140 607 754,64	100,00	139 887 240,85	100,00	720 513,80	0,52

Como se pode verificar da análise dos dados, os direitos correntes representam aproximadamente 87,96% (94,37% em 31/12/2018) dos direitos totais do Grupo Público UMinho, onde se destaca a rubrica de transferências correntes, em particular aquela respeitante ao OE, cujo peso é de, aproximadamente, 45,02%.

Nos direitos correntes é de destacar o aumento de 6,8 M€ na rubrica de outras entidades da administração central (verbas que foram transferidas de Serviços e Fundos Autónomos conforme análise dos recebimentos consolidados), assim como, o aumento de cerca de 721 m€ relacionado com vendas e serviços prestados pelo Grupo Público UMinho.

Em coerência com o apresentado nos recebimentos consolidados, os direitos correntes consolidados de instituições da UE sofreram uma variação negativa em cerca de 12,1 M€, os quais foram compensados pelo aumento das transferências de capital (8 M€) e pelos Serviços e Fundos Autónomos (6,8 M€), ambos relacionados com direitos referentes à atividade de I&D do Grupo Público.

Com o objetivo de se efetuar uma análise comparativa ao peso de cada rubrica relativamente ao total das obrigações consolidadas do Grupo Público UMinho, apresentam-se na Tabela 20 as obrigações consolidadas, discriminadas por rubrica orçamental.



Tabela 20 - Desagregação das obrigações consolidadas

OBRIGAÇÕES	31/12/2019		31/12/2018		Variação 2019-2018	
	(€)	Peso (%)	(€)	Peso (%)	(€)	(%)
Obrigações Correntes	145 649 784,58	95,90	134 535 261,50	96,76	11 114 523,08	8,26
D1 Despesas com o pessoal	96 806 147,47	63,74	88 699 990,15	63,80	8 106 157,32	9,14
D11 Rem. Certas e Perman.	76 279 290,51	50,23	69 379 750,34	49,90	6 899 540,17	9,94
D12 Abonos Var. ou Eventuais	1 752 343,53	1,15	1 982 984,75	1,43	-230 641,22	-11,63
D13 Segurança Social	18 774 513,43	12,36	17 337 255,06	12,47	1 437 258,37	8,29
D2 Aquisição de bens e serv.	32 719 228,09	21,54	27 458 222,00	19,75	5 261 006,09	19,16
D3 Juros e outros encargos	348,80	0,00	258,23	0,00	90,57	35,07
D4 Transferências correntes	15 750 549,73	10,37	18 050 735,98	12,98	-2 300 186,26	-12,74
D41 Administrações Públicas	1 404 589,72	0,92	2 698 753,73	1,94	-1 294 164,01	-47,95
D411 Adm. Central -- Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D412 Adm. Central - Out. ent.	1 404 589,72	0,92	2 698 753,73	1,94	-1 294 164,01	-47,95
D413 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D414 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D415 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D42 Inst. sem Fins Lucrativos	1 231 743,32	0,81	2 012 931,52	1,45	-781 188,21	-38,81
D43 Famílias	10 687 106,44	7,04	11 204 619,40	8,06	-517 512,96	-4,62
D44 Outras	2 427 110,25	1,60	2 134 431,33	1,54	292 678,92	13,71
D5 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6 Outras despesas correntes	373 510,50	0,25	326 055,15	0,23	47 455,35	14,55
Obrigações de capital	6 122 279,97	4,03	4 496 558,40	3,23	1 625 721,57	36,15
D7 Investimento	6 122 279,97	4,03	4 496 558,40	3,23	1 625 721,57	36,15
D8 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D81 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D811 Adm. Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D812 Adm. Central - Out. ent.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D813 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D814 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D815 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D82 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Desp. c/ ativos financ.	98 500,00	0,06	2 000,00	0,00	96 500,00	4 825,00
D11 Desp. c/ passiv. financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Obrigações	151 870 564,55	100	139 033 819,90	100	12 836 744,65	9,23

Quanto às obrigações consolidadas do Grupo Público UMinho, e na linha do que foi referido nos pagamentos consolidados, em 2019 estas também sofreram uma variação positiva (9,23%), sendo as obrigações correntes as mais significativas, as quais representam cerca de 95,90% (96,76% em 31/12/2018) do total das obrigações do Grupo.

Tal como nos pagamentos consolidados, o aumento na rubrica de despesas com o pessoal é justificado com a integração de recursos humanos, essencialmente afetos à atividade de investigação, mas também devido às valorizações remuneratórias. Quanto à rubrica de aquisições de bens e serviços, esta registou uma variação positiva de cerca de 5,3 M€, sendo de referir que foram contabilizadas faturas nesta rubrica, no montante de 32,7 M€, embora só tenham sido pagas em 2019 cerca de 29,4 M€, pelo que existem 3,3 M€ de despesa de 2019 que apenas será paga em 2020, e que, por ser facto, necessitam de ser cabimentadas em 2020, consumindo orçamento de 2020.

As obrigações de capital, tal como justificado nos pagamentos consolidados, sofreram uma variação positiva de 1,6 M€ essencialmente para fazer face a aquisições de ativos de capital duradouros, referentes à atividade de I&D do Grupo Público UMinho.

2.1.3. Principais indicadores orçamentais consolidados

Considera-se pertinente destacar, em forma de resumo, e como evidenciado pela Tabela 21, os indicadores orçamentais consolidados do Grupo Público UMinho, no período de 2019:

- Os recebimentos consolidados totais registados em 2019, cifram-se em cerca de 143,8 M€, sendo que em 2018 apenas se registaram 136,9 M€, logo, existe uma variação positiva de receita arrecadada pelo Grupo Público, no montante de 6,9 M€;
- Apesar dos recebimentos correntes continuarem a representar a maior fatia dos recebimentos totais do Grupo Público, verificou-se um decréscimo em relação ao ano de 2018, uma vez que neste período representavam 94,25%, enquanto que em 2019 apenas representaram 87,79%;



- No ano de 2019 os pagamentos consolidados totais ascenderam a 144,2 M€, enquanto que no ano transato rondaram os 135,4 M€. Tal como exposto anteriormente, este aumento no montante de 8,8 M€ justifica-se essencialmente pela contratação de novos recursos humanos, em grande parte afetos à atividade de I&D;
- Tal como em 2018, os pagamentos correntes consolidados continuam a representar quase a totalidade (96,10%, 138,6 M€) dos pagamentos do Grupo Público; e
- Importa salientar que as obrigações consolidadas em 2019, ascenderam a 151,9 M€, enquanto que os direitos consolidados apenas ascenderam a 140,6 M€. Daqui decorre a existência de um diferencial de 11,3 M€ de obrigações, a ser pago com recurso a rendimentos de 2020.

Na Tabela 21 destacam-se alguns dos principais rácios associados à execução orçamental.

Tabela 21 - Indicadores orçamentais, em percentagem

Indicadores	31/12/2019	31/12/2018
Recebimentos correntes/Recebimentos totais	87,79	94,25
Pagamentos correntes/Pagamentos totais	96,10	96,72
Direitos correntes/Direitos totais	87,96	94,37
Obrigações correntes/Obrigações totais	95,90	96,76

Conforme evidenciado pela Tabela 21, tanto os recebimentos/direitos correntes como os pagamentos/obrigações correntes, representam a maior fatia da atividade orçamental do Grupo Público UMinho.

2.2. Análise económica e financeira consolidada

A presente análise económica e financeira teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público UMinho no período de relato. Para tal, analisaram-se as principais variações ao nível das óticas financeira, económica e monetária, refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foi definido o perímetro de consolidação, tendo-se aplicado o método da consolidação integral às entidades controladas (SASUM, ACMP5, B'ACIS, APSI, CVR e TecMinho) e o método da equivalência patrimonial às entidades associadas (BLCS, IC, 2CA-Braga, CCG, IDEGUI, CS, PIEP e CeNTI). As restantes entidades nas quais a UMinho detém uma participação, mas sem influência significativa não foram incluídas no perímetro de consolidação, estando as mesmas reconhecidas pelo custo de aquisição.

2.2.1. Posição financeira: Balanço consolidado

2.2.1.1. Ativo consolidado

Na Tabela 22 apresenta-se a evolução das principais rubricas do ativo a 31 de dezembro de 2019, comparativamente ao período homólogo.

Tabela 22 - Estrutura do ativo consolidado, em euros

ATIVO	31/12/2019		31/12/2018		Variação 2019-2018	
	Valor	%	Valor	%	(€)	(%)
Ativo não corrente	143 378 302,54	49,36	144 059 849,30	49,14	-681 546,76	-0,47
Dev. p/ transferências e subsídios não reembolsáveis	104 381 019,93	35,94	98 474 655,32	33,59	5 906 364,61	-
Clientes, contribuintes e utentes	24 069 023,48	8,29	27 525 547,72	9,39	-3 456 524,24	-12,56
Outro ativo corrente	1 424 849,97	0,49	5 532 546,90	1,89	-4 107 696,93	-74,25
Caixa e depósitos	17 194 091,02	5,92	17 543 450,47	5,98	-349 359,45	-1,99
Total	290 447 286,94	100	293 136 049,71	100	-2 688 762,77	-0,92

Ao nível de análise financeira, referente aos anos de 2019 e 2018, é possível destacar as seguintes variações nos elementos do ativo:

- O total do ativo do Grupo Público UMinho ascendeu, em 2019, ao montante de 290,4 M€, o que representa uma diminuição de aproximadamente 2,7 M€ em relação ao ano transato. Esta redução, é essencialmente justificada pela variação registada na rubrica de clientes, contribuintes e utentes, num montante a rondar os 3,5 M€, em virtude de uma melhor cobrança das respetivas dívidas;
- A rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis do Grupo Público, reflete um aumento em cerca de 5,9 M€, respeitante a dívidas das entidades financiadoras associadas a projetos de I&D, dos quais cerca de 3,5 M€ referem-se ao aumento verificado na entidade-mãe, justificado pelo reconhecimento de novos contratos de I&D. Nesta rubrica também se verificou um aumento de 2,4 M€, por via de reclassificação da rubrica em que se encontravam mensurados os valores a receber, relativos a



subsídios à exploração, contratualizados nas contas das participadas TecMinho e CVR, em cerca de 1,2 M€ em cada uma das entidades;

- O ativo não corrente do Grupo Público UMinho registou um decréscimo, no valor de 681,5 m€, o qual se deve fundamentalmente à diminuição verificada na entidade-mãe, no valor de 915,6 m€, sendo compensada por uma variação positiva decorrente da consolidação. De referir, que as variações negativas dizem respeito, essencialmente às depreciações e amortizações do período, sendo que as variações positivas se referem às adições registadas no ativo não corrente; e
- Na rubrica outro ativo corrente verifica-se uma diminuição de aproximadamente 4,1 M€, dos quais 2,4 M€ são reflexo da reclassificação dos valores a receber, relativos a subsídios à exploração contratualizados nas participadas TecMinho e CVR, como anteriormente exposto.

2.2.1.2. Património líquido consolidado

A evolução das principais rubricas do património líquido consolidado a 31 de dezembro de 2019, face a 31 de dezembro de 2018, é apresentada na Tabela 23:

Tabela 23 - Estrutura do património líquido consolidado, em euros

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	31/12/2019		31/12/2018		Variação 2019-2018	
	Valor	%	Valor	%	(€)	(%)
Património/Capital	140 621 464,39	94,09	140 621 464,39	92,86	0,00	-
Resultados transitados	-66 669 586,67	-45,61	-65 754 139,46	-43,42	-915 447,21	1,39
Ajustamentos em ativos financeiros	3 144 224,36	2,10	3 075 294,82	2,03	68 929,55	2,24
Excedentes de revalorização	98 569,09	0,07	100 071,08	0,07	-1 501,99	-1,5
Outras variações no património líquido	70 142 597,11	46,93	74 124 779,98	48,95	-3 982 182,87	-5,37
Resultado líquido do período	1 134 221,44	0,76	-1 778 498,90	-1,17	2 912 720,33	-163,77
Interesses que não controlam	977 966,88	0,65	1 049 169,19	0,69	-71 202,31	-6,79
Total	149 449 456,60	100	151 438 141,11	100	-1 988 684,51	-1,31

Conforme evidenciado na Tabela 23, o montante do património líquido consolidado atingiu cerca de 149,4 M€, o qual evidencia uma redução de aproximadamente de 2 M€ face a 31 de dezembro de 2018, correspondendo a uma redução de 1,31%, que decorre fundamentalmente:

- Do decréscimo registado na rubrica outras variações no património líquido, na ordem dos 4 M€ dos quais 3,2 M€ verificaram-se na entidade-mãe, em consequência do reconhecimento em rendimentos dos subsídios não reembolsáveis para aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, de acordo com a vida útil dos ativos subjacentes;
- Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo Público UMinho apresentou, um resultado líquido positivo que ascendeu a 1,1 M€, decorrente da sua atividade, o que representa uma variação positiva de cerca de 2,9 M€ face ao período homólogo, sendo que 96% dessa variação diz respeito à entidade-mãe e o restante é relativo às suas participadas; e
- A rubrica interesses que não controlam refere-se à parcela do património líquido/capital próprio das entidades controladas que não é detida pelo Grupo Público UMinho, resultante da aplicação do método de consolidação integral. Registou-se uma variação negativa nestes interesses, justificada essencialmente pelas variações no capital próprio das entidades controladas.

2.2.1.3. Passivo consolidado

Em 2019, o passivo do Grupo Público UMinho registou uma diminuição no montante de 700 m€, conforme evidenciado na Tabela 24.

Tabela 24 - Estrutura do passivo consolidado

PASSIVO	31/12/2019		31/12/2018		Variação 2019-2018	
	Valor	%	Valor	%	(€)	(%)
Passivo não corrente	862 312,38	0,61	648 472,04	0,46	213 840,34	32,98
Fornecedores	3 709 657,14	2,63	544 931,72	0,38	3 164 725,42	580,76
Estado e outros entes públicos	3 546 067,96	2,51	3 502 451,39	2,47	43 616,57	1,25
Outras contas a pagar	17 702 854,37	12,56	16 628 262,11	11,74	1 074 592,26	6,46
Diferimentos	114 224 486,03	81,01	120 213 959,71	84,84	-5 989 473,68	-4,98
Outro passivo corrente	952 452,46	0,68	159 831,63	0,11	792 620,83	495,91
Total	140 997 830,34	100	141 697 908,60	100	-700 078,26	-0,49

Relativamente à evolução do passivo consolidado do Grupo Público UMinho importa destacar o seguinte:



- O valor refletido na rubrica estado e outros entes públicos corresponde basicamente a impostos, de 2019, entretanto pagos em 2020 (CGA, IVA e IRS), e à retenção de outros encargos reconhecidos nas contas da UMinho e das suas entidades controladas;
- A rubrica de diferimentos registou uma diminuição na ordem dos 6 M€, dos quais cerca de 80% dessa redução é o resultado do reconhecimento em rendimento de montantes associados aos subsídios à investigação na entidade-mãe; e
- A dívida a fornecedores no final do ano 2019 registava um aumento de aproximadamente 3,2 M€, face ao período homólogo. Esta variação verificou-se principalmente na UMinho, onde se apresenta um acréscimo de cerca de 2,9 M€, nesta rubrica, justificado pelo avultado número de documentos processados no final do período, e em que o pagamento apenas se verificou em 2020, contrariamente ao ocorrido em 2018.

2.2.2. Desempenho: Demonstração dos resultados por naturezas consolidada

Em 2019, o Grupo Público UMinho obteve um resultado líquido do período positivo, na ordem de 1,1 M€ (-1,8 M€ em 2018), tendo-se verificado uma variação positiva face ao ano anterior, em aproximadamente 2,9 M€, conforme apresentado na Tabela 25:

Tabela 25 - Estrutura dos resultados consolidados, em euros

Rubricas	31/12/2019	31/12/2018	Varição 2019-2018
Impostos e taxas	26 079 486,53	25 539 589,80	539 896,73
Vendas	1 992 378,43	3 452 238,61	-1 459 860,18
Prestações de serviços	10 498 843,18	8 198 673,50	2 300 169,68
Transferências correntes e subsídios correntes obtidos	113 682 164,53	103 279 004,10	10 403 160,43
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	229 342,76	-69 455,77	298 798,53
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 114 534,83	-2 181 761,84	67 227,01
Fornecimentos e Serviços Externos	-30 208 807,82	-26 704 318,87	-3 504 488,95
Gastos com pessoal	-96 783 245,29	-87 794 166,11	-8 989 079,18
Transferências e subsídios concedidos	-15 611 004,19	-18 109 224,65	2 498 220,46
Prestações sociais	-9 842,90	-10 135,84	292,94
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	77 934,57	-493 630,05	571 564,62
Provisões (aumentos/reduções)	-90 003,00	-367 990,21	277 987,21
Imparidade de invest. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-4 987,97	-113 000,00	108 012,03
Outros rendimentos e ganhos	5 971 753,44	4 010 125,34	1 961 628,10
Outros gastos e perdas	-4 525 645,16	-2 205 019,56	-2 320 625,60
EBITDA	9 183 832,28	6 430 928,45	2 752 903,83
Depreciações e Amortizações	-8 047 258,73	-8 078 402,86	31 144,13
Resultado Operacional (EBIT)	1 136 573,55	-1 647 474,41	2 784 047,96
Resultado Financeiro	-8 192,10	-149 386,28	141 194,18
Resultado Antes de Impostos	1 128 381,45	-1 796 860,69	2 925 242,14
Imposto sobre o rendimento	-15 378,16	-11 998,39	-3 379,77
Resultado Líquido do Período	1 113 003,29	-1 808 859,08	2 921 862,37
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe	1 134 221,44	-1 778 498,89	2 912 720,33
Interesses que não controlam	-21 218,15	-30 360,19	9 142,03

2.2.2.1. Estrutura dos rendimentos consolidados

A estrutura dos rendimentos do Grupo Público UMinho é apresentada na Tabela 26, sendo que o total de rendimentos reflete uma evolução positiva de aproximadamente 14 M€, face ao período de 2018. Esta variação justifica-se principalmente devido:

- Ao aumento de cerca de 10,4 M€ na rubrica transferências e subsídios correntes obtidos, em que a maior variação verifica-se na entidade-mãe, cujo aumento de rendimentos nesta rubrica rondou os 9,7 M€;
- Ao acréscimo de 539,9 m€ de propinas face ao ano anterior, na UMinho, representando 16,45% dos rendimentos totais do Grupo em 2019;
- A rubrica outros rendimentos e ganhos do Grupo Público UMinho registou um aumento de aproximadamente 2 M€ em relação ao ano de 2018. Esta variação é justificada pela imputação de subsídios ao investimento



em rendimentos, tendo em consideração a vida útil dos ativos objeto de financiamento em cerca de 2,3 M€ na UMinho, em virtude de no ano transato uma parte destes rendimentos ter sido reconhecido na rubrica de rendimentos transferências e subsídios correntes obtidos. Por outro lado, nos SASUM a rubrica outros rendimentos e ganhos apresentou uma diminuição de aproximadamente 421,5 m€ em relação ao ano anterior, motivado fundamentalmente pelo facto de, em 2018 se terem efetuado correções no âmbito do reconhecimento dos subsídios ao investimento, financiados por projetos FEDER/POCI, PIDDAC e POVT;

- A soma das variações verificadas nas rubricas de vendas e prestação de serviços resulta numa variação positiva de cerca de 840 m€, dos quais 381 m€ respeitam aos SASUM e 276 m€ à entidade-mãe. Convém referir que a comparabilidade rubrica a rubrica foi afetada, decorrente da reestruturação do plano de contas efetuada pelos SASUM; e
- Ao reconhecimento na rubrica de rendimentos imputados de entidades associadas (PIEP, CCG, 2CA-Braga, CeNTI, IC, BLCS e CS), em virtude da aplicação do MEP.

Tabela 26 - Estrutura dos rendimentos consolidados, em euros

RENDIMENTOS	31/12/2019		31/12/2018		Variação (€)
	Valor	%	Valor	%	
Impostos e taxas	26 079 486,53	16,45	25 539 589,80	17,66	539 896,73
Vendas	1 992 378,43	1,26	3 452 238,61	2,39	-1 459 860,18
Prestações de serviços	10 498 843,18	6,62	8 198 673,50	5,67	2 300 169,68
Transferências e subsídios correntes obtidos	113 682 164,53	71,70	103 279 004,10	71,42	10 403 160,43
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	231 395,50	0,15	89 619,05	0,06	141 776,45
Reversões de perdas por imparidades	511 799,28	0,32	26 617,17	0,02	485 182,11
Outros rendimentos e ganhos	5 971 753,44	3,77	4 010 125,34	2,77	1 961 628,10
Juros e rendimentos similares obtidos	304,34	0,00	2 780,60	0,00	-2 476,26
Total	158 968 125,23	100	144 598 648,17	100	14 369 477,06

2.2.2.2. Estrutura dos gastos consolidados

No período de 2019, a estrutura dos gastos do Grupo Público UMinho, que se apresenta na Tabela 27, evidencia uma variação total positiva de cerca de 11 M€, que se justifica pelo:

- Reconhecimento na rubrica de gastos imputados de entidades associadas (IDEGUI) decorrentes da aplicação do MEP;
- Aumento dos gastos com o pessoal no montante de aproximadamente 9 M€, dos quais 8,4 M€ correspondem ao aumento na UMinho e 426,8 m€ nos SASUM. Este acréscimo decorreu das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, da contratação de investigadores que representou um aumento de gastos com o pessoal na entidade-mãe de cerca de 6,9 M€, valor este financiado através da celebração de contratos-programa entre a FCT e a UMinho;
- As rubricas de perdas por imparidade e de provisões registaram uma variação negativa total de 472 m€, sendo que esta variação se verificou, quase na totalidade, na entidade-mãe, decorrente da realização de uma reversão de perda por imparidade em aproximadamente 511,8 m€, respeitantes a recebimento de dívidas de utentes e clientes, para as quais já tinham sido constituídas perdas por imparidade em períodos anteriores. No que respeita à constituição de provisões, relativas a processos judiciais em curso, verificou-se, na entidade-mãe, em 2019, a necessidade de um reforço, em cerca de 90 m€;
- Aumento de gastos com fornecimento e serviços externos que atingiu 3,5 M€, dos quais 3,3 M€ refere-se à variação positiva registada na entidade-mãe, consequência do aumento da execução de despesas com projetos financiados; e
- Na rubrica outros gastos e perdas no Grupo identifica-se um aumento de 2,3 M€, justificado fundamentalmente por operações registadas na entidade-mãe, nomeadamente a mensuração de 1 M€ decorrente da devolução de um subsídio ao IAPMEI. O restante aumento é relativo à emissão de notas de crédito de propinas, mensuradas como rendimentos de anos transatos, por dizerem respeito a anos letivos anteriores.



Tabela 27 - Estrutura dos gastos consolidados, em euros

GASTOS	31/12/2019		31/12/2018		Variação (€)
	Valor	%	Valor	%	
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	2 052,74	0,00	159 074,82	0,11	-157 022,08
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 114 534,83	1,34	2 181 761,84	1,49	-67 227,01
Fornecimentos e serviços externos	30 208 807,82	19,19	26 704 318,87	18,24	3 504 488,95
Gastos com o pessoal	96 783 245,29	61,48	87 794 166,11	59,97	8 989 079,18
Transferências e subsídios concedidos	15 611 004,19	9,92	18 109 224,65	12,37	-2 498 220,46
Perdas por imparidade	438 852,68	0,28	633 247,22	0,43	-194 394,54
Prestações sociais	9 842,90	0,01	10 135,84	0,01	-292,94
Provisões	90 003,00	0,06	367 990,21	0,25	-277 987,21
Outros gastos e perdas	4 525 645,16	2,87	2 205 019,56	1,51	2 320 625,60
Gastos de depreciação e amortização	8 047 258,73	5,11	8 078 402,86	5,52	-31 144,13
Juros e gastos similares suportados	8 496,44	0,01	152 166,88	0,10	-143 670,44
Total	157 839 743,78	100	146 395 508,86	100	11 444 234,92

2.2.3. Alterações na posição financeira: Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

O Grupo Público UMinho, no período de 2019, registou uma variação de caixa e seus equivalentes negativa, em cerca de 1,3 M€, conforme se demonstra na Tabela 28:

Tabela 28 - Estrutura dos recebimentos e pagamentos consolidados

RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS				
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:	31/12/2019	31/12/2018	Variação 2019-2018	
			(€)	(%)
Atividades Operacionais	120 551 414,61	104 308 938,79	16 242 475,82	15,57
Clientes	55 715 249,09	53 555 909,43	2 159 339,66	4,03
Utentes	24 764 238,12	22 961 343,35	1 802 894,77	-
Outros recebimentos/pagamentos	40 071 927,40	27 791 686,01	12 280 241,39	44,19
Atividades de Investimento	24 813,05	32 724,04	-7 910,99	-24,17
Ativos fixos tangíveis	8 908,77	0,00	8 908,77	-
Subsídios ao investimento	15 599,94	29 943,44	-14 343,50	-47,90
Juros e rendimentos similares	304,34	2 780,60	-2 476,26	-89,05
Atividades de Financiamento	101 000,00	0,00	101 000,00	-
Real. de capital e de out. inst. de cap.	101 000,00	0,00	101 000,00	-
Doações	0,00	0,00	0,00	-
Outras operações de financiamento	0,00	0,00	0,00	-
Total de Recebimentos	120 677 227,66	104 341 662,83	16 335 564,83	15,66
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:				
Atividades Operacionais	115 220 361,16	99 013 239,85	16 207 121,31	16,37
Fornecedores	36 033 578,37	28 639 642,47	7 393 935,90	25,82
Pessoal	79 186 782,79	70 373 597,38	8 813 185,41	12,52
Atividades de Investimento	5 770 772,57	4 307 860,31	1 462 912,26	33,96
Ativos fixos tangíveis	5 521 761,03	4 083 079,70	1 438 681,33	35,24
Ativos intangíveis	236 688,72	193 405,69	43 283,03	-
Investimentos financeiros	7 507,43	31 374,92	-23 867,49	-76,07
Outros ativos	4 815,39	0,00	4 815,39	-
Atividades de Financiamento	35 453,38	36 197,59	-744,21	-2,06
Financiamento obtidos	6 545,99	6 258,47	287,52	4,59
Juros e gastos similares	531,12	1 562,85	-1 031,73	-66,02
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	28 376,27	28 376,27	0,00	-
Total de Pagamentos	121 026 587,11	103 357 297,75	17 669 289,36	17,10
Fluxo das atividades Operacionais	5 331 053,45	5 295 698,94	35 354,51	0,67
Fluxo das atividades de Investimento	-5 745 959,52	-4 275 016,27	-1 470 943,25	34,41
Fluxo das atividades de Financiamento	65 546,62	-36 197,59	101 744,21	-281,08
Variação. de caixa e seus equivalentes	-349 359,45	984 485,08	-1 333 844,53	-135,49
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	-3,22	3,22	-



Os recebimentos provenientes das atividades operacionais representam 99,90% da totalidade dos recebimentos (120,7 M€), enquanto os provenientes das atividades de investimento corresponderam a 0,02% (24,8 m€). Quanto aos recebimentos de atividades de financiamento estes representaram 0,08% do total dos recebimentos (101 m€).

No que se refere aos pagamentos respeitantes às atividades operacionais, estes representam 95,20% da globalidade dos pagamentos do Grupo Público UMinho, sendo que 68,73% referem-se a pagamento de despesas com o pessoal, em aproximadamente 79,2 M€, enquanto os pagamentos respeitantes às atividades de investimento representaram 4,77%, atingindo cerca de 5,8 M€. Por sua vez, os pagamentos de atividades de financiamento representaram 0,03% dos pagamentos totais do Grupo.

De referir que, no âmbito dos procedimentos de consolidação foram eliminados na totalidade, os fluxos de caixa relativos a transações entre entidades controladas e a UMinho.

2.2.4. Principais indicadores económicos e financeiros consolidados

De um modo geral, verificaram-se alterações nas diversas classes das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho de 2019, comparativamente ao ano transato, sendo de realçar o seguinte:

- O total do ativo consolidado ascendeu a 290,4 M€ (293,1 M€ em 2018);
- O passivo consolidado rondou os 141 M€ (141,7 M€ em 2018);
- O património líquido consolidado aproximou-se dos 149,4 M€ (151,4 M€ em 2018), dos quais, 978 m€ (1M€ em 2018), relativos a interesses não controlados;
- Os rendimentos consolidados atingiram cerca de 158,6 M€ (144,6 M€ em 2018);
- Os gastos consolidados ascenderam a 157,4 M€ (146,4 M€ em 2018);
- O resultado líquido consolidado do período representou cerca de 1,1 M€ positivos (1,8 M€ negativos em 2018); e
- O EBITDA do período rondou os 9,2 M€ (6,4 M€ em 2018).

De seguida são apresentados os indicadores económicos e financeiros consolidados, que se consideram mais relevantes para a análise da evolução do Grupo Público UMinho, com referência a 31 de dezembro de 2019, bem como, a variação dos mesmos, quando comparados com o período homólogo:

Rentabilidade do património líquido e rentabilidade do ativo



Figura 1 - Rentabilidade do Património Líquido



Figura 2 - Rentabilidade do Ativo

No que respeita à rentabilidade do Património Líquido (resultado líquido/património líquido) verificou-se um aumento de 1,93 p.p. Na rentabilidade do Ativo (resultado líquido/ativo) o aumento verificado atingiu 1,00 p.p., justificado pela variação positiva de 2,9 M€, verificado no resultado líquido do período do Grupo Público UMinho.



Rentabilidade Económica



Figura 3 - Rentabilidade Económica

O indicador da rentabilidade económica (EBITDA/Ativo) apresenta uma melhoria de 0,97 p.p., atingindo os 3,16% em 2019, face a 2,19% em 2018. Este acréscimo é resultado da variação positiva de cerca de 66 m€ entre o aumento do EBITDA e a diminuição do ativo do Grupo.

Margem EBITDA



Figura 4 - Margem EBITDA

A margem EBITDA (EBITDA/vendas, serviços prestados e impostos e taxas) traduz a relação do EBITDA nas vendas e serviços prestados e impostos e taxas. Como se pode observar, a percentagem da margem EBITDA em 2019 atingiu os 23,82%, representando um aumento de 6,52 p.p. face ao ano 2018, justificado essencialmente pelo aumento do EBITDA do Grupo Público UMinho em 2,8 M€.

Solvabilidade

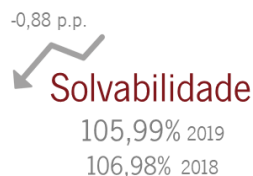


Figura 5 - Solvabilidade

O indicador de solvabilidade (património líquido/passivo total) permite avaliar a capacidade do Grupo Público UMinho para fazer face aos compromissos assumidos a médio e longo prazo. No período em análise verifica-se um decréscimo da solvabilidade apresentada no Grupo em 0,88 p.p..

Autonomia Financeira



Figura 6 - Autonomia Financeira

A autonomia financeira (património líquido/ativo total) avalia a capacidade do património líquido consolidado financiar o seu ativo total consolidado. No período em análise o Grupo apresenta uma ligeira redução na capacidade de financiar as suas atividades através do seu património líquido de 0,21 p.p. (de 51,66% para 51,45 %).



Liquidez Geral



Figura 7 - Liquidez Geral

O indicador da liquidez geral (ativo corrente/passivo corrente) traduz a capacidade que o Grupo Público UMinho tem para solver os seus compromissos de curto prazo. Como se pode observar, a percentagem de liquidez geral em 2019 atingiu os 104,95%, correspondendo a um decréscimo de 0,74 p.p., dada a diminuição do ativo corrente do Grupo Público em aproximadamente 2 M€.

2.3. Análise de gestão consolidada

O sistema de contabilidade de gestão começou a ser implementado na entidade-mãe em 2019, em consonância com os requisitos exigidos pela NCP 27 – Contabilidade de Gestão. Consequentemente, como este também é o primeiro ano de aplicação da contabilidade de gestão ao Grupo Público UMinho, a informação apresentada neste ponto não contempla comparativo com o período homólogo.

A análise de gestão que se apresenta teve em consideração as contas apresentadas por todas as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho. Contudo, apenas a UMinho e os SASUM são obrigados a implementar a NCP 27, sendo as únicas entidades que apresentam contabilidade de gestão. Como as restantes participadas não são obrigadas a apresentar resultados de contabilidade de gestão, os seus rendimentos e gastos são divulgados em “Outras Participadas”.

As atividades/centros de custo são distintas entre o Grupo Público UMinho, desagregando-se por:

- Estrutura;
- Projetos I&D;
- Outros Projetos;
- Departamento Alimentar;
- Departamento de Apoio Social;
- Departamento Desportivo e Cultural; e
- Outras Participadas.

2.3.1. Mapas da contabilidade de gestão consolidada

A Tabela 29 apresenta de forma resumida os rendimentos e gastos do Grupo Público UMinho pelas principais atividades/centros.

Tabela 29 - Resultados por centros, em euros

Centros	Rendimentos	Gastos	Total
Estrutura	88 319 092,06	93 025 086,84	-4 705 994,78
Projetos I&D	42 980 033,35	42 072 216,25	907 817,10
Outros Projetos	11 870 323,63	8 743 332,30	3 126 991,33
Alimentar	5 829 328,99	5 779 378,73	49 950,26
Apoio Social	2 453 053,97	2 316 513,90	136 540,07
Desportivo e Cultural	1 004 779,94	1 349 866,21	-345 086,27
Outras Participadas	4 110 729,11	3 929 149,06	181 580,05
Subtotal	156 567 341,05	157 215 543,29	-648 202,24
Rendimentos Gerais	2 400 784,18	0,00	2 400 784,18
Gastos não incorporados	0,00	624 200,49	-624 200,49
Resultado antes de impostos	158 968 125,23	157 839 743,78	1 128 381,45

Da análise da Tabela 29, o Grupo Público UMinho, obteve em 2019 um montante total de rendimentos de 159 M€ e um total de gastos na ordem dos 157,8 M€, perfazendo um resultado antes de impostos positivo de 1,1 M€. Para a obtenção deste



resultado, pesa de forma negativa a Estrutura, o Departamento Desportivo e Cultural, assim como, os Gastos não incorporados. Estes resultados negativos são compensados pelos restantes centros do Grupo Público, em particular, pelos Outros Projetos e pelos Projetos de I&D, mas também pelos Rendimentos Gerais.

Os Rendimentos Gerais e os Gastos não incorporados, apresentados na Tabela 29, não foram incorporados nos centros, uma vez que não estão relacionados com as atividades principais do Grupo Público.

Apresentam-se ainda, conforme mencionado no §35 da NCP 27, resultados por:

- Aluno;
- Centro de Atividade de Investigação;
- Outros Projetos;
- Centro Alimentar, de Apoio Social e Desportivo e Cultural.

Aluno

A Tabela 30 apresenta o rendimento/gasto médio por aluno, tendo em consideração o número de alunos equivalentes por cada UO.

Tabela 30 - Rendimentos e gastos por aluno, em euros

UO	Rendimentos (€)	Gastos (€)	Nº de unidades	Rendimento médio aluno	Gasto médio aluno
EA	1 987 720,84	2 240 216,92	495	4 015,60	4 525,69
EC	9 822 891,45	13 826 744,66	2 733	3 594,18	5 059,18
ED	3 929 402,48	2 595 584,66	1 522	2 581,74	1 705,38
EE	23 410 478,73	21 964 916,15	5 964	3 925,30	3 682,92
EEG	7 697 554,12	6 455 188,86	2 732	2 817,55	2 362,81
EM	6 656 271,80	6 784 639,00	979	6 799,05	6 930,17
EP	2 312 848,47	2 453 532,79	635	3 642,28	3 863,83
ESE	2 796 536,72	2 337 775,04	527	5 306,52	4 436,01
ICS	4 280 582,47	4 996 838,93	1 453	2 946,03	3 438,98
IE	4 310 454,10	6 160 422,45	1 269	3 396,73	4 854,55
ILCH	4 278 320,57	4 995 158,48	1 431	2 989,74	3 490,68
I3Bs	164 325,45	360 426,40	69	2 381,53	5 223,57
Total UMinho	71 647 387,20	75 171 444,34	19 809	3 616,91	3 794,81

Centros de Atividade de Investigação

A Tabela 31 apresenta a desagregação dos rendimentos e gastos por centro de atividade de investigação do Grupo Público UMinho.

Tabela 31 - Rendimentos e gastos por centro de atividade de investigação, em euros

Centro de atividade de investigação	Rendimentos	Gastos
EA - Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2Pt)	76 088,94	99,87
EC - Presidência (Escola de Ciências)	72 324,45	71 794,87
EC - Departamento de Biologia	8 962,90	14 201,01
EC - Departamento de Física	334,18	371,30
EC - Departamento de Química	0,00	79,00
EC - Centro de Biologia Funcional de Plantas (CBFP)	177 285,94	179 325,87
EC - Centro de Biologia Molecular e Ambiental (CBMA)	1 674 999,20	1 569 068,52
EC - Centro de Física (CF)	1 545 206,74	1 343 892,81
EC - Centro de Matemática (CMAT)	97 587,84	91 400,71
EC - Centro de Química (CQ)	405 513,35	402 252,82
EC - Centro de Ciências da Terra (CCT)	79 093,35	70 802,33
EC - Núcleo de Investigação Geo,Ord. e Val. de Recursos (NIGOVR)	224,48	224,48
ED - Centro de Estudos em Direito da União Europeia (CEDU)	10 076,05	32 805,28
ED - Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos (DH-CII)	82 777,27	73 702,60
ED - Centro de Investigação para a Justiça e Governação (JusGov)	53 596,27	6 744,09
EE - Presidência (Escola de Engenharia)	1 356 744,11	1 452 394,75
EE - Conselho Pedagógico da EEUM	11 604,30	0,00
EE - Departamento de Eletrónica Industrial	0,00	558,43
EE - Departamento de Informática	5 712,93	0,00
EE - Departamento de Sistemas de Informação	58 720,95	43 855,25
EE - Centro de Investigação Algoritmi (ALGORITMI)	1 242 773,85	1 311 521,05



Centro de atividade de investigação	Rendimentos	Gastos
EE - Centro de Ciências e Tecnologias da Computação (CCTC)	45 378,01	850,72
EE - Centro de Ciência e Tecnologia Têxtil (2C2T)	604 340,98	652 135,68
EE - Centro de Engenharia Biológica (CEB)	3 604 562,45	3 797 488,09
EE - Centro de Tecnologias Mecânicas e de Materiais (CT2M)	384 438,45	385 908,96
EE - Centro de Território, Ambiente e Construção (CTAC)	354 080,87	273 104,56
EE - Centro Interdisciplinar de Tecnologias da Produção e da Energia (CITPE)	559,96	559,96
EE - Instituto para a Sustentabilidade e Inovação em Estruturas de Engenharia (ISISE)	2 075 308,31	1 896 362,63
EE - Instituto de Polímeros e Compósitos (IPC) - Laboratório Associado I3N	2 112 590,18	2 217 296,78
EE - Centro de Investigação em Software Confiável (HASLab)	94 142,76	86 920,45
EE - Center for MicroElectroMechanics Systems (CMEMS)	1 839 675,11	1 483 118,48
EEG - Presidência (EEG)	20 899,36	5 940,51
EEG - Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais (NICPRI)	29 119,48	29 119,48
EEG - Núcleo de Investigação em Microeconomia Aplicada (NIMA)	56,21	56,21
EEG - Núcleo de Investigação em Políticas Económicas (NIPE)	174 329,88	194 373,08
EEG - Centro de Investigação em Ciência Política (CICP)	103 684,40	114 161,86
EM - Presidência Escola de Medicina	93 683,50	100 223,69
EM - Instituto de investigação da Vida e da Saúde (ICVS)	4 714 858,00	5 038 445,00
EP - Centro de Investigação em Psicologia (CIPS)	915 750,72	846 770,58
ESE - Presidência (ESE)	61 096,91	68 596,89
ICS - Departamento de História	4 500,51	4 500,00
ICS - Departamento de Sociologia	78 638,58	19 971,70
ICS - Centro de Investigação em Ciências Sociais (CISC)	300,53	382,76
ICS - Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-UMINHO)	6 129,84	3 000,00
ICS - Centro Invest. Transdiscip. Cultura, Espaço e Memória (CITCEM)	47,49	47,49
ICS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)	1 077 122,12	735 662,25
ICS - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT-UMINHO)	8 623,64	4 180,33
ICS - Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2Pt)	271 242,68	391 710,20
ICS - Centro de Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS-UMINHO)	78 159,22	76 078,86
IE - Estudos Curriculares e Tecnologia Educativa	425,90	1 751,43
IE - Centro de Investigação em Educação (CIED)	315 909,50	204 047,83
IE - Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC)	312 786,08	185 589,14
ILCH - DEINA	4 204,85	0,00
ILCH - Centro de Estudos Humanísticos (CEHUM)	124 287,08	138 897,42
ILCH - Centro de Ética, Política e Sociedade (CEPS)	26 643,50	26 332,25
i3Bs - Group (3 B's)-integr.lab.assoc.ICVS/3B's	288 002,48	431 139,95
i3Bs - I3Bs - Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos	41 687,73	0,00
i3Bs - 3B's - Biomaterials, Biodegradables and Biomimetics	5 396 835,42	5 383 934,67
Rt+US+UC+UD	10 756 303,51	10 608 460,89
Total UMinho	42 980 033,30	42 072 215,82

Outros Projetos

Neste centro de resultados estão as atividades de ensino e interação com a sociedade da UMinho. A Tabela 32, apresenta a desagregação destas atividades pelas diversas UO e US.

Tabela 32 - Rendimentos e gastos de outros projetos, em euros

Unidades	Rendimentos					Gastos
	Propina UO	Outros Projetos	Overheads ID	Overheads OP	Total	Total
EA	34 224,41	9 297,97	8 230,69	1 212,88	52 965,95	82 475,25
EC	251 136,50	25 271,76	159 790,35	773,26	436 971,87	266 433,67
ED	269 733,74	13 679,80	4 938,50	4 784,63	293 136,67	180 343,50
EE	1 143 186,32	463 977,25	718 742,72	27 715,63	2 353 621,92	1 033 406,21
EEG	505 469,77	362 047,87	23 480,61	18 070,90	909 069,15	857 742,62
EM	236 437,50	365 408,87	219 227,29	0,00	821 073,66	478 618,18
EP	174 902,93	237 812,59	48 495,15	17 708,17	478 918,84	200 021,48
ESE	58 866,62	5 855,49	3 925,28	0,00	68 647,39	38 347,02
ICS	189 323,62	65 364,18	73 452,17	8 348,44	336 488,41	207 008,53
IE	411 570,51	51 381,23	23 497,61	3 488,38	489 937,73	368 171,33
ILCH	84 486,23	416 866,58	6 152,73	68 740,83	576 246,37	428 015,95
i3Bs	43 047,48	351 063,78	682 634,09	0,00	1 076 745,35	436 987,31
Rt+US+UC+UD	0,00	3 346 100,00	294 680,00	335 720,32	3 976 500,32	4 165 761,25
Total UMinho	3 402 385,63	5 714 127,37	2 267 247,19	486 563,44	11 870 323,63	8 743 332,30



Centro Alimentar, de Apoio Social e Desportivo e Cultural

A Tabela 33 apresenta os resultados por atividades de apoio aos estudantes.

Tabela 33 - Resultados por atividades de apoio aos estudantes, em euros

Centro de custos	Rendimentos	Gastos	Unid. de imputação	N.º unid. de imputação	Gastos por unid.	Res. por unid. de imp.
Alimentar	6 048 073,43	5 779 378,73	—	—	—	—
Bares	2 567 161,65	2 179 818,81	N.º Atendimentos	1 296 765	1,68	0,30
Cantinas	2 400 725,92	2 540 435,73	N.º Refeições	543 627	4,67	-0,26
Restaurantes	464 075,21	486 834,44	N.º Refeições	26 691	18,24	-0,85
Grill's	616 110,65	572 289,75	N.º Refeições	82 557	6,93	0,53
Apoio Social	2 545 104,34	2 316 513,90	—	—	—	—
Alojamento	2 156 325,95	1 702 861,81	N.º Camas	1 399	1 217,20	324,13
Bolsas	315 728,34	483 380,83	N.º alunos beneficiados	4 636	104,27	-36,16
Apoio ao bem-estar do estudante	73 050,05	130 271,25	N.º Consultas	4 230	30,80	-13,53
Desportivo e Cultural	1 042 484,11	1 349 866,21	—	—	—	—
Atividade desportiva	1 042 484,11	1 178 290,74	N.º Usos Instalações	166 942	7,06	-0,81
Atividade cultural	0,00	171 575,47	N.º Grupos Culturais	12	14 297,96	-14 297,96
Total	9 635 661,88	9 445 758,84				

Conforme se conclui da análise da Tabela 33, no que concerne às atividades de apoio aos estudantes, é na vertente da alimentação que o Grupo Público UMinho investe mais recursos, seguido da área social e da valência desportiva e cultural.

Importa referir que o apoio desportivo e cultural é o único onde os seus gastos são superiores aos rendimentos.

3. Capacidade de endividamento

À data de 31 de dezembro de 2019 a UMinho não tinha dívida bancária. No entanto, a sua capacidade de endividamento, de acordo com o definido no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 4/2016, de 13 de janeiro, aferida em sede das demonstrações financeiras consolidadas, ascende a 36,8 M€, conforme se evidencia na Tabela 34.

Tabela 34 - Capacidade de endividamento, em euros

Descrição	31/12/2019	31/12/2018 reexpresso
Ativo	290 447 286,95	293 136 050,72
Endividamento	8 389,63	14 648,10
+ Financiamentos bancários	262 772,31	14 648,10
- Locações financeiras	254 382,68	0,00
Património Líquido	149 449 456,60	151 438 141,11
Cash-flow	9 198 536,57	7 274 524,23
1. Grau de autonomia financeira	51,45%	51,66%
2. Quádruplo do Cash-flow	36 794 146,27	29 098 096,90

Embora não se mostre cumprido o limite de 75% estabelecido para o grau de autonomia financeira (51,45% em 31/12/2019), a UMinho, nos termos do n.º 2 do art.º 115.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior), pode recorrer ao crédito, em conformidade com o preceituado na Lei, mediante autorização, por despacho conjunto do ministro responsável pela área das finanças e do ministro da tutela.

4. Factos ocorridos após a data do balanço

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019.

No decurso do período de 2020, tem vindo a ser reportado, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações por Covid-19, tendo diversos governos, autoridades e agentes económicos, implementado um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global.



Os efeitos da disseminação do vírus estão a ser analisados pelas autoridades competentes, estando a ser implementadas diversas iniciativas com impacto na situação atual. Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, prevê-se que a economia nacional em geral seja afetada significativamente pela pandemia, antevendo-se um cenário de recessão económica.

O Grupo Público UMinho está a acompanhar em permanência a evolução da pandemia através dos órgãos competentes. Procurando minimizar os possíveis riscos associados à pandemia e, na sequência das recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Grupo Público UMinho implementou e implementará planos de contingência, com o objetivo de garantir a segurança dos seus colaboradores e da comunidade em geral.

No entanto, face ao atual cenário de elevada incerteza e rápida evolução da pandemia, não é possível estimar, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade do Grupo, os quais, a existirem, é nossa convicção, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras, do período findo a 31 de dezembro de 2019.

5. Obrigação de apresentação de contas consolidadas

O presente Relatório de Atividades e Contas Consolidadas, será sujeito a apreciação em Conselho Geral a realizar no dia 24 de julho de 2020, em consonância com a publicação do dia 5 de maio de 2020, sobre o “Tratamento dos impactos da COVID-19 no relato financeiro de 2019”, conjugado com o disposto no n.º 1 do art.º 4.º da Lei 1-A/2020, com a segunda parte do n.º 4, do art.º 52.º da LOPTC.

6. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas pelo Conselho de Gestão para emissão em 10 de julho de 2020.

Universidade do Minho, 10 de julho de 2020

O Conselho de Gestão



7. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

7.1. Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Entidade: Grupo Público UMinho				Unidade Monetária: Euro			
Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental							
Rubrica	RECEBIMENTOS	2019 Consolidado	2018 Consolidado	Rubrica	PAGAMENTOS	2019 Consolidado	2018 Consolidado
	Saldo da gerência anterior	17 120 629,28	15 494 779,61				
	Operações orçamentais (1)	17 006 071,67	15 441 040,93				
	Restituição do saldo oper. orçamentais	15 338 499,19	0,00				
	Operações de tesouraria (A)	114 557,61	53 738,68				
	Receita corrente	126 205 220,47	129 072 589,48		Despesa Corrente	138 599 426,10	130 930 842,89
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	93 555 923,88	85 551 828,09
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	D11	Remunerações Certas e Permanentes	74 309 805,45	67 475 243,06
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 745 700,73	1 965 293,94
R2	Contribuições para a segurança social, CGA e	0,00	0,00	D13	Segurança Social	17 500 417,70	16 111 291,09
R3	Taxas, multas e outras penalidades	24 765 797,20	23 724 671,82	D2	Aquisição de bens e serviços	29 392 304,87	27 157 564,50
R4	Rendimentos de propriedade	277,88	2 638,57	D3	Juros e outros encargos	348,80	258,23
R5	Transferências Correntes	90 602 756,53	95 518 044,06	D4	Transferências correntes	15 338 348,00	17 924 579,54
R51	Administrações Públicas	71 657 359,42	63 928 224,31	D41	Administrações Públicas	1 143 634,25	2 698 221,41
R511	Administração Central - Estado	63 305 312,00	62 421 745,65	D411	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R512	Administração Central - Outras entidades	8 329 297,42	1 471 217,44	D412	Administração Central - Outras Entidades	1 143 634,25	2 698 221,41
R513	Segurança Social	0,00	0,00	D413	Segurança Social	0,00	0,00
R514	Administração Regional	0,00	0,00	D414	Administração Regional	0,00	0,00
R515	Administração Local	22 750,00	35 261,22	D415	Administração Local	0,00	0,00
R52	Exterior - UE	16 125 159,80	28 451 797,90	D42	Instituições sem fins lucrativos	1 118 133,11	1 904 034,55
R53	Outras	2 820 237,32	3 138 021,85	D43	Famílias	10 661 490,72	11 202 545,00
R6	Venda de bens e serviços	10 833 345,26	9 827 234,43	D44	Outras	2 415 089,92	2 119 778,58
R7	Outras receitas correntes	3 043,60	0,60	D5	Subsídios	0,00	0,00
	Receita de capital	16 764 312,69	7 843 846,88	D6	Outras despesas correntes	312 500,56	296 612,53
R8	Venda de bens de investimento	2 960,00	120,00		Despesas de Capital	5 533 937,51	4 432 921,12
R9	Transferências de Capital	16 755 403,92	7 843 726,86	D7	Investimento	5 533 937,51	4 432 921,12
R91	Administrações Públicas	15 577 674,25	7 826 806,63	D8	Transferências de capital	0,00	0,00
R911	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D81	Administrações Públicas	0,00	0,00
R912	Administração Central - Outras entidades	15 577 674,25	7 826 806,63	D811	Administração Central - Estado	0,00	0,00
R913	Segurança Social	0,00	0,00	D812	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00
R914	Administração Regional	0,00	0,00	D813	Segurança Social	0,00	0,00
R915	Administração Local	0,00	0,00	D814	Administração Regional	0,00	0,00
R92	Exterior - UE	18 304,39	16 920,23	D815	Administração Local	0,00	0,00
R93	Outras	1 159 425,28	0,00			0,00	
R10	Outras receitas de capital	5 948,77	0,00	D82	Outras	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	793 876,86	31 344,42	D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00
						0,00	
	Receita efetiva (2)	143 763 410,02	136 947 780,75		Despesa efetiva (5)	144 133 263,60	135 363 764,00
	Receita não efetiva (3)	0,00	0,00		Despesa não efetiva (6)	95 500,00	2 000,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	95 500,00	2 000,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D11	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Soma (4)=(1)+(2)+(3)	160 769 481,69	152 388 821,68		Soma (7)=(5)+(6)	144 228 863,60	135 365 764,00
	Operações de tesouraria (B)	129 257,11	174 183,07		Operações de tesouraria (C)	56 861,16	0,00
					Saldo para a gerência seguinte	16 727 571,65	17 250 979,43
					Operações orçamentais (B)-(4)-(7)	16 540 618,09	17 023 057,68
					Operações de tesouraria (D)-(A)+(B)-(C)	186 953,56	227 921,75
					Saldo global	-369 953,58	1 584 016,75
					Despesa primária	144 133 014,80	135 363 505,77
					Saldo corrente	-12 394 205,63	-1 858 253,41
					Saldo de capital	11 230 375,19	3 410 925,75
					Saldo primário	-369 604,78	1 584 274,98
					Receita total (1) + (2) + (3)	160 769 481,69	152 388 821,68
					Despesa total (5) + (6)	144 228 863,60	135 365 764,00

**7.2. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas**

Entidade: Grupo Público UMinho				Unidade Monetária: Euro		
Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza						
Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2019 Consolidado	2018 Consolidado	OBRIGAÇÕES	2019 Consolidado	2018 Consolidado
	Receita corrente	123 685 177,28	132 011 070,63	Despesa Corrente	145 649 784,58	134 535 261,50
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	96 806 147,47
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	D11	Remunerações Certas e Permanentes	76 279 290,51
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 752 343,53
R2	Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	0,00	0,00	D13	Segurança Social	18 774 513,43
R3	Taxas, multas e outras penalidades	22 077 136,10	25 418 284,79	D2	Aquisição de bens e serviços	32 719 228,09
R4	Rendimentos de propriedade	277,88	2 327,89	D3	Juros e outros encargos	348,80
R5	Transferências Correntes	90 589 314,07	96 295 603,32	D4	Transferências correntes	15 750 549,73
R51	Administrações Públicas	71 674 109,42	63 936 875,56	D41	Administrações Públicas	1 404 589,72
R511	Administração Central - Estado	63 305 312,00	62 411 293,47	D411	Administração Central - Estado	0,00
R512	Administração Central - Outras entidades	8 329 297,42	1 481 928,34	D412	Administração Central - Outras Entidades	1 404 589,72
R513	Segurança Social	0,00	0,00	D413	Segurança Social	0,00
R514	Administração Regional	0,00	0,00	D414	Administração Regional	0,00
R515	Administração Local	39 500,00	43 653,75	D415	Administração Local	0,00
R52	Exterior - UE	16 227 726,87	28 355 535,90	D42	Instituições sem fins lucrativos	1 231 743,32
R53	Outras	2 687 477,79	4 003 191,86	D43	Famílias	10 687 106,44
R6	Venda de bens e serviços	11 015 405,63	10 294 854,03	D44	Outras	2 427 110,25
R7	Outras receitas correntes	3 043,60	0,60	D5	Subsídios	0,00
	Receita de capital	16 121 393,14	7 843 828,86	D6	Outras despesas correntes	373 510,50
R8	Venda de bens de investimento	3 018,45	120,00		Despesas de Capital	6 122 279,97
R9	Transferências de Capital	16 112 425,92	7 843 708,86	D7	Investimento	6 122 279,97
R91	Administrações Públicas	15 577 674,25	7 826 788,63	D8	Transferências de capital	0,00
R911	Administração Central - Estado	0,00	0,00	D81	Administrações Públicas	0,00
R912	Administração Central - Outras entidades	15 577 674,25	7 826 788,63	D811	Administração Central - Estado	0,00
R913	Segurança Social	0,00	0,00	D812	Administração Central - Outras Entidades	0,00
R914	Administração Regional	0,00	0,00	D813	Segurança Social	0,00
R915	Administração Local	0,00	0,00	D814	Administração Regional	0,00
R92	Exterior - UE	18 304,39	16 920,23	D815	Administração Local	0,00
R93	Outras	516 447,28	0,00	D82	Outras	0,00
R10	Outras receitas de capital	5 948,77	0,00	D9	Outras despesas de capital	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	801 184,22	32 341,36			
	Receita efetiva (1)	140 607 754,64	139 887 240,84		Despesa efetiva (5)	151 772 064,55
	Receita não efetiva (2)	0,00	0,00		Despesa não efetiva (6)	98 500,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com ativos financeiros	98 500,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D11	Despesa com passivos financeiros	0,00
	Receita Total (3)=(1)+(2)	140 607 754,64	139 887 240,84		Despesa Total (7)=(5)+(6)	151 870 564,55



7.3. Anexo às demonstrações orçamentais consolidadas

Introdução

As demonstrações orçamentais consolidadas do Grupo Público UMinho foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e define as novas normas relativas à consolidação de contas para a Administração Pública, concretamente a NCP 26, onde é definido o perímetro e método de consolidação orçamental.

De acordo com a NCP 26 (§§ 22 a 24) o perímetro de consolidação das Administrações Públicas compreende as entidades que em cada período contabilístico integrem o OE. Assim, o perímetro de consolidação orçamental da UMinho compreende as seguintes entidades públicas:

- **Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM)** - Em consonância com os Estatutos da UMinho, esta integra os Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM), que gozam de autonomia administrativa e financeira. Prestam serviços de alojamento, alimentação, bolsas de estudo, apoio médico e psicológico e apoio às atividades desportivas e culturais. Encontram-se sediados no *Campus* de Gualtar, em Braga e estão sob a tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (MCTES);
- **Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS)** - é uma biblioteca pública vocacionada e equipada segundo os mais modernos padrões internacionais. Tem entre os seus objetivos a dinamização da leitura e a atração de novos públicos, bem como o de criar as estruturas conducentes à concretização de uma rede de bibliotecas escolares no concelho de Braga. Nasceu da união de vontades da UMinho e o Município de Braga, tendo em vista a adesão à rede nacional de leitura pública; e
- **Instituto Confúcio (IC)** - é um instituto que desenvolve apoios ao nível do ensino da língua chinesa e de outras atividades de âmbito cultural e científico. Tem como objetivo primordial a difusão da língua e cultura chinesa, estando vocacionado para o desenvolvimento e aprofundamento dos estudos chineses na UMinho e na região envolvente. Iniciou as suas atividades, com os seus órgãos devidamente estabelecidos, no ano de 2007, estando localizado no *Campus* de Gualtar, em Braga, junto à Biblioteca Geral.

Nos termos do exposto na NCP 26 (§§ 25 e 26) a consolidação orçamental efetua-se pelo método da consolidação simples, que se traduz na soma algébrica de rubricas equivalentes de recebimentos e pagamentos, para a Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental, e de liquidações e obrigações para a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Naturezas. Posteriormente, procede-se à eliminação dos saldos resultantes de recebimentos e pagamentos de operações internas, assim como, de liquidações e obrigações recíprocas por naturezas.

Assim, na UMinho aplicou-se o método da consolidação simples a todas as entidades incluídas na consolidação, sendo de referir o seguinte, relativamente aos procedimentos de consolidação:

- Dado que os SASUM são controlados a 100% pela entidade-mãe a agregação rubrica a rubrica e respetivas eliminações foram efetuadas pela totalidade das transações entre as duas entidades; e
- Relativamente à BLCS e ao IC, como estas são controladas em apenas 50% pela entidade-mãe, a agregação rubrica a rubrica e respetivas eliminações foram efetuadas na proporção da percentagem detida.

Dado que a NCP 26 do normativo vigente, não prevê a elaboração do Anexo Orçamental Consolidado, assim como qualquer divulgação sobre as demonstrações orçamentais consolidadas, tal documento reveste-se de natureza voluntária, com o objetivo de permitir uma melhor compreensão pelos utilizadores das demonstrações orçamentais do Grupo Público UMinho.

**8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS****8.1. Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019**

Entidade: Grupo Público UMinho		Unidade Monetária: Euro	
Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019			
RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2019	SNC-AP 31/12/2018 (reexpresso)
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	137 490 055,41	138 943 672,95
Propriedades de investimento	8	949 091,16	963 512,84
Ativos intangíveis	3	356 571,27	343 685,53
Investimentos financeiros	9;18;20;22	4 494 756,38	3 807 051,86
Outros ativos financeiros	18	85 869,00	1 926,12
Ativos por impostos diferidos		1 959,32	0,00
		143 378 302,54	144 059 849,30
Ativo corrente			
Inventários	10	239 403,75	225 537,79
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	104 381 019,93	98 474 655,32
Clientes, contribuintes e utentes	9;18	24 069 023,48	27 525 547,72
Estado e outros entes públicos	18	5 828,91	12 993,18
Acionistas/sócios/associados	18	0,00	2 500,00
Outras contas a receber	18	779 534,79	4 895 245,12
Diferimentos	23	400 082,52	396 270,81
Caixa e depósitos	1;18	17 194 091,02	17 543 450,47
		147 068 984,40	149 076 200,41
		290 447 286,94	293 136 049,71
Total do Ativo			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18	140 621 464,39	140 621 464,39
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas	18	0,00	0,00
Resultados transitados	18	-66 669 586,67	-65 754 139,46
Ajustamentos em ativos financeiros	18	3 144 224,36	3 075 294,82
Excedentes de revalorização	18	98 569,09	100 071,08
Outras variações no património líquido	18	70 142 597,11	74 124 779,98
Resultado líquido do período	18	1 134 221,44	-1 778 498,90
Interesses que não controlam	18	977 966,88	1 049 169,19
		0,00	0,00
		149 449 456,60	151 438 141,11
Total do Património Líquido			
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	582 820,21	492 817,21
Financiamentos obtidos	18	142 059,01	8 389,63
Outras contas a pagar		137 433,16	147 265,20
		862 312,38	648 472,04
Passivo corrente			
Fornecedores	18	3 709 657,14	544 931,72
Estado e outros entes públicos	18	3 546 067,96	3 502 451,39
Financiamentos obtidos	18	120 713,30	6 258,47
Fornecedores de investimentos	18	831 739,16	22 395,14
Outras contas a pagar	18	17 702 854,37	16 628 262,11
Diferimentos	23	114 224 486,03	120 213 959,71
Outros passivos financeiros	18	0,00	131 178,02
		140 135 517,96	141 049 436,56
		140 997 830,34	141 697 908,60
Total do passivo			
Total do património líquido e passivo			
		290 447 286,94	293 136 049,71



8.2. Demonstração dos resultados por naturezas consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2019

Entidade: Grupo Público UMinho			
Demonstração dos resultados por natureza consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2019			
			Unidade Monetária: Euro
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	SNC-AP 31/12/2019	SNC-AP 31/12/2018 (reexpresso)
Impostos e taxas	13	26 079 486,53	25 539 589,80
Vendas	13	1 992 378,43	3 452 238,61
Prestações de serviços	13	10 498 843,18	8 198 673,50
Transferências correntes e subsídios correntes obtidos	14	113 682 164,53	103 279 004,10
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	22	229 342,76	-69 455,77
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-2 114 534,83	-2 181 761,84
Fornecimentos e serviços externos	23	-30 208 807,82	-26 704 318,87
Gastos com pessoal	19	-96 783 245,29	-87 794 166,11
Transferências e subsídios concedidos	23	-15 611 004,19	-18 109 224,65
Prestações sociais	23	-9 842,90	-10 135,84
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	77 934,57	-493 630,05
Provisões (aumentos/reduções)	15	-90 003,00	-367 990,21
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9;13;22	-4 987,97	-113 000,00
Outros rendimentos e ganhos	13;14	5 971 753,44	4 010 125,34
Outros gastos e perdas		-4 525 645,16	-2 205 019,56
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		9 183 832,28	6 430 928,45
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3;5;8	-8 047 258,73	-8 078 402,86
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1 136 573,55	-1 647 474,41
Juros e rendimentos similares obtidos	13	304,34	2 780,60
Juros e gastos similares suportados	23	-8 496,44	-152 166,88
Resultado antes de impostos		1 128 381,45	-1 796 860,69
Imposto sobre o rendimento		-15 378,16	-11 998,39
Resultado líquido do período		1 113 003,29	-1 808 859,08
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		1 134 221,44	-1 778 498,89
Interesses que não controlam		-21 218,15	-30 360,19
		1 113 003,29	-1 808 859,08



8.3. Demonstração dos resultados por funções consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2019

Entidade: Grupo Público UMinho								
Demonstração dos resultados por funções do período findo 31 de dezembro de 2019								
Unidade monetária: Euro								
RENDIMENTOS E GASTOS	Estrutura	Projetos I&D	Outros Projetos	Departamento Alimentar	Departamento Apoio Social	Departamento Desportivo e Cultural	Outras Participadas	Total
Rendimentos diretos	7 225 436,74	42 980 033,35	11 870 323,63	5 829 328,99	2 453 053,97	1 004 779,94	4 110 729,11	75 473 685,73
Gastos diretos	83 424 528,47	42 072 216,25	8 743 332,30	5 779 378,73	2 316 513,90	1 349 866,21	3 929 149,06	147 614 984,92
Margem de cont. direta	-76 199 091,73	907 817,10	3 126 991,33	49 950,26	136 540,08	-345 086,27	181 580,05	-72 141 299,19
Rendimentos indiretos	81 093 655,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81 093 655,32
Gastos indiretos	9 600 558,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 600 558,37
Resultado bruto do período	-4 705 994,78	907 817,10	3 126 991,33	49 950,26	136 540,08	-345 086,27	181 580,05	-648 202,24
Rendimentos gerais								2 400 784,18
Gastos não incorporados								624 200,49
Gastos ambientais								29 463,48
Gastos administrativos								220 324,87
Gastos financeiros								1 889,62
Outros gastos								372 522,52
Resultado antes de impostos								1 128 381,45
Imposto sobre o rendimento								-15 378,16
Resultado líquido do período atribuível a:								
Detentores do capital da entidade-mãe								1 134 221,44
Interesses que não controlam								-21 218,15
								1 113 003,29



8.4. Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2019

Entidade: Grupo Público UMinho											
Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2019											
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital/ Património Realizado	Reservas Decorentes da Transferência de Ativos	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	140 621 464,39	0,00	-65 754 139,46	3 075 294,82	100 071,08	74 124 779,99	-1 778 498,90	150 388 971,92	1 049 169,19	151 438 141,11
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Excedentes de revalorização e respetivas variações	18			1 501,99			-1 501,99		0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	18			-916 949,20	68 929,54		-3 982 182,88	1 778 498,90	-3 051 703,64	-49 984,16	-3 101 687,80
	(2)	0,00	0,00	-915 447,21	68 929,54		-1 501,99	1 778 498,90	-3 051 703,64	-49 984,16	-3 101 687,80
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)							1 134 221,44	1 134 221,44	-21 218,15	1 113 003,29
RESULTADO INTEGRAL	(4)-(1)+(2)+(3)							1 134 221,44	1 134 221,44	977 966,88	2 112 188,32
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)-(1)+(2)+(3)+(5)	140 621 464,39	0,00	-66 669 586,67	3 144 224,36	98 569,09	70 142 597,11	1 134 221,44	148 471 489,72	977 966,88	149 449 456,60

Entidade: Grupo Público UMinho											
Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2018 (reexpressa)											
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital/ Património Realizado	Reservas Decorentes da Transferência de Ativos	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	140 621 464,39	22 818,10	-52 297 774,53	-172 295,51	102 619,07	636 663,51	-2 777 554,46	86 135 940,57	895 277,46	87 031 218,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							73 091 778,50		73 091 778,50		73 091 778,50
Excedentes de revalorização e respetivas variações							-2 547,99		-2 547,99		-2 547,99
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			-22 818,10	-13 456 364,93	3 247 590,33		396 337,98	2 777 554,46	-7 057 700,26	184 251,92	-6 873 448,34
	(2)	0,00	-22 818,10	-13 456 364,93	3 247 590,33		-2 547,99	73 488 116,48	66 031 530,25	184 251,92	66 215 782,17
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)							-1 778 498,90	-1 778 498,90	-30 360,19	-1 808 859,09
RESULTADO INTEGRAL	(4)-(1)+(2)+(3)							-1 778 498,90	-1 778 498,90	1 049 169,19	-729 329,71
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)-(1)+(2)+(3)+(5)	140 621 464,39	0,00	-65 754 139,46	3 075 294,82	100 071,08	74 124 779,99	-1 778 498,90	150 388 971,92	1 049 169,19	151 438 141,11



8.5. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro 2019

Entidade: Grupo Público UMinho		Unidade Monetária: Euro	
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2019			
RUBRICAS	NOTAS	Período	
		SNC-AP 2019	SNC-AP 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		55 715 249,09	53 555 909,43
Recebimentos de utentes		24 764 238,12	22 961 343,35
Pagamentos a fornecedores		36 033 578,37	28 639 642,47
Pagamentos ao pessoal		79 186 782,79	70 373 597,38
	Caixa gerada pelas operações	-34 740 873,95	-22 495 987,07
Outros recebimentos/pagamentos		40 071 927,40	27 791 686,01
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	5 331 053,45	5 295 698,94
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		5 521 761,03	4 083 079,70
Ativos intangíveis		236 688,72	193 405,69
Investimentos financeiros		7 507,43	31 374,92
Outros activos		4 815,39	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		8 908,77	120,00
Subsídios ao investimento		15 599,94	29 943,44
Juros e rendimentos similares		304,34	2 780,60
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-5 745 959,52	-4 275 016,27
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		101 000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		6 545,99	6 258,47
Juros e gastos similares		531,12	1 562,85
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		28 376,27	28 376,27
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	65 546,62	-36 197,59
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
		-349 359,45	984 485,08
Efeito das diferenças de câmbio			
		0,00	-3,22
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		17 543 450,47	16 558 965,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		17 194 091,02	17 543 450,47



8.6. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

As notas que a seguir se apresentam estão de acordo com as divulgações exigidas nas NCP, relativamente às contas consolidadas.

As notas cumprem a numeração sequencial definida no SNC-AP, sendo as notas omissas não aplicáveis ou não relevantes para a leitura das demais demonstrações financeiras.

Os valores encontram-se expressos em Euros.

1. Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico

1.1. Identificação da entidade e período de relato

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o SNC-AP, e define as novas normas relativas à consolidação de contas para a Administração Pública.

Em consonância com o referido nas demonstrações financeiras separadas da UMinho, o Grupo Público UMinho é constituído pelas participadas identificadas na figura abaixo.

Grupo Público UMinho				
UMinho Entidade-Mãe				
SASUM 100%	ACMP5 90%	B'ACIS 90%	APSI 80%	CVR 56,48%
TecMinho 56,30%	BLCS 50%	IC 50%	2CA-Braga 40,00%	CCG 35,96%
IDEGUI 34,09%	CS 33,33%	PIEP 31,65%	IDITE Minho 25,45%	CeNTI 19,05%
SPINPARK 14,29%	AVEPARK 10,61%	TECMEAT 9,09%	Associação Laboratório da Paisagem 8,33%	DTX 8,20%
ProChild Colab 7,69%	AFTEBI 6,35%	Colab 4Food 5,08%	BIOREF 5,00%	Fund. CEER 3,57%
ISPG 3,34%	APCTP 2,94%	AEDOAVE 2,00%	INTEGRALAR 1,80%	TICE.PT 1,12%
Ofic. Inovação 1,00%	OPEN 0,98%	POOL NET 0,98%	VARD 2015 0,57%	ADRAVE 0,44%
IDARN 0,35%	CITEVE 0,17%	Fund. Bienal C 0,08%	Fund. Port. Afr. 0,04%	

Figura 8 - Grupo Público UMinho

O perímetro de consolidação financeiro é constituído de entre as entidades identificadas na figura acima, apenas pelas participadas nas quais a UMinho detém controlo (aplicando-se o método de consolidação integral) ou influência significativa (aplicando-se o método da equivalência patrimonial).

Nos termos do exigido pela NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, e de modo a cumprir o objetivo de relato transparente, procede-se à divulgação das informações referentes aos interesses nas entidades participadas, bem como a outra informação de cariz voluntário, que se entendeu relevante para a compreensão das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho.

O período de relato das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho corresponde ao ano civil de 2019 (1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019), devendo ser aprovadas até ao final do mês de julho de 2020.

1.2. Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras Consolidadas

a) Referencial contabilístico



Em 2020 e em coerência com o verificado no ano transato, o Grupo Público UMinho adotou como referencial contabilístico o SNC-AP que tem permitido dotar as instituições públicas de um sistema orçamental e financeiro eficiente e convergente com os sistemas adotados a nível internacional.

O SNC-AP foi preparado pelo Comité de Normalização Contabilística Público da Comissão de Normalização Contabilística, com o objetivo de proporcionar informação mais completa sobre o desempenho, a eficácia e a eficiência das Administrações Públicas, aumentando assim a transparência, a credibilidade e a comparabilidade das contas públicas, quer a nível nacional, quer a nível europeu e internacional. Além disso, e conforme exposto no preâmbulo do Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o SNC-AP veio permitir implementar a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das Administrações Públicas, articulando-a com a base de caixa modificada, estabelecendo assim os fundamentos para uma orçamentação do Estado em base do acréscimo. O SNC-AP promove a harmonização contabilística, mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada, aumentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, contribuindo assim para a satisfação das necessidades dos diferentes utilizadores da informação do sistema de contabilidade e relato orçamental e financeiro das Administrações Públicas.

O SNC-AP assenta numa nova estrutura concetual da informação financeira pública, em normas de contabilidade pública convergentes com as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), em novos modelos de demonstrações financeiras, numa norma relativa à contabilidade orçamental, numa norma relativa à contabilidade de gestão e num plano de contas multidimensional.

De acordo com o preceituado no art.º 13º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro “*quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:*

- a) *As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;*
- b) *O SNC;*
- c) *As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;*
- d) *As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.*

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-AP.

b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas para o período findo em 31 de dezembro de 2019, são comparáveis para todas as quantias relatadas nas respetivas rubricas. Para o efeito as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao período de 2018 foram reexpressas, tal como indicado na nota 2.8 do presente Anexo, de modo a salvaguardar a comparabilidade entre os períodos. Assim, a prestação de contas do Grupo Público UMinho do período de 2019 é comparável com a do período homólogo.

c) Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras consolidadas for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável.

Conforme referido anteriormente no período de 2019, o Grupo Público UMinho reexpressou as demonstrações financeiras referentes ao período de 2018. Contudo, não foi alterada a apresentação ou classificação de itens das demonstrações financeiras consolidadas.

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários do Grupo Público UMinho. Importa referir, que de acordo com o previsto no art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 5 de junho, conjugado com o previsto no art.º 115.º do RJIES, Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, no art.º 141.º da Lei do OE/2019, Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, e no art.º 115º do DLEO/2019, Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, a entidade-mãe, UMinho, está obrigada a manter um limite mínimo de saldo na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), tendo para o efeito, a 31 de dezembro de 2019, um saldo à ordem no Tesouro, no montante de cerca 6,5 M€.



e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Tabela 35 - Desagregação de caixa e depósitos, em euros

Conta	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	4 343,22	2 868,09
Depósitos à Ordem	16 799 290,49	17 264 969,34
<i>Depósitos bancários à ordem</i>	<i>10 274 621,02</i>	<i>11 351 656,91</i>
<i>Depósitos à ordem no Tesouro</i>	<i>6 524 669,47</i>	<i>5 913 312,43</i>
Depósitos a prazo	203 503,75	11 602,58
Depósitos consignados	0,00	132 832,44
Depósitos de garantias e cauções	186 953,56	131 178,02
Total caixa e depósitos	17 194 091,02	17 543 450,47

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das participadas que compõem o Grupo Público UMinho, tendo em consideração as disposições do SNC-AP, mais concretamente, a NCP 1 - Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros, a qual é a moeda funcional.

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

Tabela 36 - Vida útil do ativo fixo tangível

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada CC2
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos
Equipamento básico	4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 10 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos

O período de vida útil dos Ativos Fixos Tangíveis, é definido, atendendo aos seguintes fatores:

- Utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperadas para esse ativo;
- Desgaste físico esperado, que depende de fatores operacionais, tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- Obsolescência técnica e comercial resultante de alterações ou melhoramentos na produção, ou de alterações na procura do mercado para os produtos ou serviços produzidos pelo ativo; e
- Limites de natureza legal ou outra, sobre o uso do ativo, tais como as datas de expiração de contratos de locação relacionados.

De referir que para a generalidade dos seus ativos, o Grupo Público UMinho utiliza as vidas úteis que se encontram estabelecidas no Classificador Complementar 2 (CC2).

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do *output* e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Os edifícios classificados como bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural, encontram-se reconhecidos pelo seu valor de aquisição, ou pelo valor das grandes reparações neles efetuadas. Contudo, em virtude de não ser possível mensurar o seu valor com fiabilidade, estes não se encontram a ser depreciados, situação que causaria uma distorção ainda maior nas demonstrações financeiras.

Devido à atividade do Grupo Público UMinho, em particular na área de investigação e desenvolvimento, os ativos adquiridos para projetos de investigação poderão ter uma vida útil inferior à estabelecida no CC2, decorrente do desgaste excessivo e obsolescência tecnológica, uma vez que a investigação realizada, para ser competitiva, necessita



de equipamento de topo e vanguarda. As vidas úteis diferentes das recomendadas pelo CC2 necessitam de ser aprovadas em sede de Conselho de Gestão.

O ganho ou a perda do desconhecimento de ativos fixos tangíveis, que resulte de alienação ou abate, deve ser determinado pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas de Outros Gastos e Perdas ou Outros Rendimentos e Ganhos, consoante o Grupo Público UMinho, decorrente deste tipo de transações, tenha obtido uma mais-valia ou uma menos-valia.

Os Investimentos em Curso são ativos ainda em fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começarão a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem nas condições necessárias para serem capazes de operar da forma pretendida pelo Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho.

Quando os ativos são adquiridos a título gratuito (doações), é considerado o Valor Patrimonial Tributário (VPT) para os imóveis e o custo do bem recebido ou na falta deste, o respetivo valor de mercado para os restantes ativos.

b) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, mas não para o uso na sua atividade operacional.

As Propriedades de Investimento encontram-se mensuradas ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e das perdas por imparidade, caso existam.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

Tabela 37 - Vida útil das propriedades de investimento

Propriedades de Investimento	Vida Útil Estimada CC2
Edifícios e outras construções	50 anos

O período de vida útil das propriedades de investimento é definido pelo Órgão de Gestão, tendo em consideração os fatores anteriormente referidos, para os ativos fixos tangíveis.

c) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, caso existam.

As despesas de pesquisa e de manutenção são reconhecidas nos resultados dos períodos em que são incorridas.

O método de amortização utilizado é o das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado no CC2, em regime de duodécimos.

Tabela 38 - Vida útil do ativo intangível

Ativo Intangível	Vida Útil Estimada CC2
Programas de computador e sistemas de informação	3 a 5 anos

O período de vida útil dos ativos intangíveis é definido pelo Órgão de Gestão, tendo em consideração os fatores referidos para os ativos fixos tangíveis.

d) Investimentos Financeiros

Estão valorizados de acordo com o método da equivalência patrimonial os investimentos em associadas, definindo-se como tal as entidades nas quais a entidade exerce influência significativa, geralmente investimentos representando uma percentagem de controlo entre 20% e 50% do capital de uma entidade, e não são Empreendimentos Conjuntos.

Para determinação do controlo ou influência significativa são levados em conta os interesses existentes à data tendo em conta potenciais direitos de voto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da entidade nos resultados líquidos das entidades associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas e outras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo reconhecida uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da entidade nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra reconhecido, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da



entidade associada não for positivo, exceto quando a entidade tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, reconhecendo nesses casos uma provisão na rubrica do passivo Provisões para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com entidades associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da entidade nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

A entidade utiliza o modelo do custo para participações financeiras em outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional, geralmente percentagens de controlo inferiores a 20% do capital social, onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em entidades com valores mobiliários não cotados em mercado regulamentado.

e) Locações

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais, consoante a substância dos contratos que lhes está subjacente. Assim, um contrato transferir substancialmente todos os riscos e vantagens da posse de um ativo para o Grupo Público UMinho, a locação é classificada como financeira. Caso contrário, a locação é classificada como operacional.

Decorrente do exposto, e considerando que a descrição dos fenómenos económicos observa a substância da transação, acontecimento, atividade ou circunstância subjacente, que nem sempre é coincidente com a sua forma legal, os ativos adquiridos através de contratos de locação financeira, são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, contabilizando-se as respetivas depreciações e as liquidações dos valores das rendas.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos fixos tangíveis com contratos de locação são depreciados durante o prazo de locação ou durante a sua vida útil, dependendo do critério que apresentar o período mais curto (§30 e 31 NCP 6).

f) Imparidade de Ativos

Em cada data de relato o Grupo Público UMinho analisa se as quantias escrituradas dos seus ativos representam fiavelmente os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, por forma a determinar se existe algum indicio de os mesmos poderem estar em imparidade. Em caso afirmativo, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, para que se determine a existência da necessidade do reconhecimento de alguma perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrente do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida em gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade registadas em períodos anteriores é reconhecida quando se conclui que tais perdas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido, sendo reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados por naturezas do período. Contudo, tal reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

g) Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros. O Grupo Público UMinho reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade, segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.



Os ativos financeiros são reconhecidos ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade, segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são reconhecidos no passivo ao custo amortizado, deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir todos os seus passivos.

h) Rendimentos e Gastos

O Grupo Público UMinho aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações tendo em conta o prescrito na NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e na NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são reconhecidas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias, ao regime de acréscimo.

Os rendimentos provenientes de prestações de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, quando satisfeitas as seguintes condições:

- O rendimento possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo Público UMinho;
- A fase de acabamento da transação à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos provenientes da venda de bens só são reconhecidos quando satisfeitas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da compra forem transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O rendimento possa ser fiavelmente mensurado;
- Seja provável que fluirão para o Grupo Público UMinho benefícios económicos associados à transação;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- Os gastos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

Impostos e taxas

Na contabilidade da entidade-mãe, UMinho, o valor total das propinas referente ao ano letivo é reconhecido como dívida do estudante (crédito da UMinho) no momento da sua inscrição, sendo que, 4/12 (setembro a dezembro) são reconhecidos como rendimentos do período (ano de inscrição) e, os restantes 8/12, são diferidos (rendimento diferido) e reconhecidos como rendimento do ano seguinte, em consonância com o ano letivo e em prol do regime de acréscimo (periodização económica).

Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências e subsídios correntes obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo Público UMinho cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do OE é atribuída anualmente à entidade-mãe, UMinho, em conformidade com a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior, sendo o respetivo rendimento reconhecido numa base mensal.

As transferências e subsídios obtidos no âmbito de projetos de I&D são diferidos no Balanço, na rubrica de diferimentos, e reconhecidos como rendimento do período na proporção dos correspondentes gastos incorridos, independentemente do momento do recebimento das verbas associadas a cada projeto.



As transferências e subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas (rubrica Imputação de subsídios e transferências para investimentos) numa base sistemática e racional, durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização, durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências e subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivo, na rubrica Financiamentos obtidos.

Os gastos com os fornecimentos e serviços externos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

No que diz respeito aos ativos adquiridos através de transações sem contraprestação, o seu rendimento é mensurado e reconhecido pelo seu justo valor à data de aquisição.

i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra um exfluxo de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Grupo Público UMinho não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo, caso considere como prováveis os benefícios económicos que daí poderão resultar. Quando a sua realização for praticamente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

j) Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídios de férias e de Natal, abonos relativos a gratificação e representação, subsídio de alimentação, horas extraordinárias, ajudas de custo, abono para falhas, colaborações técnicas e especializadas, indemnizações por cessações de funções, contribuições e outros encargos para a Segurança Social, assim como, outros abonos atribuídos aos empregados em numerário ou espécie.

As obrigações decorrentes dos benefícios aos empregados classificadas como despesas correntes são reconhecidas nos resultados do período em que os respetivos serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que é liquidado com o respetivo pagamento aos empregados.

No que diz respeito às férias e ao subsídio de férias, de acordo com a legislação vigente, o direito aos mesmos vence-se no dia 31 de dezembro de cada ano. Contudo, o respetivo pagamento só ocorre no ano civil seguinte. Consequentemente, respeitando o regime de acréscimo, estes benefícios são acrescidos ao ano em que se vencem os respetivos direitos.

k) Partes relacionadas

O Grupo Público UMinho identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 – Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação sobre as transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho;
- O Conselho de Gestão da UMinho;
- O Fiscal Único da UMinho; e
- As entidades de supervisão, dado que as funções que exercem lhes conferem uma influência significativa, mas não de controlo, nas decisões financeiras e operacionais do Grupo Público UMinho, nomeadamente o Ministério das Finanças e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, bem como o Tribunal de Contas, a UniLEO e a Comissão de Normalização Contabilística.



l) Imposto sobre o rendimento

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a entidade-mãe, UMinho, goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS. A entidade-mãe, UMinho, não está obrigada a entregar a declaração anual de rendimentos modelo 22 do IRC.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram consideradas as demonstrações financeiras separadas de cada entidade controlada, nas quais foram efetuados juízos de valor e utilizados diversos pressupostos pelo seu Órgão de Gestão que afetam as quantias reconhecidas de ativos e passivos, assim como, as quantias reconhecidas de rendimentos e gastos do período.

O Grupo Público UMinho aplicou as políticas contabilísticas contidas nas normas ou interpretações que são específicas a cada transação e acontecimento económico. De referir que, na ausência de uma norma ou interpretação específica, o Órgão de Gestão fez juízos de valor na aplicação de políticas contabilísticas, sempre com o objetivo de que a informação daí resultante seja relevante e fiável para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores das demonstrações financeiras, de forma a que estas:

- Representem fielmente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Público UMinho;
- Reflitam a substância económica de transações, acontecimentos e condições e não meramente a respetiva forma legal;
- Sejam neutras;
- Sejam prudentes; e
- Sejam completas em todos os seus aspetos materiais.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Reconhecimento de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes; e
- Especializações diversas.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir dos livros e registos das entidades que integram o Grupo Público UMinho, numa perspetiva de continuidade da atividade, pois não existe por parte do Órgão de Gestão a intenção ou a necessidade de liquidar ou reduzir substancialmente o nível da sua atividade.

No decurso do período de 2020, tem vindo a ser reportado, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações por Covid-19, tendo diversos governos, autoridades e agentes económicos, implementado um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global.

Os efeitos da disseminação do vírus estão a ser analisados pelas autoridades competentes, estando a ser implementadas diversas iniciativas com impacto na situação atual. Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, prevê-se que a economia nacional em geral seja afetada significativamente pela pandemia, antevendo-se um cenário de recessão económica.

As entidades pertencentes ao Grupo Público UMinho estão a acompanhar em permanência a evolução da pandemia através dos órgãos competentes. Procurando minimizar os possíveis riscos associados à pandemia e, na sequência das recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), a entidade-mãe implementou e implementará planos de contingência com o objetivo de garantir a segurança dos seus colaboradores, estudantes e da comunidade em geral.

No entanto, face ao atual cenário de elevada incerteza e rápida evolução da pandemia, não é possível estimar, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade das entidades incluídas no Grupo Público UMinho os quais, a existirem, é nossa convicção que não colocarão em causa a continuidade das suas atividades, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019.



2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

Todas as estimativas efetuadas pelo Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data de relato, no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Estas estimativas podem ser influenciadas por variáveis económicas e outros fatores externos, alguns dos quais o Grupo Público UMinho poderá não controlar.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Consequentemente, dado que as estimativas podem ser influenciadas por fatores externos, os resultados reais das transações poderão diferir das estimativas efetuadas.

É entendimento do Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que todas as estimativas desenvolvidas refletem o melhor critério, dada a informação disponível.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Em prol da imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras consolidadas, tornou-se necessário reexpressar o período de 2018, pelos seguintes motivos:

- Reapreciação dos critérios de reconhecimento contabilístico dos rendimentos e gastos relacionados com projetos de I&D, tendo apurado o montante de subsídios ao investimento afeto à atividade de I&D, com o consequente ajustamento para a rubrica Outras variações no património líquido; e
- Especialização de rendimentos associados a projetos de I&D que, por ainda não terem sido executados (incorridos gastos), não poderiam ter sido reconhecidos como rendimento.

As correções anteriores originaram as variações presentes na Tabela 39, relativas ao período de 2018.

Tabela 39 - Alterações retrospectivas, em euros

Reexpressão retrospectiva	Efeito em 2018
Alterações na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas	
Aumentos dos rendimentos	1 053 564,71
Aumento no resultado líquido do período	1 053 564,71
Alterações no Balanço consolidado	
Aumento do património líquido	1 410 313,36
Diminuição do passivo	1 410 313,36

3. Ativos Intangíveis

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

Os ativos intangíveis do Grupo Público UMinho compreendem, essencialmente, programas de computador e sistemas de informação.

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

a) Vida útil e métodos de amortização

Nos termos do referido na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que define o período de vida útil dos ativos intangíveis, sendo que para a generalidade destes ativos, é aplicada a vida útil prevista no CC2.

Importa referir que à data de relato existem fichas de cadastro atualizadas, onde para cada bem reconhecido como ativo intangível, consta informação relativa à sua vida útil ou taxa de amortização, ao seu valor de aquisição, à sua depreciação acumulada, ao seu valor líquido, entre outras informações.

b) Métodos de amortização

As amortizações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes em regime duodecimal, sendo estimadas vidas úteis finitas, que, por norma, correspondem às definidas no CC2 do SNC-AP.

c) Variação das amortizações

Durante o período económico de 2019, a decomposição da quantia escriturada e das amortizações dos ativos intangíveis é apresentada na Tabela 40.

Tabela 40 - Ativos intangíveis – Variação da quantia bruta das amortizações acumuladas, em euros



Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada
Ativos Intangíveis						
Proj. de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	175 967,91	175 967,91	0,00
Prog. comp. e sist. inf.	4 379 899,93	4 036 214,40	343 685,53	4 692 563,74	4 409 761,18	282 802,56
Ativos intang. em curso	0,00	0,00	0,00	73 768,71	0,00	73 768,71
Total	4 379 899,93	4 036 214,40	343 685,53	4 942 300,36	4 585 729,09	356 571,27

d) Gastos/Reversões de amortizações

Os gastos referentes às amortizações dos ativos intangíveis do Grupo Público UMinho encontram-se reconhecidos na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização da Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada, totalizando um montante de 268 890,95 € em 2019, conforme identificado no ponto seguinte.

e) Quantia escriturada e variações do período

A variação da quantia escriturada dos ativos intangíveis verificada no período económico de 2019 do Grupo Público UMinho, justifica-se pelas aquisições, no montante de 281 776,69 €, e amortizações do período, no montante de 268 890,95 €, conforme evidenciado na Tabela 41.

Tabela 41 - Ativos intangíveis – Variação na quantia escriturada, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Amortizações do período	
Ativos Intangíveis				
Programas computador e sistemas de informação	306 096,65	245 596,86	-268 890,95	282 802,56
Ativos intangíveis em curso	37 588,88	36 179,83	0,00	73 768,71
Total	343 685,53	281 776,69	-268 890,95	356 571,27

De referir que as adições respeitante a ativos intangíveis, efetuadas pelo Grupo Público UMinho em 2019, referem-se a compras ocorridas no período, bem como a ativos intangíveis em curso.

3.5. Outras divulgações de ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo Público UMinho utilizava na sua atividade programas de computador no montante de 3 940 798,88 €, apesar de se encontrarem totalmente amortizados.

5. Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis do Grupo Público UMinho encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. De referir que o custo de aquisição compreende o custo de compra e quaisquer outros custos necessários e diretamente atribuíveis para colocar o ativo a funcionar da forma pretendida pelo Órgão de Gestão, podendo ainda incluir custos necessários para proceder ao seu desmantelamento e remoção no final da vida útil.

Relativamente aos gastos subsequentes com os ativos fixos tangíveis, em consonância com o exposto na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, estes poderão ser reconhecidos no ativo, ou diretamente nos resultados do período, dependendo dos benefícios económicos ou potencial de serviço, que o Grupo Público UMinho irá obter com os mesmos.

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis do Grupo Público UMinho foram calculadas utilizando o método das quotas contantes em regime duodecimal, sendo estimadas vidas úteis finitas que, por norma, correspondem às definidas no CC2 do SNC-AP.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Tal como referido na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho que define o período de vida útil dos ativos fixos tangíveis, sendo que para a generalidade destes ativos, é aplicada a vida útil prevista no CC2.

Importa referir que à data de relato existem fichas de cadastro atualizadas, onde para cada bem reconhecido como ativo fixo tangível, consta a informação relativa à sua vida útil ou taxa de depreciação, ao seu valor de aquisição, à sua depreciação acumulada, ao seu valor líquido, entre outras informações.



d) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações

Na Tabela 42 apresenta-se a variação da quantia escriturada respeitantes aos ativos fixos tangíveis, observada no período económico de 2019.



Tabela 42 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia bruta das depreciações, em euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Edifícios e outras construções	431 091,97	0,00	431 091,97	431 091,97	0,00	431 091,97
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	320 201,35	0,00	320 201,35
	431 091,97	0,00	431 091,97	751 293,32	0,00	751 293,32
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	10 584 029,27	0,00	10 584 029,27	10 374 029,27	0,00	10 374 029,27
Edifícios e outras construções	163 618 931,21	46 689 904,90	116 929 026,31	164 522 621,98	50 362 368,34	114 160 253,64
Equipamento básico	65 259 314,74	56 349 395,36	8 909 919,38	67 939 147,96	57 869 285,76	10 069 862,20
Equipamento de transporte	510 218,24	489 211,75	21 006,49	510 218,24	496 668,23	13 550,01
Equipamento administrativo	26 914 734,60	25 457 693,98	1 457 040,62	26 858 211,10	25 876 823,17	981 387,93
Outros	9 277 168,97	8 940 039,35	337 129,62	10 830 888,44	9 969 174,62	861 713,82
Ativos fixos tangíveis em curso	274 429,29	0,00	274 429,29	277 965,22	0,00	277 965,22
	276 438 826,32	137 926 245,34	138 512 580,98	281 313 082,21	144 574 320,12	136 738 762,09
Total	276 869 918,29	137 926 245,34	138 943 672,95	282 064 375,53	144 574 320,12	137 490 055,41



e) Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

As variações ocorridas na quantia escriturada do ativo fixo tangível do Grupo Público UMinho no período de 2019, estão evidenciadas na Tabela 43.

Tabela 43 - Ativos fixos tangíveis – Variação da quantia escriturada, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do custo)				Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Edifícios e outras construções	431 091,97	0,00	0,00	0,00	0,00	431 091,97
Património histórico, artístico e cultural	0,00	320 201,35	0,00	0,00	0,00	320 201,35
	431 091,97	320 201,35	0,00	0,00	0,00	751 293,33
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	10 584 029,27	0,00	0,00	0,00	0,00	10 584 029,27
Edifícios e outras construções	116 929 026,31	507 349,91	0,00	-3 486 122,58	0,00	113 950 253,64
Equipamento básico	8 996 123,06	4 588 222,06	7 962,54	-3 435 500,44	-741,34	10 156 065,88
Equipamento de transporte	-2 022,14	0,00	0,00	-7 456,48	0,00	-9 478,62
Equipamento administrativo	1 417 706,96	211 155,15	4 780,11	-690 832,08	-755,87	942 054,27
Outros	313 288,23	662 653,22	0,00	-138 069,02	0,00	837 872,43
Ativos fixos tangíveis em curso	274 429,29	11 498,47	-7 962,54	0,00	0,00	277 965,21
	138 512 580,98	5 980 878,81	4 780,11	-7 757 980,60	-1 497,21	136 738 762,08
Total	138 943 672,95	6 301 080,16	4 780,11	-7 757 980,60	-1 497,21	137 490 055,41



Conforme evidenciado na Tabela 44, as adições de ativos fixos tangíveis registadas pelo Grupo Público UMinho no período económico de 2019, totalizaram 6 301 080,16 €, dos quais 337 573,98 € foram adquiridos através de locação financeira.

Tabela 44 - Ativos fixos tangíveis – Adições, em euros

Rubricas	Adições			
	Compra	Locação financeira	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Património histórico, artístico e cultural	300 000,00	0,00	20 201,35	320 201,35
	300 000,00	0,00	20 201,35	320 201,35
Outros ativos fixos tangíveis				
Edifícios e outras construções	480 437,54	0,00	26 912,37	507 349,91
Equipamento básico	4 627 626,40	0,00	-39 404,34	4 588 222,06
Equipamento de transporte	53 379,12	0,00	0,00	53 379,12
Equipamento administrativo	208 436,33	0,00	-24 253,13	184 183,20
Outros	308 125,39	337 573,98	-9 453,32	636 246,05
Ativos fixos tangíveis em curso	11 498,47	0,00	0,00	11 498,47
	5 689 503,25	337 573,98	-46 198,42	5 980 878,81
Total	5 989 503,25	337 573,98	-25 997,07	6 301 080,16

5.3. Depreciações de ativos fixos tangíveis

No período de 2019, as depreciações dos ativos fixos tangíveis, referentes ao Grupo Público UMinho, ascenderam ao montante de 7 757 980,60 €, tendo sido reconhecidas nos resultados do período, na rubrica de gastos/reversões de depreciação e amortização da Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidados.

5.6. Outras divulgações de ativos fixos tangíveis

No período de 2019, o Grupo Público UMinho utilizou na sua atividade os ativos fixos tangíveis totalmente depreciados constantes na Tabela 45.

Tabela 45 - Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados ainda em uso, em euros

Ativos Fixos Tangíveis Totalmente Depreciados Ainda em Uso	2019	2018
Equipamento Informático e de telecomunicações	4 548 564,58	4 323 311,87
Equip. para invest. e form. de medida e de utilização técnica especial	23 401 538,61	21 719 400,22
Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	607,87	0,00
Outro equipamento básico	13 911 583,50	13 347 495,03
Transportes rodoviários	263 895,66	280 090,63
Equipamento informático e de telecomunicações	20 191 357,92	20 599 257,00
Equipamento escritório e de reprografia	1 359 356,69	1 339 351,33
Outro equipamento administrativo	1 220 171,67	0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	8 045 116,59	9 298 604,51
Total Geral	72 942 193,09	70 907 510,59

6. Locações

6.1. Locações financeiras – locatários

A 31 de dezembro de 2019, o Grupo Público UMinho dispunha dos bens presentes na seguinte tabela seguinte, classificados em regime de locação financeira, em virtude de estes transferirem de forma substancial, os riscos e vantagens da posse do ativo para o locatário.

Tabela 46 - Locações financeiras, pagamentos do período – locatários, em euros

Rubricas	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados pelo locatário			
		Período		Acumulado	
		Capital	Juro	Capital	Juro
251372101 - Chiller, Ed. 2, Lote I Gualtar	62 726,58	21 634,77	721,68	21 634,77	721,68
251372102 - Chiller, Ed. 3 e 12 Lote II Azurém	58 001,36	20 361,99	799,89	20 361,99	799,89
251372103 - Chiller, Ed. 7 Gualtar	133 654,74	41 194,54	625,46	41 194,54	625,46
Total	254 382,68	83 191,30	2 147,03	83 191,30	2 147,03



Tabela 47 - Locações financeiras, pagamentos futuros – locatários, em euros

Rubricas	Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
251372101 - Chiller, Ed. 2, Lote I Gualtar	29 808,60	43 946,87	0,00	73 755,47	62 726,58
251372102 - Chiller, Ed. 3 e 12 Lote II Azurém	28 215,84	41 851,52	0,00	70 067,36	58 001,36
251372103 - Chiller, Ed. 7 Gualtar	62 730,00	83 824,50	0,00	146 554,50	133 654,74
Total	120 754,44	169 622,89	0,00	290 377,33	254 382,68

Apresentam-se na Tabela 48 os contratos de locação financeira do Grupo Público UMinho que se encontram em vigor à data de 31 de dezembro de 2019.

Tabela 48 - Descrição dos contratos de locação financeira

N.º Contrato	Locadora	Bem Locado	Data Início	Data Fim	Termos de renovação	Opções compra	Cláusula de escalonamento	Rest.
201800029137	Politérmica Eng., LDA	Chillers	01/01/2018	31/12/2021	não	sim	4	não tem
201900007923	JPSR, LDA	Chillers	17/04/2019	17/04/2022	não	sim	4	não tem

6.2. Locações operacionais - locatários

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo Público UMinho classificou os bens presentes na Tabela 49 em regime de locação operacional, uma vez que os riscos e vantagens da posse do ativo permanecem no locador.

Tabela 49 - Locações operacionais – locatários, em euros

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados			Futuros pagamentos mínimos			Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Pagamentos mínimos período	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos acumulados	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total	
Viaturas UMinho	268 243,81	83 216,73	0,00	208 672,5	40 416,22	19 155,04	59 571,26	58 034,97
Viaturas SASUM	59 274,50	20 059,73	13 537,84	20 059,73	20 059,73	19 155,04	39 214,77	38 077,63
Total	268 243,81	83 216,73	13 537,84	208 672,55	40 416,22	19 155,04	59 571,26	58 034,98

6.4. Locações operacionais – locadores

À data de relato, o Grupo Público UMinho, como locador, dispõem dos bens presentes na Tabela 50, como locação operacional.

Tabela 50 - Locações operacionais de propriedades de investimento, em euros

Locatários – propriedades de investimento							
Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados		Futuros pagamentos mínimos			Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período	Acumulado	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Pagamentos mínimos				
Edifícios	834 433,50	184 360,08	472 054,56	172 352,90	195 148,02	367 500,92	354 098,84

8. Propriedades de investimento

8.1. Divulgações relativas às propriedades de investimento

As divulgações da presente nota são um complemento às informações da nota 6 – locações, onde se encontram identificados todos os contratos de locação celebrados relativamente às propriedades de investimento que o Grupo Público UMinho tinha reconhecidas no seu ativo.

O Grupo Público UMinho possui propriedades de investimento que compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, mas não para o uso na sua atividade operacional.

8.2. Modelo aplicado

No reconhecimento das propriedades de investimento, o Grupo Público UMinho utiliza o modelo do custo. Ou seja, estes ativos são inicialmente mensurados pelo seu custo de aquisição sendo reconhecidos no balanço consolidado, deduzidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade.



8.6. Propriedades de investimento mensuradas pelo modelo do custo

a) Métodos de depreciação usados

O método de depreciação usado pelo Grupo Público UMinho nas propriedades de investimento é o das quotas constantes em regime duodecimal.

b) Vidas úteis ou taxas de depreciação

A vida útil das propriedades de investimento encontra-se em conformidade com a definida pelo CC2 do SNC-AP. De referir que todas as propriedades de investimento são identificadas por uma ficha de cadastro, a qual se encontra permanentemente atualizada e de onde consta informação relativa à vida útil ou taxa de depreciação, ao valor de aquisição, à depreciação acumulada, ao valor líquido, de entre outro tipo de informação.

c) Propriedades de investimento – Variação das depreciações

Durante o período económico de 2019, a quantia escriturada das propriedades de investimento e depreciações acumuladas do Grupo Público UMinho registaram a variação presente, na Tabela 51.

Tabela 51 - Propriedades de investimento - variação da quantia bruta das depreciações, em euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Depreciaç. acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciaç. acumuladas	Quantia escriturada
Propriedades de Investimento						
Terrenos e recursos naturais	286 449,07	0,00	286 449,07	286 449,07	0,00	286 449,07
Edifícios e outras construções	924 371,17	247 307,40	677 063,77	930 336,67	267 694,58	662 642,09
Total	1 210 820,24	247 307,40	963 512,84	1 216 785,74	267 694,58	949 091,16

d) Propriedades de investimento – Quantia escriturada e variações do período

Na Tabela 52 identificam-se as variações registadas na quantia escriturada das propriedades de investimento do Grupo Público UMinho, durante o período económico de 2019.

Tabela 52 - Propriedades de investimento – Variação da quantia escriturada, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Depreciações do período	Quantia escriturada final	Rendas
Propriedades de Investimento					
Terrenos e recursos naturais	286 449,07	0,00	0,00	286 449,07	0,00
Edifícios e outras construções	677 063,77	5 965,50	-20 387,18	662 642,09	225 964,95
Total	963 512,84	5 965,50	-20 387,18	949 091,16	225 964,95

As adições das propriedades de investimento no montante de 5 965,50 €, referem-se a uma intervenção numa das frações.

e) Justo valor de propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo Público UMinho encontram-se mensuradas ao modelo do custo, uma vez que não foi determinado o seu justo valor com recurso a avaliação efetuada por um perito avaliador qualificado e independente. No entanto, atendendo ao disposto no ponto 1.3.13 da 2.ª versão do Manual de Implementação do SNC-AP, o *“VPT constitui um modelo de avaliação de prédios que se considera proporcionar informação que cumpre as características qualitativas da informação financeira previstas na Estrutura Concetual”*.

Assim, uma vez que o Órgão de Gestão do Grupo Público UMinho considera o VPT como um indicador que proporciona informação semelhante ao justo valor, divulga-se na Tabela 53, o VPT das propriedades de investimento:



Tabela 53 - VPT das propriedades de investimento, em euros

Propriedades de Investimento	VPT em 2019	VPT em 2018
Fração CDE Ed. Navegador	111 642,10	109 453,04
Fração DB Ed. Navegador	237 650,95	232 991,13
Fração HBA Ed. Navegador	154 158,20	154 158,20
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 43	7 105,00	7 105,00
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 47	7 105,00	7 105,00
Prédio Avenida Elias Garcia, n.º 54	1 976 306,50	1 976 306,50
Ed. R. Francisco Man. Melo	1 207 283,40	1 204 296,68
Fração D - Lordelo do Ouro	54 786,17	53 711,93
Fração E - Lordelo do Ouro	49 800,87	48 824,38
Fração BM – Cedofeita	43 532,73	42 679,15
Total	3 849 370,92	3 836 631,01

10. Inventários

Relativamente aos inventários reconhecidos no balanço consolidado do Grupo Público UMinho, apresenta-se nas Tabelas 54 e 55 a sua desagregação e movimentos dos períodos de 2018 e 2019.

Tabela 54 - Inventários, em euros

Rubricas	Quantia bruta	Imparidade Acumulada a 31/12/2019	Quantia Escriturada
Mercadorias	66 538,90	0,00	66 538,90
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	172 864,85	0,00	172 864,85
Total	239 403,75	0,00	239 403,75

Tabela 55 - Movimentos do período, em euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Compras Líquidas	Consumos/gastos	Outras reduções de inventários	Quantia escriturada final
Mercadorias	62 185,42	887 641,12	-879 811,07	-3 476,57	66 538,90
Matérias-primas, subs. e de consumo	163 352,37	1 302 452,46	-1 289 315,04	-3 624,94	172 864,85
Total	225 537,79	2 190 093,58	-2 169 126,11	-7 101,51	239 403,75

13. Rendimentos de Transações com Contraprestação

Apresenta-se na Tabela 56 a quantia de cada categoria significativa de rendimentos de transações com contraprestação reconhecida em 2019, pelo Grupo Público UMinho.

Tabela 56 - Rendimentos de transações com contraprestação, em euros

Rubricas	2019	2018
Vendas	1 992 378,43	3 452 238,61
Prestações de serviços e concessões	10 498 843,18	8 198 673,50
Outros rendimentos e ganhos	1 123 291,17	1 349 003,85
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	304,34	2 780,60
Total	13 614 817,12	13 002 696,56

14. Rendimentos de Transações sem Contraprestação

Na Tabela 57, apresenta-se o montante de rendimentos de transações sem contraprestação reconhecidos pelo Grupo Público UMinho, durante os períodos de 2018 e 2019, por classes principais de rendimentos.

Tabela 57 - Rendimentos de transações sem contraprestação

Tipo de Rendimento	Rendimento do Período reconhecido em		Rendimento de 2018 (reexpresso) reconhecido em	
	Resultados	Património Líquido	Resultados	Património Líquido
Taxas, multas e outras penalidades	26 079 486,53	0,00	25 539 589,80	0,00
Transferências sem condição	63 923 108,01	0,00	62 251 844,88	0,00
Transferências com condição	228 199,16	14 284,02	171 816,94	16 920,23
Subsídios sem condição	3 269 770,64	58 723 088,58	1 417 391,16	61 953 995,02
Subsídios com condição	48 630 673,35	0,00	38 787 025,85	0,00
Outros	3 222 070,42	633,09	1 515 901,26	199,90
Total	145 353 308,11	58 738 005,69	129 683 569,89	61 971 115,15



As taxas, multas e outras penalidades são reconhecidas em rendimentos no ano económico em que o serviço é prestado ou que se verifica a infração, independentemente da ocorrência do pagamento.

O valor presente na rubrica de transferências sem condição corresponde ao valor transferido do Orçamento do Estado, enquanto a rubrica de subsídios sem condição compreende o valor de subsídios ao investimento que foram reconhecidos em rendimentos no corrente ano. Este tipo de subsídios é imputado a rendimentos consoante a vida útil dos ativos fixos tangíveis que lhes estão subjacentes.

O montante presente na rubrica de subsídios com condição reflete os subsídios à exploração que estão relacionados com projetos de I&D. Estes são reconhecidos inicialmente em rendimentos diferidos e, aquando da ocorrência e reconhecimento dos respetivos gastos, reconhecidos em rendimentos do período ou no património líquido, consoante sejam despesas correntes ou de capital, respetivamente, uma vez que se encontra cumprida a condição. A rubrica de outros rendimentos compreende, sobretudo, rendimentos que não se enquadram nas rubricas anteriores, assim como, rendimentos que deveriam ter sido reconhecidos em períodos anteriores.

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1. Provisões

Em consonância com o exposto na nota 2.1., o Grupo Público UMinho apenas reconhece provisões quando os seus montantes forem fiavelmente mensuráveis e seja provável existir um exfluxo futuro de meios líquidos (caixa). Pelo exposto, no período de 2019 foram constituídas provisões relativas a processos judiciais em curso, no montante de 90 003,00 €, conforme evidenciado na Tabela 58:

Tabela 58 - Provisões, em euros

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial (31/12/2018)	Aumentos	Quantia Escriturada Final (31/12/2019)
Processos judiciais em curso	492 817,21	90 003,00	582 820,21
Total	492 817,21	90 003,00	582 820,21

15.2. Identificação das provisões

Da tabela constante do ponto anterior conclui-se que o Grupo Público UMinho tem constituídas provisões num total de 582 820,81 €, as quais estão identificadas na Tabela 59:

Tabela 59 - Identificação das provisões

Nº Processo	Descrição do litígio	Valor proposto das ações (€)
P. 21/19.0 BEPNF P. 491/19.6 BEPRT P. 14/19.7 BEBRG P. 2557/18.0 BEBRG P. 2604/18.6 BEBRG P. 2531/18.7 BEBRG P. 1180/17.1 BEBRG P. 494/09.9 BELSB P. 1517/07.1-A BEBRG	Direitos laborais	327 848,27
P. 231/19.0 BEBRG P. 2085/19.7 BEBRG	Impugnação de sanção disciplinar	60 002,00
P. 1858/18.2 BEBRG P. 2578/18.3 BEBRG P. 1016/07.1 BEBRG	Reconhecimento de habilitações	74 965,94
P. 411/18.5 BEBRG P. 2491/17.1 BEBRG P. 1189/15.0 BEAVR P. 559/11.7 BEBRG	Anulabilidade de despacho de homologação do júri de concurso	120 004,00

15.3. Passivos contingentes

Na Tabela 60 apresentam-se os passivos contingentes do Grupo Público UMinho, referentes a processos judiciais em curso, os quais não cumprindo os requisitos para o reconhecimento como provisões, devido ao baixo risco de perda das ações em tribunal, foram apenas alvo de divulgação.

Tabela 60 - Passivos contingentes



Nº Processo	Descrição do litígio	Valor proposto das ações (€)
P. 6123/18.2 TBRG P. 1829/18.9 BEBRG P. 44344/15.7 YIPRT P. 21/14.6 BEBRG P. 861/14.6 BEBRG P. 3314/12.3 BEPRT P. 1318/11.2 BELSB P. 527/11.9 BELSB P. 2262/08.6 BELSB	Direitos laborais	820 143,98
P. 2508/18.2 BEBRG	Impugnação de sanção disciplinar	30 001,00
P. 45/18.4 BEBRG P. 863/16.8 BELSB P. 1205/16.8 BEBRG P. 3079/13.1 BELSB	Direitos contratuais	81 005,18
P. 425/19.5 BEPRT P. 1206/18.1 BEBRG P. 186/17.5 BEBRG P. 1691/16.6 BEBRG P. 471/15.0 BEBRG P. 3000/14.0 BEBRG P. 2906/14.0 BELSB P. 2671/14.1 BEBRG P. 2153/14.1 BEBRG P. 1049/13.9 BEBRG P. 527/12.1 BELSB P. 766/12.5 BEBRG P. 228/08.5 BEBRG-A	Anulabilidade de despacho de homologação do júri de concurso	365 013,00
P. 2381/14.0 BEBRG	Impugnação de classificação obtida	30 001,00

16. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Em 2019, o Grupo Público UMinho contabilizou diferenças de câmbio relativas a dívidas a receber de entidades estrangeiras, expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, tendo sido registadas ao câmbio da data considerada para a operação. À data de relato, os valores a pagar em moeda estrangeira foram atualizados para a taxa de câmbio em vigor.

17. Acontecimentos Após a Data de Relato

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão no dia 10 de julho de 2020, pelo Conselho de Gestão da UMinho. De referir que as mesmas serão apreciadas em Conselho Geral no dia 24 de julho de 2020, não existindo no Grupo Público outro órgão deliberativo com poder para alterar as demonstrações financeiras consolidadas.

Quando ocorrem acontecimentos económicos entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras consolidadas são autorizadas para emissão, o Grupo Público UMinho avalia se estes acontecimentos dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras consolidadas. Neste âmbito, e à data, não são conhecidos quaisquer acontecimentos económicos com dimensão material para serem reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do período económico de 2019.

Contudo, em consonância com o descrito na nota 2.4. “Principais pressupostos relativos ao futuro”, importa referir que após a data de relato, no dia 18 de março de 2020, foi decretado em Portugal o Estado de Emergência, devido à pandemia da Covid-19. Assim, apesar de este facto não ter qualquer reconhecimento nas presentes demonstrações financeiras consolidadas, importa divulgar na presente nota a incapacidade de mensurar com fiabilidade o(s) impacto(s) desta pandemia no período económico de 2020.

Por fim, e apesar de todos os constrangimentos que esta pandemia possa provocar no ano económico de 2020 e seguintes, o Grupo Público UMinho tem perspetivado a continuidade da sua atividade, ainda que adaptada a todas as medidas já decretadas e a decretar pela Tutela, pela Direção-Geral da Saúde e por outras instituições públicas, tendo em vista a mitigação da pandemia, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período findo, em 31 de dezembro de 2019.

**18. Instrumentos financeiros****A) Investimentos financeiros**

À data de 31 de dezembro de 2019, os investimentos financeiros do Grupo Público UMinho apresentam uma quantia escriturada de 4 494 756,38 € (3 807 051,86 € em 31 de dezembro de 2018).

Tabela 61 - Investimentos financeiros, em euros

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
Investimentos financeiros	5 065 459,35	570 702,97	4 494 756,38	4 372 766,86	565 715,00	3 807 051,86
Total	5 065 459,35	570 702,97	4 494 756,38	4 372 766,86	565 715,00	3 807 051,86

A Tabela 62 apresenta informação sobre a aplicação do MEP às entidades associadas do Grupo Público UMinho, divulgando-se, ainda, a quantia escriturada em 31 de dezembro de 2018 e 2019 e o valor das participadas desagregando o Resultado Líquido do Período (RLP) dos fundos patrimoniais.

Tabela 62 – Aplicação do MEP, em euros

Componentes Grupo Público UMinho	% de participação	Quantia escriturada investimento financeiro		Valores das participadas em 2019		Aplicação MEP em 2019	
		31.12.2019	31.12.2018	Total Fundos patrimoniais (exceto RLP)	RLP	Impacto Fundos patrimoniais	Impacto no RLP
CCG	35,96%	2 523 624,62	1 987 390,32	6 948 255,27	69 610,74	511 202,28	25 032,02
PIEP	31,65%	522 294,95	552 703,63	1 628 890,00	21 331,00	(37 159,95)	6 751,26
2CA-Braga	40,00%	225 880,50	103 933,08	259 832,70	304 868,56	-	121 947,42
CeNTI	19,05%	998 482,44	927 011,64	4 968 645,11	272 732,51	19 515,25	51 955,54
IDEGUI	6,25%	-	2 055,09	32 843,84	(65 638,15)	(2,35)	(2 052,74)
BLCS	50,00%	45 462,59	30 141,52	60 283,03	30 642,14	-	15 321,07
IC	50,00%	64 130,08	56 982,73	113 965,45	14 294,70	-	7 147,35
CS	33,33%	23 856,78	20 615,95	61 854,03	9 723,46	0,00	3 240,83
Total		4 403 731,96	3 680 833,95	14 074 569,43	657 564,96	493 555,23	229 342,76

B) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

No período de 2019 a rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis do Grupo Público UMinho registou uma variação positiva no montante de 5 906 364,6 € resultante, essencialmente, do aumento do reconhecimento no período do direito a receber dos subsídios não reembolsáveis.

Tabela 63 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, em euros

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	104 381 019,93	98 474 655,32
Total	104 381 019,93	98 474 655,32

C) Clientes, contribuintes e utentes

A rubrica de clientes, contribuintes e utentes registou no período de 2019 o montante de 24 069 023,48 €, evidenciando uma diminuição de 3 456 524,24 € face ao período de 2018, decorrente essencialmente da cobrança de propinas aos alunos, bem como da diminuição do valor da propina estabelecida para o ano letivo de 2019/2020, cujo reconhecimento do direito a receber ocorre no momento da emissão da fatura, ou seja, aquando da respetiva inscrição do aluno, sendo o fluxo económico periodizado de acordo com o regime de acréscimo (periodização económica).

Tabela 64 - Dívidas de terceiros a curto prazo (clientes e utentes), em euros

Descrição	31/12/2019			31/12/2018		
	Quantia Bruta	Imparidade/ Reversões	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Imparidade/ Reversões	Quantia Escriturada
Clientes, contribuintes e utentes	27 650 305,51	3 581 282,03	24 069 023,48	31 184 764,32	3 659 216,60	27 525 547,72
Total	27 650 305,51	3 581 282,03	24 069 023,48	31 184 764,32	3 659 216,60	27 525 547,72

A Tabela 65 divulga o montante de perdas por imparidade e as reversões das mesmas do Grupo Público UMinho, tendo em consideração as rubricas de clientes, contribuintes e utentes.



Tabela 65 - Imparidades de clientes, contribuintes e utentes, em euros

Rubricas	Imparidade Acumulada 31/12/2018	Variações do Período		Imparidade Acumulada 31/12/2019	Quantia Bruta	Quantia Recuperável
		Constituição Perda por Imparidade	Reversão Perda por Imparidade			
Cientes	948 627,46	16 222,86	-80 922,85	883 927,47	3 114 186,75	2 230 259,28
Utentes	2 710 589,14	393 878,45	-407 113,03	2 697 354,56	24 536 118,76	21 838 764,20
Total	3 659 216,60	410 101,31	-488 035,88	3 581 282,03	27 650 305,51	24 069 023,48

D) Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica evidencia o saldo da conta de devedores por acréscimos de rendimentos, no montante de 707 079,06 €, e de outros devedores, no valor de 72 455,73 €. Comparativamente ao ano transato, esta rubrica registou um decréscimo significativo no montante de 4 115 710,32 €, decorrente, essencialmente, da especialização de propinas pela entidade-mãe.

Tabela 66 - Outras contas a receber, em euros

Outras contas a receber	31/12/2019	31/12/2018
Acréscimos de rendimentos	707 079,06	4 895 245,12
Outros devedores	72 455,73	0,00
Total	779 534,79	4 895 245,12

E) Caixa e depósitos

Conforme evidenciado na alínea e) da nota 1.2. "Referencial contabilístico e demonstrações financeiras", a 31 de dezembro de 2019, o saldo do caixa e depósitos do Grupo Público UMinho apresenta, o montante de 17 194 091,02 € (17 543 450,47 € em 31 de dezembro de 2018), sendo desagregados conforme Tabela 67.

Tabela 67 - Caixa e depósitos, em euros

Caixa e depósitos	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	4 343,22	2 868,09
Depósitos à ordem	16 799 290,49	17 264 969,34
Depósitos a prazo	203 503,75	11 602,58
Depósitos consignados	0,00	132 832,44
Depósitos de garantias e cauções	186 953,56	131 178,02
Total	17 194 091,02	17 543 450,47

F) Património líquido

Apresenta-se na Tabela 68 o património líquido do Grupo Público UMinho, à data de 31 de dezembro de 2019, o qual evidencia uma diminuição no montante de 1 988 684,51 € face ao ano de 2018. O Grupo Público UMinho apresentou em 2019 um resultado líquido positivo de 1 134 221,44 €, refletindo um aumento de 2 912 720,33 € relativamente a 2018, bem como um aumento na rubrica de ajustamentos em ativos financeiros no montante de 930 479,24 €. O aumento nestas duas rubricas não foi suficiente para compensar a diminuição ocorrida nas rubricas de resultados transitados, excedentes de revalorização, outras variações no património líquido e interesses que não controlam. De referir que as variações no capital próprio decorrem da agregação das rubricas de capital próprio das entidades controladas, assim como da aplicação do método da equivalência patrimonial às participações detidas nas entidades associadas.

Em prol da imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras consolidadas, houve a necessidade de reexpressar o período de 2018, em virtude de correções de erros materiais de períodos anteriores, as quais se encontram apresentadas na nota 2.8.

Tabela 68 - Património líquido, em euros

Descrição	31/12/2019	31/12/2018 (reexpresso)
Património/Capital	140 621 464,39	140 621 464,39
Resultados Transitados	-66 669 586,67	-65 754 139,46
Ajustamentos em Ativos Financeiros	3 144 224,36	3 075 294,82
Excedentes de Revalorização	98 569,09	100 071,08
Outras Variações no Património Líquido	70 142 597,11	74 124 779,98
Resultado Líquido do Período	1 134 221,44	-1 778 498,90
Interesses que não controlam	977 966,88	1 049 169,19
Total	149 449 456,60	151 8 141,11

**G) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos do grupo público UMinho apresentam em 31 de dezembro de 2019 um total agregado de 262 772,31 € (14 648,10 € em 31 dezembro de 2018), os quais são essencialmente referentes a locações financeiras nos termos da NPC 9 - Locações. A rubrica de financiamentos obtidos é desagregada no balanço consolidado do seguinte modo:

- Financiamentos não correntes: 142 059,01 €
- Financiamentos correntes: 120 713,30 €

H) Fornecedores c/c e fornecedores de investimentos

A rubrica de fornecedores c/c do Grupo Público UMinho evidenciou em 31 de dezembro de 2019, um aumento no montante de 3 164 725,42 €, comparativamente ao ano de 2018, e, a rubrica de fornecedores de investimentos registou um aumento relativo à data de relato do ano transato, no valor de 809 344,02 €.

Estas variações justificam-se pelo processamento, em 2019, de um elevado número de faturas rececionadas no final do ano.

Tabela 69 - Fornecedores, em euros

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores c/c	3 709 657,14	544 931,72
Fornecedores de investimento	831 739,16	22 395,14
Total	4 541 396,30	567 326,86

Importa referir que as dívidas de fornecedores que transitaram de ano, já se encontram liquidadas na sua quase totalidade à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras.

I) Estado e outros entes públicos

O saldo refletido na rubrica estado e outros entes públicos apresenta a seguinte desagregação.

Tabela 70 - Estado e outros entes públicos, em euros

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Estado e outros entes públicos - Ativo	5 828,91	12 993,18
Estado e outros entes públicos - Passivo	3 546 067,96	3 502 451,39

J) Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de Outras contas a pagar do Grupo Público UMinho registou o montante de 17 840 284,53 € (137 433,16 € não corrente; 17 702 854,37 € corrente) registando-se um aumento no montante de 1 064 760,22 € face ao período homólogo (16 775 527,31 €, dos quais 147 265,20 € não correntes e 16 628 262,11 € correntes).

K) Outros ativos financeiros

A rubrica de Outros ativos financeiros do balanço do Grupo Público UMinho evidencia o montante de 85 869,00 €, o que representa uma variação no montante de 83 942,88 €, face ao período homólogo.

19. Benefícios dos Empregados

O Grupo Público UMinho não possui planos de benefícios definidos. Na Tabela 71 apresenta-se a agregação dos valores auferidos pelos trabalhadores do Grupo Público UMinho. Da sua análise observa-se um aumento das remunerações e encargos sobre remunerações dos trabalhadores do Grupo Público, decorrente fundamentalmente da contratação de investigadores, bem como das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório.

Tabela 71 - Benefícios dos empregados, em euros

Descrição	2019	2018
Remunerações	78 693 000,83	71 152 276,29
Indemnizações	126 403,45	212 013,79
Encargos sobre remunerações	17 679 743,99	16 125 272,38
Outros encargos sociais	284 097,02	304 603,65
Total	96 783 245,29	87 794 166,11

De referir que os gastos com o pessoal reportados respeitam aos 2 655 trabalhadores do Grupo Público UMinho (2 390 em 2018).



20. Divulgações de Partes Relacionadas

A fim dos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas poderem formar uma opinião acerca dos efeitos de relacionamentos entre partes relacionadas e a UMinho, divulga-se nas Tabelas 72, 73, 74, 75 e 76, os nomes das entidades participadas e respetiva percentagem de controlo, independentemente de se terem verificado transações entre as partes relacionadas.

Tabela 72 - Listagem de entidades controladas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
CVR	Rua de Francos, N.º 350, Azurém, 4800-058 Guimarães	56,48		56,48
TECMINHO	Campus de Azurém da Universidade do Minho, 4800-058 Guimarães	56,30		56,30
APSI	Campus de Gualtar, 4810-057 Braga	80,00		80,00
B'ACIS	Campus de Gualtar, 4810-057 Braga	90,00		90,00
ACPM5	Campus de Gualtar, 4810-057 Braga	90,00		90,00

Tabela 73 - Listagem de entidades associadas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
CCG	Universidade do Minho, Campus de Azurém, ed. 14, 4800-058 Guimarães	35,96		35,96
IDITE MINHO	Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, 4710-911 Braga	25,45		25,45
PIEP	Universidade do Minho Campus de Azurém, 4800-058 Guimarães	31,65		31,65
2CA-Braga	Hospital Privado de Braga - Sete Fontes – São Victor 4710-243 Braga	40,00		40,00
CeNTI	R. Fernando Mesquita, Vila Nova de Famalicão	19,05		19,05
IDEGUI	R. da Ramada, 4810-531 Guimarães	34,09		34,09

Tabela 74 - Listagem de outras entidades relacionadas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
ADRAVE	Av. 25 de Abril 634, 4760-202 Vila Nova de Famalicão	0,44		0,44
AEDOAVE	R. Capitão Alfredo Guimarães, n.º 1, Ed. Amave 4800-019 GMR	2,00		2,00
AFTEBI	R. Conselheiro Joaquim Pessoa 11, Covilhã	6,35		6,35
APCTP	Rua Alfredo Allen. 455/461, 4200-135 Porto	2,94		2,94
AVEPARK	Lugar Da Gandra,, 4805-017 Barco	10,61		10,61
Fundação Bional de Cerveira	Av. Comunidades Portuguesas, S/N 4920-275 Vila Nova Cerveira	0,08		0,08
IDARN	Rua de Santa Catarina, 753, Sala 1 - 4000-454 Porto	0,35		0,35
POOL NET	Zona Industrial da Marinha Grande	0,98		0,98
SPINPARK	Zona Indust. da Gandra, S. Cláudio do Barco, 4805-017 Guimarães	14,29		14,29
VARD 2015	Rua Capitão Alfredo Guimarães, n.º1 - Edifício Amave	0,57		0,57
CITEVE	R. Fernando Mesquita 2785, Vila Nova de Famalicão	0,17		0,17
Fundação Portugal África	Rua do Infante D. Henrique 61, 4050-296 Porto	0,04		0,04
Oficina Inovação - BIC Minho	Av. João XXI 627 1º Andar, 4715-035 Braga	1,00		1,00
Fundação CEER	Praza do Obradoiro, s/n - 15782 Santiago de Compostela	3,57		3,57
INTEGRALAR - Portugal Foods	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 - 4470-605 Moreira da Maia	1,06		1,06
OPEN	Zona Industrial da Marinha Grande, Rua da Bélgica, Lote 18	0,98		0,98
TICE.PT	Campus Universitário de Santiago (IT) - 3810-193 Aveiro	1,12		1,12
ISPG - Instituto do Petróleo e Gás	Rua Tomás da Fonseca - Torre C - 1600-209 Lisboa	3,34		3,34
Associação Laboratório da Paisagem	R. da Ponte Romana, Guimarães	8,33		8,33
DTX	Campus de Azurém, ed. 1, 4800-058 Guimarães	8,20		8,20
Colab4Food	Rua de Lagidos Polo de Vairão, 4485-655 - Vila Conde	5,08		5,08
BIOREF - Lab. Col. Biorrefinarias	Rua Amieira Apartado 1089, 4466-901 - S. Mamede	5,00		5,00
TECMEAT	Rua Fernando Mesquita, n.º 2785, 4760-034	9,09		9,09
ProChild Colab	Campus de Azurém, 4804-533 Guimarães	7,69		7,69

Tabela 75 - Listagem de serviços e fundos autónomos

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
SASUM	Campus de Gualtar, 4710-057 Gualtar	100,00		100,00

Tabela 76 - Listagem das unidades diferenciadas

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final (%)
		Direto	Indireto	
BLCS	R. de São Paulo 1, 4700-042 Braga	50,00		50,00
IC	Campus de Gualtar, 4710-057 Gualtar	50,00		50,00
CS	Largo Martins Sarmento, 51, 4800-432 Guimarães	33,33		33,33

Divulgação de Transações entre Partes Relacionadas

No que respeita a transações entre partes relacionadas, apresenta-se de seguida a tabela com evidência da natureza do relacionamento, os tipos de transações que ocorreram, a quantia monetária específica, assim como a proporção dessa classe de transações, os respetivos saldos, e termos e condições gerais de transações entre partes relacionadas.



Tabela 77 - Transações entre partes relacionadas, em euros

Entidade Relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Transação
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
CCG	Associada	Prest. Serv.	17 400,34	0,17%	16 948,62	Recebimento a 30 dias
CCG	Associada	FSE	-114 792,21	-0,38%	0,00	Pagamento a 60 dias
CCG	Associada	Outros	-40 171,63	-0,89%	0,00	Pagamento a 60 dias
PIEP	Associada	Prest. Serv.	26 151,40	0,25%	150,00	Recebimento a 30 dias
PIEP	Associada	FSE	-108 214,27	-0,36%	-14 138,85	Pagamento a 60 dias
2CA-Braga	Associada	FSE	-161 890,00	-0,54%	0,00	Pagamento a 60 dias
CeNTI	Associada	Prest. Serv.	2 776,00	0,03%	0,00	Recebimento a 30 dias
CeNTI	Associada	FSE	-6 054,74	-0,02%	0,00	Pagamento a 60 dias
IDEGUI	Outra Entidade	FSE	-102 096,15	-0,34%	-153,75	Pagamento a 60 dias
AFTEBI	Outra Entidade	Prest. Serv.	5 543,39	0,05%	0,00	Recebimento a 30 dias
AFTEBI	Outra Entidade	Quota	-300,00	-0,01%	0,00	Pagamento a 60 dias
APCTP	Outra Entidade	FSE	-193 072,57	-0,64%	19 721,46	Pagamento a 60 dias
IDARN	Outra Entidade	Prest. Serv.	11 314,48	0,11%	5 657,23	Recebimento a 30 dias
POOL.NET	Outra Entidade	Quota	-500,00	-0,01%	0,00	Pagamento a 60 dias
CITEVE	Outra Entidade	FSE	-1 120,00	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
INTEGRALAR	Outra Entidade	FSE	-18 990,00	-0,06%	0,00	Pagamento a 60 dias
TICE.PT	Outra Entidade	Quota	-2 500,00	-0,06%	0,00	Pagamento a 60 dias
ISPG	Outra Entidade	Prest. Serv.	14 760,00	0,14%	0,00	Recebimento a 30 dias
Associação Laboratório da Paisagem	Outra Entidade	Quota	-2 500,00	-0,06%	0,00	Pagamento a 60 dias
DTX	Outra Entidade	Prest. Serv.	6 688,13	0,06%	0,00	Recebimento a 30 dias
DTX	Outra Entidade	Quotas	-4 500,00	-0,10%	-4 500,00	Pagamento a 60 dias
DTX	Outra Entidade	FSE	-333,39	0,00%	0,00	Pagamento a 60 dias
BIOREF	Outra Entidade	Quotas	-5 500,00	-0,12%	0,00	Pagamento a 60 dias
BLCS	SFAutónomos	Transf.	-84 187,50	-0,54%	0,00	Pagamento a 60 dias
IC	SFAutónomos	Prest. Serv.	4 243,14	0,04%	558,18	Recebimento a 30 dias
IC	SFAutónomos	Transf.	-9 141,37	-0,06%	0,00	Pagamento a 60 dias
CS	SFAutónomos	Prest. Serv.	1 284,43	0,01%	1 284,43	Recebimento a 30 dias
Totais			-765 702,52	—	25 527,32	

22. Interesses em Outras Entidades

22.1. Os julgamentos e pressupostos mais significativos

a) Os julgamentos e pressupostos mais significativos que se consideraram na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Público UMinho, foram os seguintes:

- Como **entidades controladas**, foram consideradas todas as entidades em que a UMinho está exposta ou tem direitos a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento nessa entidade, tendo a capacidade de afetar a natureza e quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa entidade. Deste modo, considerou-se como entidades controladas todas aquelas, nas quais a UMinho detém uma participação nos seus capitais superior a 50%, ou quando não detendo tal percentagem, detém direitos que lhe conferem a capacidade para orientar as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento nessas entidades. Ou seja, quando se possui o direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de uma determinada entidade, sendo esta normalmente a forma como o poder é demonstrado no setor público.

Estas entidades foram consolidadas no Grupo Público UMinho pela aplicação do **método de consolidação integral**, o qual consiste, sucintamente, na agregação de itens idênticos das demonstrações financeiras e na eliminação de operações intragrupo, com reconhecimento no património líquido consolidado dos respetivos interesses que não se controlam.

- Como **entidades associadas**, foram consideradas todas as entidades em que a UMinho exerce influência significativa, ou seja, detém poder para participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais de uma determinada entidade, sem, no entanto, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas. Entende-se que existe influência significativa numa participada, quando a UMinho detém uma participação no seu capital compreendida entre os 20% e 50%. Contudo, poderá existir influência significativa ainda que não se detenha pelo menos 20% dos direitos de voto noutra entidade, desde que tal seja comprovada através de pelo menos uma das seguintes formas (§7 da NCP 23):
 - Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
 - Participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições similares;
 - Transações materiais entre o investidor e a participada;
 - Intercâmbio de pessoal de gestão; ou



- Prestação de informação técnica essencial.

Estas entidades foram incluídas na consolidação pela aplicação do **método da equivalência patrimonial**, o qual se consubstancia em refletir nas demonstrações financeiras da entidade-mãe a sua quota parte nos resultados das suas participadas e as alterações nos ativos líquidos das mesmas, que não foram reconhecidos através dos resultados.

A UMinho enquanto entidade-mãe cumpre a definição de entidade investidora, na medida em que detém participações noutras entidades, as quais lhe conferem controlo e influência significativa nas mesmas. Porém, no Grupo Público UMinho, mesmo sem participações noutras entidades, verifica-se a existência de controlo e influência significativa sobre as mesmas, salientando-se o caso de entidades públicas que não possuem detentores de capital.

b) No Grupo Público UMinho existem os seguintes interesses em entidades:

▪ **Entidades controladas**, nas quais se aplicou o **método de consolidação integral**:

- **Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM)** - Em consonância com os Estatutos da UMinho, esta integra os Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM), que gozam de autonomia administrativa e financeira. Prestam serviços de alojamento, alimentação, bolsas de estudo, apoio médico e psicológico e apoio às atividades desportivas e culturais. Encontram-se sediados no *Campus* de Gualtar, em Braga e estão sob a tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (MCTES). Nos termos dos Estatutos dos SASUM homologados pelo Despacho n.º 1642/2019, publicados no Diário da República n.º 31, 2.ª série, de 13 de fevereiro, a gestão financeira é assegurada por um Conselho de Gestão, órgão colegial com competências em matérias administrativas e financeiras, o qual é presidido pelo Reitor da UMinho.
- **Associação Centro de Medicina P5 (ACMP5)** - É uma organização sem fins lucrativos, que resulta de uma parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina (EM), e a *Alumni* Medicina – Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho. Tem como objetivo principal a promoção das melhores práticas de saúde preventiva e a melhor monitorização e gestão de doença crónica, bem como o apoio especializado aos cuidados de saúde primários, numa abordagem holística, suportada por tecnologias digitais que promovam o envolvimento e a centralidade das pessoas/doentes.
- **Associação Ciências, Inovação e Saúde - Braga (B'ACIS)** - É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 2018, que resultou de uma parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina (EM) e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde (ICVS), e a *Alumni* Medicina – Núcleo de Antigos Estudantes de Medicina da UMinho, a qual tem por objetivo o incremento do conhecimento científico e a promoção da inovação, através do fomento de atividades científico-tecnológicas no âmbito das Ciências da Vida e Saúde.
- **Associação de Psicologia da Universidade do Minho (APSI)** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2016, com o estatuto de utilidade pública. Presta serviços de psicologia à comunidade em geral, em interligação estreita com a UMinho, através da Escola de Psicologia, entendida como garante máximo do desenvolvimento técnico-científico ou científico-tecnológico e formativo de profissionais altamente especializados, e com os Municípios de Braga e Guimarães, devido à sua proximidade com a comunidade local. Desenvolve atividades como: consultas psicológicas, perícias forenses, avaliações psicológicas e formação e consultadoria.
- **Centro para a Valorização de Resíduos (CVR)** - É uma instituição privada sem fins lucrativos, em atividade desde 2002, que presta serviços de investigação, análise científica e aplicação de soluções reais na área da valorização de resíduos da economia circular e da preservação do ambiente. Independentemente da área da atividade industrial, o CVR tem as competências necessárias para apoiar projetos e iniciativas relacionadas com uma ampla gama de resíduos industriais. Tem as suas instalações no *Campus* de Azurém da UMinho, em Guimarães
- **TecMinho - Associação Universidade Empresa para o Desenvolvimento** - É uma associação de direito privado sem fins lucrativos, constituída em 1990, tendo tido como promotores a Universidade do Minho e a Associação dos Municípios do Vale do Ave (AMAVE). Tem como missão apresentar-se como uma estrutura de interface da UMinho, promovendo a sua ligação à sociedade, sobretudo nas vertentes da ciência e tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento regional através da melhoria de competitividade das organizações e aumento das competências dos indivíduos. As suas principais linhas de intervenção são: o apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias/produtos/processos e a respetiva transferência para as empresas; a conceção e implementação de atividades de educação e formação (presencial e *e-learning*), de desenvolvimento organizacional e de mobilidade transnacional de recursos humanos; o apoio ao empreendedorismo universitário e à criação de empresas inovadoras, com especial relevo para os *spin-offs* académicos.



- **Entidades associadas**, nas quais se aplicou o **método de equivalência patrimonial (MEP)**:
 - **Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (BLCS)** - É uma biblioteca pública que surgiu de uma parceria entre a UMinho e o Município de Braga, tendo em vista a adesão à Rede Nacional de Leitura Pública. Está vocacionada e equipada segundo os mais modernos padrões internacionais, sendo o seu objetivo principal a dinamização da leitura e a atração de novos públicos, bem como a criação de estruturas conducentes à concretização de uma rede de bibliotecas escolares no concelho de Braga. **Instituto Confúcio (IC)** – O IC é uma unidade diferenciada da UMinho, criado em associação com o Hanban, com o objetivo de difundir a língua e cultura chinesa, através da promoção de uma série de atividades didáticas e culturais, vocacionado para o desenvolvimento e aprofundamento dos estudos chineses na UMinho e na região envolvente. Iniciou as suas atividades, com os seus órgãos devidamente estabelecidos, no ano de 2006, tendo as suas instalações no Campus de Gualtar, em Braga.
 - **Centro Clínico Académico de Braga (2CA-Braga)** - É uma associação sem fins lucrativos, que resultou de uma parceria entre a UMinho, através da Escola de Medicina (EM) e do seu Instituto de Investigação em Ciências da Vida e Saúde (ICVS), o Hospital de Braga, E.P.E. e o Hospital CUF Porto. Encontra-se sediado no Hospital de Braga, tendo como objetivo o desenvolvimento de investigação clínica, a nível nacional e internacional, bem como, a promoção e a produção de conhecimento, melhorando a qualidade e eficiência assistencial.
 - **Centro de Computação Gráfica (CCG)** - Fundado em 1993, o CCG encontra-se sediado desde 2001 no Campus da UMinho, em Azurém, Guimarães, como uma associação de investigação, desenvolvimento e consultoria, de natureza privada e sem fins lucrativos. Dedicada a sua atividade à investigação e desenvolvimento aplicado, nos domínios da computação gráfica, das tecnologias da informação, comunicação e eletrónica, bem como às suas aplicações, em contexto nacional e internacional. Concebe e executa projetos I&DT, assumindo uma postura de interface entre a UMinho e o setor empresarial e público.
 - **Instituto de Design de Guimarães (IDEGUI)** - Constituído em 2012, o IDEGUI é uma associação sem fins lucrativos e de natureza privada, localizada em Guimarães. Enquadra-se no projeto de reabilitação da zona de Couros – o projeto *Campurbis* – cujos promotores foram a UMinho e o Município de Guimarães. Este instituto promove as ligações entre o design, a arquitetura e a engenharia, tornando possível uma efetiva articulação entre a criatividade e a tecnologia.
 - **Casa de Sarmento (CS)** - É uma unidade diferenciada da UMinho, instituída com base num protocolo de cooperação que a UMinho celebrou com o Município de Guimarães e a SMS. As suas principais finalidades são estabelecer a ligação mais estreita entre a UMinho e Guimarães; tratamento, catalogação e divulgação do acervo bibliográfico, documental e museológico da SMS ou de outros, bem como a valorização destes acervos, através do desenvolvimento ou colaboração em projetos de investigação.
 - **Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros (PIEP)** – O PIEP é uma associação privada sem fins lucrativos, que tem como objetivo o reforço da competitividade da indústria de plásticos e moldes, através do desenvolvimento de projetos de I&D e do trabalho próximo com empresas nacionais. Foi criado em 2001, em colaboração com a UMinho, através do Departamento de Engenharia de Polímeros e do IAPMEI. A sua interação tem sido extensiva a outros departamentos da UMinho, como os Departamentos de Engenharia Mecânica e de Engenharia de Eletrónica Industrial, tendo em consideração a multidisciplinaridade e complexidade dos projetos em que o PIEP participa.
 - **Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes (CeNTI)** - É um instituto de I&DT privado sem fins lucrativos, fundado em 2006 e que resultou de uma parceria de três Universidades, na qual se inclui a UMinho, dois centros tecnológicos e um instituto de novas tecnologias. O CeNTI tem como objetivo o desenvolvimento de novos produtos de elevado valor acrescentado e/ou a incorporação de novas tecnologias em produtos e mercados tradicionais, por isso aposta na inovação e atividades de I&D, participando em diversos projetos que evidenciam o seu compromisso e missão no apoio e dinamização da infraestrutura tecnológica, industrial e empresarial nacional.
- **Interesses de propriedade não quantificáveis**, as quais não integraram o perímetro de consolidação do Grupo Público UMinho, dada a inexistência de influência significativa (estando reconhecidas nas demonstrações financeiras separadas ao custo):
 - **Associação SPINPARK – Centro de Incubação de Base Tecnológica (SPINPARK)** - É uma associação privada sem fins lucrativos, criada em 2006 por iniciativa da UMinho, do AVEPARK e da APCTP. É um centro de incubação de base tecnológica que promove e apoia atividades de tecnologia avançada, intensivas em conhecimento, servindo simultaneamente de plataforma ao lançamento e difusão da inovação no contexto da economia do conhecimento.
 - **Parque de Ciência e Tecnologia. S.A (AVEPARK)** - Inaugurado em 2008, constitui uma infraestrutura de excelência funcional para a instalação de empresas de grande intensidade em



conhecimento científico e tecnológico. com posicionamento estratégico nas áreas geográficas do Ave e confinantes. No âmbito académico, o AVEPARK torna-se num pilar essencial, com um pólo que pode abranger mais de 20 mil alunos e 1100 professores da UMinho.

- **TECMEAT – Centro de Competências do Agroalimentar para o Setor das Carnes** - É uma associação criada em novembro de 2018, por iniciativa do Município de Vila Nova de Famalicão, com o objetivo de implementar esta estrutura, considerada estratégica para o concelho e que congrega 16 instituições da região e do país.
- **Associação Laboratório da Paisagem** - É uma associação sem fins lucrativos de natureza privada, sediada em Guimarães, com o objetivo de promover o conhecimento, a inovação, a investigação e a divulgação científica, contribuindo para uma ação integrada e participada das políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável.
- **Associação Laboratório Colaborativo em Transformação Digital (DTX)** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2018, sediada em Guimarães, tendo laboratórios em Braga, Matosinhos e Évora. O seu objetivo principal consiste em abordar os novos paradigmas em produtos, nos serviços e na interface homem-máquina, assim como, na criação de emprego qualificado e científico em Portugal.
- **ProChild Colab** – É uma associação, criada em dezembro de 2018, que reúne 17 associados, dos quais se destacam Universidades, Empresas, Fundações e Autarquias, envolvendo mais de 60 investigadores e 15 Centros de Investigação. Está organizado em torno de 4 eixos estratégicos de intervenção social, cada um dos quais com projetos específicos: (1) Saúde e bem-estar; (2) Desenvolvimento e educação; (3) Participação social, cidadania e igualdade de género; (4) Proteção contra a violência, exploração, abuso e negligência. Estes eixos articulam-se com uma área estratégica transversal de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, nas áreas do Digital e da Nanotecnologia.
- **Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior (AFTEBI)** - É uma associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, a qual iniciou a sua atividade na Covilhã, onde está situada a sua sede social, desenvolvendo a sua intervenção formativa em vários polos, nomeadamente em Castelo Branco, Guarda, Pombal, Trancoso, Vouzela e Vila Nova de Famalicão. Constituída para dar corpo a uma das maiores Escolas Tecnológicas atualmente em funcionamento no país, tem como objetivo formar pessoas e capacitar as empresas, em áreas tecnológicas.
- **Colab4Food - Laboratório Colaborativo para a Inovação da Indústria Agroalimentar** – É uma associação, criada em abril de 2019, tendo como missão ser um catalisador da inovação centrada nas necessidades do consumidor e da indústria agroalimentar, através da investigação colaborativa.
- **BIOREF – Laboratório Colaborativo para as Biorrefinarias** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em abril de 2019, que junta nove entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e onze empresas interessadas em procurar novos processos e tecnologias avançadas que utilizem a biomassa como matéria-prima e a transformem em produtos comercializáveis. O CoLAB BIOREF pretende contribuir para uma economia de baixo carbono e/ou carbono zero para Portugal (Horizonte 2030), gerando novas cadeias de valor, criação de emprego qualificado e impulsionando a bioeconomia nacional.
- **Fundação Centro de Estudos Euro-Regionais Galiza – Norte de Portugal (CEER)** - É uma instituição sem fins lucrativos, constituída pelas Universidades de Santiago de Compostela, Vigo, Corunha, Porto, Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro. Tem como principal objetivo a procura de sinergias e complementaridades nos eixos académicos universitários, procurando reforçar as relações entre as Universidades da Galiza e o Norte de Portugal.
- **Instituto do Petróleo e Gás (ISPG)** - É uma associação sem fins lucrativos resultante de uma parceria entre a Galp Energia e as seis maiores universidades portuguesas, onde se enquadra a UMinho. Tem como finalidades principais: desenvolver projetos de investigação e de formação avançada e, competências diferenciadoras no setor do petróleo e gás, bem como contribuir para a consolidação e desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia em países lusófonos.
- **Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (APCTP)** - É uma associação cujo objetivo é a promoção, instalação e lançamento de um Parque de Ciência e Tecnologia, através de vários polos situados, nomeadamente, nas regiões do Porto, Santa Maria da Feira e Vale do Ave, contribuindo para a investigação científica e desenvolvimento tecnológico do país. A associação promove um ambiente favorável à inovação e à concretização das medidas de política científica e tecnológica, industrial, educativa e de formação profissional, na medida em que acolhe empresas de alta intensidade tecnológica, unidades de investigação de empresas, incubadoras, organismos de investigação e desenvolvimento e instituições de ensino superior.



- **Agência de Energia do Ave (AEDOAVE)** - É uma cooperativa de direito privado sem fins lucrativos que presta serviços de acessória técnica aos Municípios do Vale do Ave, tendo missão contribuir para a eficiência energética, para a utilização racional de energia e dos recursos energéticos endógenos, renováveis e não poluentes.
- **Associação INTEGRALAR - Portugal Foods** - É uma associação criada em 2008 por entidades que compõem o setor agroalimentar português. Tem como missão reforçar a competitividade das empresas através do aumento do seu índice tecnológico, promovendo a produção, transferência, aplicação e valorização do conhecimento orientado para a inovação.
- **Associação TICE.PT** - Constituído em 2008, com sede em Aveiro, é uma plataforma de concertação que garante e promove interfaces entre o mundo académico e o mundo empresarial. Tem como objetivo fomentar e alavancar as estratégias de rede para o setor tecnológico, entre as empresas e os centros de investigação e desenvolvimento.
- **Oficina Inovação - BIC Minho** - É uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Braga, tendo como objetivo atuar na região Norte de Portugal, através da promoção do empreendedorismo, da inovação e da internacionalização, apoiando a criação de novas empresas e a modernização e internacionalização de PME's.
- **Associação OPEN** - É uma associação privada sem fins lucrativos, constituída em 2002, onde se englobam participações públicas e privadas, tendo como missão contribuir para a promoção da inovação, do empreendedorismo e a criação de emprego, através do lançamento de empresas com conceitos inovadores e do estímulo à cooperação empresarial, com impacto na produtividade e na competitividade regional e nacional.
- **Associação Pool-net – Portuguese Tooling & Plastics Network (POOL NET)** - É uma associação fundada por 40 entidades, onde se identificam empresas, associações empresariais, centros tecnológicos e de formação, universidades e institutos politécnicos. Tem como missão a dinamização do cluster de competitividade *engineering & tooling*, nomeadamente através da implementação da estratégia de eficiência coletiva criada para a indústria portuguesa de moldes e ferramentas especiais.
- **Vale do Ave Região Digital (VARD 2015)** - É uma cooperativa de interesse público, com a finalidade de promover a conceção, criação e gestão do programa "Vale do Ave Região Digital", com a constituição de uma comunidade digital. Esta agrega todos os agentes, no sentido do desenvolvimento sustentado dos eixos sociais, económicos e culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos do conjunto dos Municípios do Vale do Ave.
- **Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A. (ADRAVE)** - Criada a 15 de setembro de 1998, como uma plataforma de cooperação, entre os setores público e privado, para o desenvolvimento do espaço regional, a Agência intervém nos domínios do desenvolvimento económico, da inovação e modernização organizacional, da valorização e requalificação do património, da promoção da cultura, da organização do turismo e da qualificação dos recursos humanos.
- **Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte (IDARN)** - É uma associação privada, de utilidade pública, que agrega as principais organizações representativas do tecido empresarial do setor agroindustrial do Norte do País, assim como um conjunto de pessoas e instituições com responsabilidades nos domínios da investigação e desenvolvimento e da formação técnica do setor. Tem como propósito promover a inovação tecnológica e a valorização do conhecimento, necessários ao desenvolvimento agrário e rural da Região Norte.
- **Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal (CITEVE)** - É uma organização privada sem fins lucrativos, constituída em 1989, sediada em Vila Nova de Famalicão. Posiciona-se entre as instituições de ensino superior e as empresas do setor têxtil e do vestuário (maioritariamente PME's), disponibilizando às mesmas, um portfólio de serviços que inclui ensaios laboratoriais, certificação de produtos, consultoria técnica e tecnológica, I&D, formação, moda e *design*.
- **Fundação Bienal de Arte de Cerveira** - Tem como fundadores um conjunto de instituições e pessoas individuais de prestígio e experiência em setores de cariz tão diversificado como o ensino superior, a administração autárquica, artistas, instituições financeiras e empresas. A fundação tem como missão "Promover a arte contemporânea no plano nacional e internacional, através da programação anual multidisciplinar, da organização das bienais de arte, da gestão e conservação do espólio da Fundação, da criação do Museu da Bienal de Cerveira e do apoio ao empreendedorismo criativo".
- **Fundação Portugal África** - Constituída em 1995, a fundação tem como objetivo a realização de ações de caráter cultural e educacional, a desenvolver entre Portugal e África, designadamente junto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre estes países.



22.3 Fatores para determinação dos interesses ou acordos e outras entidades

O Grupo Público UMinho elaborou e apresentou as suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo incluído no perímetro de consolidação as entidades identificadas na tabela infra:

Tabela 78 – Perímetro de consolidação

Entidade	Natureza do interesse	% de participação	Tipo de controlo
CVR	Entidade Controlada	56,48%	Entidade controlada - % de participação > 50%
TecMinho	Entidade Controlada	56,30%	Entidade controlada - % de participação > 50%
APSI	Entidade Controlada	80,00%	Entidade controlada - % de participação > 50%
B'ACIS	Entidade Controlada	90,00%	Entidade controlada - % de participação > 50%
ACMP5	Entidade Controlada	90,00%	Entidade controlada - % de participação > 50%
SASUM	Entidade Controlada	-	Controlo (100%)
CCG	Associada	35,96%	Influência significativa - % de participação entre 20% e 50%
PIEP	Associada	31,65%	Influência significativa - % de participação entre 20% e 50%
2CA-Braga	Associada	40,00%	Influência significativa - % de participação entre 20% e 50%
CeNTI	Associada	19,05%	Tem influência significativa ainda que detenha menos de 20% de diretos de voto
IDEGUI	Associada	6,25%	Tem influência significativa detendo mais de 20% de diretos de voto
BLCS	Associada	-	Acordo conjunto (50%)
IC	Associada	-	Acordo conjunto (50%)
CS	Associada	33,33%	Influência significativa - % de participação entre 20% e 50%

Apesar de a UMinho não deter uma participação de capital nos SASUM, os mesmos foram incluídos no perímetro de consolidação como entidade controlada, uma vez que a UMinho obtém o seu controlo devido à presença de membros da Universidade nos seus órgãos de gestão, nomeadamente o Reitor. Pelo referido, conclui-se que a UMinho controla em 100% os SASUM, uma vez que possui o direito de orientar as suas políticas financeiras e operacionais.

Em 2019, a UMinho manteve a sua participação de 19,05% no CeNTI, o qual foi incluído na consolidação de contas pelo MEP, uma vez que se considera haver influência significativa, justificada, quer pela representação que a UMinho detém no órgão de direção, quer pela participação da UMinho em processos de decisão de políticas.

Em 2019, a BLCS e o IC, foram incluídos no perímetro de consolidação como entidades associadas, tal como no ano de 2018, devido a existir controlo partilhado com outras entidades, nomeadamente o Município de Braga, no caso da BLCS e a *Hanban*, no caso do IC.

Apesar de a UMinho deter uma participação de 25,45% na IDITE Minho, esta participada não foi incluída no perímetro de consolidação, uma vez que foi constituída uma perda por imparidade, correspondente à totalidade do valor da participação, em virtude deste Instituto se encontrar com um plano especial de revitalização.

22.4 Qualificação como entidade de investimento

Nos termos do §9 da NCP 22, a UMinho não é uma entidade de investimento, uma vez que não tem como objetivo:

- Obter fundos de um ou mais investidores com a finalidade de proporcionar a esses investidores serviços de gestão de investimentos;
- Assegurar aos seus investidores que o seu objeto social é investir fundos exclusivamente para obter mais-valias, rendimento do investimento, ou ambos; e
- Mensurar e avaliar o desempenho de praticamente todos os seus investimentos com base no justo valor.

**22.6. Interesses em entidades controladas**

a) Composição do Grupo Público

Em consonância com o divulgado na nota 22.3, o Grupo Público UMinho tem as seguintes entidades controladas:

- CVR;
- TecMinho;
- APSI;
- B'ACIS;
- ACMP5; e
- SASUM.

b) Interesse que as entidades que não controlam detêm nas atividades e nos fluxos de caixa do Grupo Público UMinho.

A tabela seguinte evidencia os interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho, nas suas entidades controladas.

Tabela 79 – Interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho

Entidade Controlada	Interesses não controlados	
	Entidade	% Não Controlada
CVR	TecMinho	5,21
	Ferespe - Fundação Ferro e Aço, Lda.	2,66
	Funfrap - Fundação Portuguesa, SA	0,06
	Continental Mabor – Indústria de Pneus, SA.	0,06
	Quimitécnica Ambiente, SA	0,59
	CIN - Corporação Industrial do Norte, SA.	0,30
	Resen - Resíduos Industriais, SA.	0,59
	Cerâmica Salvadorinho	0,06
	Mabera Acabamentos Têxteis, SA.	0,12
	Kupper & Schmidt, Lda.	0,30
	Portucel Viana, SA.	0,59
	Fusag - Fundação e Serralharia, SA.	0,06
	Alumínios Navarra	0,06
	Fucoli - Somepal Fundação de Ferro, SA.	0,30
	Metalsa - Ref. Portug. Alumínio, SA	0,59
	FDO-S.G.P.S., SA	0,59
	Infineon Technologies, SA	0,59
	Cruz, Giovani & Lima, Lda.	0,06
	Semural - Soc. Emp. Urbanos, Lda.	0,06
	Polo Produtos Ópticos, SA	0,59
	Ricarsil-Ribeiro C. & Silva, Lda.	0,06
	Industrias Pachancho, S.G.P.S., SA	0,06
	Aguas do Douro e Paiva, SA	0,06
	Granitos Urbanos, SA	0,12
	Nogueira & Monteiro, Lda.	0,06
	Fabricas Jerónimo Pereira & Filhos, SA	0,59
	GRE-Exportação de Granito, SA	0,06
	Fundilusa-Fund. Portuguesas, Lda.	0,24
	C. F. Duarte & C ^a , Lda.	0,06
	Fundação de Mounquim, Lda.	0,24
	Alumínios Ibérica, Lda.	1,18
	Comp. de Cartões do Cávado, SA	0,06
	ISQ - Instituto da Soldadura e Qualidade	0,59
	Resulima, SA	0,12
	Associação Portuguesa Fundação	0,06
	AIM – Associação Industrial do Minho	0,59
	Intrabol-Ind.Trans Borrachas, Lda.	0,06
	Greentrading-Com. Internacional	0,06
	GRIN, SA	0,24
	Braval, SA	0,12
Maquiceram, SA	0,12	
Godilac, Lda.	0,06	
Ambipombal, Lda.	0,30	



Entidade Controlada	Interesses não controlados	
	Entidade	% Não Controlada
	Recauchutagem Nortenha, SA	0,30
	Fapricela - Ind.de Trefilaria, Lda.	0,06
	REFER-Rede Ferroviária Nacional EP	0,59
	Manuel Marques Herdeiros, SA	0,06
	Câmara Municipal de Guimarães	4,38
	Nogueira & Martins, Lda.	3,55
	CJR - Cândido José Rodrigues, Lda.	0,06
	CCG-Centro de Computação Gráfica	0,59
	ENDUTEX - Revestimentos Têxteis, SA	2,25
	CUPRUM-Comércio de Metais, Lda.	0,24
	Sardalla Espanola, SA	1,78
	PIZARRO-Energias Renováveis, SA	0,12
	DST-Domingos da Silva Teixeira, SA	0,59
	Construções Gabriel A. S. Couto, SA	0,06
	Sensu, Lda.	1,18
	Vimasol - Energias Renováveis, Lda.	0,59
	Superinertes de Lopes & Filhos, Lda.	0,41
	Casais - Eng ^a e Construção, SA	0,59
	J.P. Sousa - Estamparia Têxtil, Lda.	0,06
	Delta - Soc. Técnica Eletricidade	1,18
	Guimaweb-Serviços de Internet, Lda.	0,06
	José Augusto Marques Unipessoal, Lda.	0,47
	SORGAL-Soc.de Óleos e Rações, SA	0,59
	AVICASAL-Sociedade Avícola, SA	0,59
	ZX Consultores, SA	0,41
	Metalvalor-Gestão Valor T. Tipo Res	0,18
	Tempo Magnético, Unipessoal, Lda.	0,06
	W2V, SA	1,78
	Supermatéria Biocombustíveis e Rec	0,36
	Representações Júlia Rocha, Lda.	0,47
	Tequimaq - Máq. Ind. Quím Corticeira, Lda.	0,41
	Criolab - Equip. Criogénico e de Lab.	0,06
	M.J. Amaral - Equipamentos Industriais	0,18
	Carmona, SA	0,12
	Euro Separadora-Gestão Resíduos, Lda.	0,12
	MJD-Metais Jaime Dias, SA	0,30
	MYSOFT-Business Software Solutions	0,12
	Lena Ambiente –Gestão de Resíduos, SA	0,06
TecMinho	AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave	6,24
	IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	6,24
	Freitas & Fernandes, Lda.	6,24
	Companhia de Seguros Bonança	6,24
	Têxteis A. M. Sousa Lusaustri, Lda.	6,24
	Têxteis Somelos, Lda.	6,24
	ACIG – Associação Comercial e Industrial de Guimarães	6,24
APSI	Câmara Municipal de Braga	10
	Câmara Municipal de Guimarães	10
B'ACIS	Alumi Medicina - Núcleo de Antigos Estud. de Med. UM	10
ACMP5	Alumi Medicina - Núcleo de Antigos Estud. de Med. UM	10

22.7 Data de relato da entidade controlada diferente da data das demonstrações consolidadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades controladas pertencentes ao Grupo Público UMinho têm o mesmo período de relato, ou seja, (de 01/01/2019 a 31/12/2019).

22.8 Interesse detido por entidades que não controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo

Nos termos do preceituado na NCP 1 no Grupo Público UMinho, os interesses não controlados em cada entidade controlada do Grupo Público UMinho, são detidos por outras entidades, as quais não exercem influência significativa nas mesmas.

Ou seja, tal como demonstrado na nota 22.4, os interesses não controlados pelo Grupo Público UMinho são detidos por outras entidades, mas sem que exista influência significativa.



Nos termos do exigido na alínea g) da presente nota, divulga-se de seguida um resumo da informação financeira das entidades controladas do Grupo Público UMinho.

Tabela 80 – Resumo da posição financeira das entidades controladas

Rubricas do Balanço	Unidade Monetária: Euro					
	CVR	TECMINHO	APSI	B'ACIS	ACMP5	SASUM
ATIVO						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	835 151,88	384 658,95	9 191,84	1 289,35	7 791,88	16 705 123,48
Ativos intangíveis	73 768,71	3 333,33	0,00	0,00	0,00	20 567,26
Investimentos financeiros	0,00	0,00	234,78	0,00	152,68	0,00
Outros ativos financeiros	6 457,81	73 034,99	0,00	0,00	0,00	6 376,20
Ativos por impostos diferidos	0,00	1 959,32	0,00	0,00	0,00	0,00
	915 378,40	462 986,59	9 426,62	1 289,35	7 944,56	16 732 066,94
Ativo Corrente						
Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239 403,75
Clientes, contribuintes e utentes	198 968,07	858 465,72	22 305,48	15 682,50	54,85	191 787,33
Estado e outros entes públicos	3 035,60	2 793,31	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	1 233 956,66	0,00	0,00	1 010,71	2 300,00	487 311,52
Diferimentos	3 871,99	7 874,84	117,67	0,00	0,00	33 391,76
Caixa e depósitos	331 743,80	87 605,17	58 714,41	48 010,90	6 288,95	1 788 316,67
	1 771 576,12	2 200 527,17	81 1737,56	64 704,11	8 643,80	2 740 211,03
	2 686 954,52	2 663 513,76	90 564,18	65 993,46	16 588,36	19 472 277,97
PATRIMÓNIO LÍQUIDO						
Património/Capital	845 500,00	39 951,92	25 000,00	50.000,00	50.000,00	2 301 872,93
Reservas	300 049,56	928 821,48	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-163 358,08	- 83 813,29	16 848,40	0,00	0,00	5 281 990,82
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98 569,09
Outras variações no património líquido	382 899,94	0,00	0,00	0,00	0,00	10 794 783,25
Resultado líquido do período	39 369,86	- 78 320,45	10 917,69	9 846,18	-36 637,92	198 275,99
	1 404 461,28	806 639,66	52 766,09	59 846,18	13 362,08	18 675 492,08
PASSIVO						
Passivo não corrente						
Financiamentos obtidos	0,00	1 843,65	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	137 433,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo corrente						
Fornecedores	81 828,43	519 561,30	3 738,81	125,00	77,32	45 649,43
Estado e outros entes públicos	45 719,85	118 541,06	18 421,95	5 923,25	2 057,21	40 673,03
Financiamentos obtidos	0,00	6 545,98	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,22
Outras contas a pagar	84 338,14	388 838,45	15 637,33	99,03	1 091,75	688 807,36
Diferimentos	933 173,66	821 543,66	18 421,95	0,00	0,00	21 638,85
	1 145 060,08	1 855 030,45	37 798,09	6 147,28	3 226,28	796 785,89
Total do Passivo	1 282 493,24	1 856 874,10	37 798,09	6 147,28	3 226,28	796 785,89
Total do Património Líquido e Passivo	2 686 954,52	2 663 513,76	90 564,18	65 993,46	16 588,36	19 472 277,97

Tabela 81 – Resumo do desempenho financeiro das entidades controladas

RENDIMENTOS E GASTOS	Unidade Monetária: Euro					
	CVR	TECMINHO	APSI	B'ACIS	ACMP5	SASUM
Vendas	33,44	57,59	0,00	0,00	0,00	1 972 118,39
Prestações de serviços	533 046,74	2 558 088,81	120 773,16	17 750,00	0,00	4 047 823,16
Transf. correntes e subsídios correntes obtidos	385 540,46	1 096 271,14	18 938,75	1 000,00	0,00	3 201 995,17
Custo das merc. Vend. e das mat. consumidas	-8 792,91	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 105 741,92
Fornecimentos e serviços externos	-420 423,43	-2 178 015,29	-87 542,11	-4 041,00	-13 587,62	-1 878 949,11
Gastos com pessoal	-415 139,08	-982 460,96	-32 624,16	-99,03	-20 584,30	-4 225 423,21
Transferências e subsídios concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-405 046,87
Prestações Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 842,90
Imp. de dívidas a receber (perdas/reversões)	-270,60	-11 387,89	0,00	0,00	0,00	-4 564,37
Outros rendimentos e ganhos	38 864,20	125 907,24	87,07	0,00	0,00	488 272,61
Outros gastos e perdas	-5 570,53	-524 973,71	-1 032,74	-1 404,72	-57,86	-151 678,80
Result. antes de dep. e gastos de financ.	107 288,29	83 486,93	18 599,97	13 205,25	-34 229,78	928 972,15
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-62 993,92	-151 817,48	-4 780,11	-368,32	-2 408,14	-730 589,24
R. Operac. (antes de gastos de financ)	44 294,37	-68 330,55	13 819,86	12 836,93	-36 637,92	198 382,91
Juros e rendimentos similares obtidos		26,46	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-4 924,51	-531,12	0,00	0,00	0,00	-106,92
Resultado antes de impostos	39 369,86	-68 835,21	13 819,86	12 836,93	-36 637,92	198 275,99
Imposto sobre o rendimento	0,00	-9 485,24	-2 902,17	-2 990,75	0,00	0,00
Resultado líquido do período	39 369,86	-78 320,45	10 917,69	9 846,18	-36 637,92	198 275,99

22.10 Interesse detido por entidades que não controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo

Sem informação disponível.



22.11 Perda de controlo sobre uma entidade controlada durante o período de relato

Durante o período de relato não existiu perda de controlo em nenhuma das entidades controladas do Grupo Público UMinho.

22.18 Natureza, extensão e efeitos financeiros dos interesses de uma entidade em acordos conjuntos e associadas

Em 31/12/2019, a UMinho tinha interesse nas associadas identificadas na Tabela 82.

Tabela 82 – Entidades associadas

Associada	Natureza do relacionamento	Domicílio	Forma jurídica da associada	País	Proporção de interesses de propriedade	Proporção de direitos de voto detidos
CCG	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	35,96%	35,96%
PIEP	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	31,65%	31,65%
2CA-Braga	Associada	Braga	Associação	Portugal	40,00%	40,00%
CeNTI	Associada	Vila Nova de Famalicão	Associação	Portugal	19,05%	19,05%
IDEGUI	Associada	Guimarães	Associação	Portugal	34,09%	34,09%
BLCS	Associada	Braga	Serviço e Fundo Autónomo	Portugal	-	50,00%
IC	Associada	Braga	Serviço e Fundo Autónomo	Portugal	-	50,00%
CS	Associada	Guimarães	Serviço e Fundo Autónomo	Portugal	-	33,33%

As entidades associadas foram incluídas nas contas consolidadas do Grupo Público UMinho, através da aplicação do MEP, tendo em consideração a informação financeira apresentada na tabela seguinte:

Tabela 83 – Resumo da informação financeira das associadas

Associada	% Participação	Valor de Aquisição	Custo de Aquisição Considerado	Património Líquido (2019)	Unidade Monetária: Euro	
					Resultado Líquido do Período (2019)	Valor da participação ao MEP (2019)
CCG	35,96%	682 356,79	509 309,16	7 017 866,01	69 610,74	2 523 624,62 €
PIEP	31,65%	580 000,00	258 336,48	1 650 221,00	21 331,00	522 294,95 €
2CA-Braga	40,00%	35 000,00	71 988,05	564 701,26	304 868,56	225 880,50 €
CeNTI	19,05%	100 000,00	189 531,03	5 241 377,62	272 732,51	998 482,44 €
IDEGUI	6,25%	1 000,00	1 000,00	-32 794,31	-65 638,15	0,00 €
BLCS	50,00%	0,00	0,00	90 925,17	30 642,14	45 462,59 €
IC	50,00%	0,00	0,00	128 260,15	14 294,70	64 130,08 €
CS	33,3%	0,00	0,00	71 577,49	9 723,46	23 856,78 €

Na Tabela 83, o custo de aquisição considerado reflete o valor da participação após a UMinho ter optado, aquando da elaboração das demonstrações financeiras separadas, à data de 31/12/2018, por mensurar ao custo (§10 da NCP 21) as suas participadas, uma vez que nas demonstrações financeiras anteriores as mesmas foram mensuradas de acordo com o MEP.

22.19 Outras divulgações relativas a associadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades associadas pertencentes ao Grupo Público UMinho têm o mesmo período de relato (de 01/01/2019 a 31/12/2019).

Na continuidade do verificado em 2018, e como anteriormente referido, as contas consolidadas do Grupo Público UMinho em 2019, não refletem as variações patrimoniais da associada IDITE Minho, uma vez que já foi constituída uma perda por imparidade, referente à totalidade da participação detida pela entidade-mãe.

22.21 Interesses de propriedade não-quantificáveis

A 31/12/2019 a UMinho tinha interesses de propriedade não-quantificáveis em entidades nas quais não tem influência significativa, conforme se observa na Tabela 84.



Tabela 84 – Percentagem de interesse em outras entidades

Entidade	Natureza dos seus interesses de propriedade (em %)
ADRAVE	0,44
AEDOAVE	2,00
AFTEBI	6,35
APCTP	2,94
AVEPARK	10,61
Fundação Bienal de Arte de Cerveira	0,08
IDARN	0,35
POOL NET	0,98
SPINPARK	14,29
VARD 2015	0,57
CITEVE	0,17
Fundação Portugal África	0,04
Oficina Inovação - BIC Minho	1,00
Fundação CEER	3,57
INTEGRALAR - Portugal Foods	1,06
OPEN	0,98
TICE.PT	1,12
ISPG	3,34
Associação Laboratório da Paisagem	8,33
Associação DTX	8,20
Colab4Food	5,08
BIOREF	5,00
TECMEAT	9,09
ProChild Colab	7,69

Os investimentos financeiros detidos nas entidades e identificados na tabela anterior, foram incluídos nas contas consolidadas ao custo de aquisição.

Outras Divulgações

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público UMinho foram preparadas com base nas características qualitativas, postuladas no ponto 5 da Estrutura Concetual presente no Anexo I do DL n.º 192/2015, de 11 de setembro, em consonância com as contas separadas da UMinho, assim como das suas entidades controladas, devido à semelhança entre a estrutura conceptual do SNC-AP e do SNC.

As depreciações e as amortizações do Grupo Público UMinho foram calculadas segundo o método das quotas constantes, sendo respeitadas as taxas previstas no CC2 e no CIBE (para os bens adquiridos até 31/12/2017, com exceção dos edifícios e outras construções) para o caso da UMinho e dos SASUM. Para as restantes entidades incluídas na consolidação, através do método integral, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão mensurados no balanço ao custo de aquisição, sendo as respetivas depreciações e amortizações calculadas, de acordo com o período de vida útil estimado pelo Órgão de Gestão de cada entidade, os quais não diferem significativamente dos períodos utilizados pelo Grupo Público UMinho e pelos SASUM, para as mesmas classes de bens, pelo que não foi necessário efetuar qualquer ajustamento de harmonização prévio à consolidação relativamente a este ponto.

Decorrente do facto de no período de relato as entidades do setor público incluídas no perímetro de consolidação adotarem o SNC-AP, e as entidades do setor privado adotarem os normativos SNC/SNC-ESNL, dispensou qualquer necessidade de se proceder a alguns ajustamentos prévios à consolidação nas suas participadas.

De referir que, quando existem indícios de que os investimentos financeiros não são recuperáveis, a UMinho procede ao reconhecimento da respetiva perda por imparidade, ficando estas entidades excluídas da consolidação, como é disso exemplo o caso da IDITE Minho, AVEPARK, SPINPARK e VARD 2015, uma vez que a sua quantia escriturada era nula.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não foi derogada qualquer norma de consolidação, constante do SNC-AP.

No período de relato em análise, não existem restrições quanto à comparabilidade, entre períodos, das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas.

Rendimentos/Gastos imputados de entidades associadas

Esta rubrica evidenciada na demonstração dos resultados consolidados refere-se às variações no património líquido/capital próprio verificado nas entidades associadas, pela aplicação do MEP, sendo a sua desagregação a seguinte:

- Rendimentos: 231 395,50€ (CCG, PIEP, 2CA-Braga, CeNTI, BLCS, IC e CS);
- Gastos: 2 052,74€ (IDEGUI).



23. Outras divulgações

A) Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica agrega custos de natureza diversa relacionados com a aquisição de bens e prestação de serviços do Grupo Público UMinho, nomeadamente, energia, comunicações, trabalhos especializados e combustíveis. Em 2019 verificou-se uma diminuição de 3 504 488,95 € em comparação com 2018. Esta rubrica apresenta o valor de 30 208 807,82 € em 2019 e 26 704 318,87 € em 2018.

B) Diferimentos

A conta de rendimentos a reconhecer expressa na rubrica de diferimentos no passivo, evidenciou uma diminuição no montante de 5 989 473,68 €, justificada essencialmente pelo aumento dos valores a reconhecer, relativos à imputação de subsídios à investigação. De referir que esta conta foi sujeita a uma reexpressão, na ordem de -1 410 313,36 €.

Tabela 85 – Diferimentos, em euros

Diferimentos	2019	2018
Ativo	400 082,52	396 270,81
Passivo	114 224 486,03	120 213 959,71
Total	114 624 568,55	120 610 230,52

C) Transferências e Subsídios Concedidos

As transferências e subsídios correntes concedidos pelo Grupo Público UMinho diminuíram 2 498 220,46 €, apresentando o montante de 15 611 004,19 € em 2019 e 18 109 224,65€ em 2018.

D) Prestações Sociais

As prestações sociais do Grupo Público UMinho correspondem em 2019 ao montante de 9 842,90 €, sendo que no período homólogo totalizaram 10 135,84 €.

E) Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportado, respeita essencialmente a encargos de depósitos à ordem suportados pelo Grupo Público UMinho, tendo registado em 2019 o valor de 8 496,44 € e uma diminuição significativa no montante de 143 670,44 € face ao ano de 2018 (152 166,88 €).

F) Imposto sobre o rendimento

A rubrica do imposto sobre rendimento apresenta em 2019 o montante de 15 378,16 €. Em 2018, este valor havia sido de 11 998,39 €, sendo este montante, conforme exposto a seguir, decorrente da integração das entidades controladas:

- TecMinho: 9 485,24 €;
- APSI: 2 902,17 €;
- B'ACIS: 2 990,75 €.

G) Contabilidade de Gestão

Conforme disposto na NCP 27, a contabilidade de gestão é um sistema obrigatório e constitui um importante instrumento de gestão para análise e controlo dos gastos, dos rendimentos e dos resultados das atividades/centros, conforme Tabela 86.



Tabela 86 – Resultados do Grupo Público por atividade/centro

Atividades/Centros	Rendimentos (€)		Gastos (€)		Resultado Atividade/Centro
	Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos	
Estrutura UMinho	7 225 436,74	81 093 655,32	83 424 528,47	9 600 558,37	-4 705 994,78
Projetos ID	42 980 033,35	0,00	42 072 216,25	0,00	907 817,10
Outros Projetos	11 870 323,63	0,00	8 743 332,30	0,00	3 126 991,33
Alimentar	5 829 328,99	0,00	5 779 378,73	0,00	49 950,26
Apoio Social	2 453 053,97	0,00	2 316 513,90	0,00	136 540,07
Desportivo e Cultural	1 004 779,94	0,00	1 349 866,21	0,00	-345 086,27
Outras Participadas	4 110 729,11	0,00	3 929 149,06	0,00	181 580,05
Rendimentos Gerais	0,00	2 400 784,18	0,00	0,00	2 400 784,18
Gastos não incorporados	0,00	0,00	0,00	624 200,49	-624 200,49
Resultado Antes de Imposto	75 473 685,73	83 494 439,50	147 614 984,92	10 224 758,86	1 128 381,45
Imposto sobre o rendimento					-15 378,16
Resultado líquido do período atribuível a:					
Detentores do capital da entidade-mãe					1 134 221,44
Interesses que não controlam					-21 218,15
				Total	1 113 003,29

H) Fiscal Único

Na tabela infra encontram-se elencados, o Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas de cada entidade do Grupo Público UMinho, nomeadamente:

Tabela 87 - Fiscal único

Entidades	Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas
Controladas	
TecMinho	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
CVR	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
APSI	Não tem auditor externo.
B'ACIS	António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC Lda.
ACMP5	António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC Lda.
SASUM	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.
Associadas	
CCG	Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC Lda.
PIEP	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
2CA-Braga	G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.
CeNTI	Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
IDEGUI	Não tem auditor externo.
IC	Não tem auditor externo.
BLCS	Não tem auditor externo.
CS	Não tem auditor externo.

I) Honorários Fiscal Único

O Fiscal Único da UMinho é atualmente a entidade Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, representado por Mário da Cunha Guimarães, conforme Despacho n.º 6399/2019, de 16 de julho. Os honorários faturados durante o período de 2019, referem-se exclusivamente a serviços de revisão legal de contas, com vista à emissão da Certificação Legal de Contas e ascenderam a 10 527,25 € (IVA incluído).

Contudo, importa salientar, que até ao dia 24 de junho de 2019, o Fiscal Único da UMinho era a entidade António Fernandes, Marta Martins & Associados, SROC, Lda., representada por António Manuel Pinheiro Fernandes, tendo auferido o montante de 9 059,84 € (IVA incluído).



IV – DOCUMENTOS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO



9. Relatório e Parecer do Fiscal Único

*Cmg*

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ex.^{mas(mos)} Sr.^{as}(Srs.) membros do Conselho Geral da Universidade do Minho:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar o relatório e parecer sobre o Relatório de Atividades Consolidado e as Contas Consolidadas do **GRUPO PÚBLICO UNIVERSIDADE DO MINHO** (o Grupo Público) apresentados pelo Conselho de Gestão da Universidade do Minho (entidade consolidante), referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019.
2. Durante o período acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Universidade do Minho e das suas principais participadas, verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação de suporte de acordo com o normativo contabilístico aplicável e vigiámos pela observância da lei e dos estatutos.
3. No âmbito da consolidação de contas do Grupo Público:
 - 3.1. Examinámos o processo de consolidação de contas, tendo verificado que os procedimentos de consolidação e o perímetro de consolidação definidos pelo Conselho de Gestão da Universidade do Minho estão em conformidade com o disposto no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
 - 3.2. Relativamente às entidades integradas no perímetro de consolidação, apreciamos os respetivos documentos de prestação de contas do período de 2019 e verificámos a sua conformidade com as disposições legais e estatutárias; e
 - 3.3. Verificámos que as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações orçamentais consolidadas apresentadas, estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com o SNC-AP.
4. Na sequência do exercício da revisão legal de contas do Grupo Público, emitimos a Certificação Legal das Contas Consolidadas em 10 de julho de 2020, com opinião modificada (com uma reserva), com uma ênfase, com um parágrafo referente a outras matérias e uma exceção quanto a divulgações no âmbito da contabilidade de gestão constante do capítulo "Sobre o Relatório de Atividades Consolidado", cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido, remetendo-se para a sua leitura. No entanto, entendemos apresentar o seguinte resumo:
 - 4.1. A reserva por limitação de âmbito no trabalho respeita aos ativos fixos tangíveis do balanço consolidado, em virtude de, no que concerne aos bens reconhecidos nas rubricas de equipamento básico, de equipamento administrativo e de outros ativos fixos tangíveis, adquiridos após o ano de 2010, os mesmos não se encontram devidamente identificados no inventário de bens, ascendendo a sua quantia escriturada, em 31 de dezembro de 2019, a cerca de 5.637.000 euros. Nesta conformidade, não foi emitida opinião sobre a existência, a plenitude e a valorização da rubrica ativos fixos tangíveis do balanço consolidado com referência àquela data;

JOAQUIM GOMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GOMARÃES, SROC

Registo na CROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20191459
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.035 euros
Membro de ABC & Associados - SROC, ACE
geral@jmmroc.pt

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, 6.º 404, 4.º 190, E320000 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

www.jmmroc.pt

Av. 31 de Junho, n.º 31, 11L
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 758



- 4.2. A ênfase respeita à impossibilidade de quantificar os eventuais efeitos negativos da COVID-19 na atividade e no desempenho financeiro consolidado do Grupo Público. Não obstante, é convicção do Conselho de Gestão da Universidade do Minho que esses efeitos, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas atividades, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2019; e
- 4.3. No que concerne ao relatório de atividades consolidado, o mesmo foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto às divulgações apresentadas relativas ao sistema de contabilidade de gestão, as quais não foram suficientes para dar cumprimento ao exigido na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 – Contabilidade de Gestão, do SNC-AP.
5. Face ao exposto, o Fiscal Único é de parecer que o Conselho Geral Aprove o Relatório de Atividades Consolidado e as Contas Consolidadas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019, tal como foram apresentados pelo Conselho de Gestão da Universidade do Minho.
6. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Gestão e aos colaboradores da Universidade do Minho com quem contactámos, pela valiosa colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 10 de julho de 2020.

O FISCAL ÚNICO,

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros
Membro de ABC & Associados - SROC, ACE
geral@jmmroc.pt

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

www.jmmroc.pt

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-062 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759



10. Certificação Legal das Contas Consolidadas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo Público Universidade do Minho (o Grupo Público), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 290.447.286,94 euros e um total de património líquido de 149.449.456,60 euros, incluindo um resultado líquido do período de 1.134.221,44 euros), a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no primeiro parágrafo da secção “Bases para a Opinião com Reservas” abaixo, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo Público Universidade do Minho em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Apesar de iniciado o processo de inventariação dos bens da Universidade do Minho (Entidade-Mãe) em anos anteriores, no que concerne aos bens reconhecidos nas rubricas de equipamento básico, de equipamento administrativo e de outros ativos fixos tangíveis, adquiridos após o ano de 2010, os mesmos não se encontram devidamente identificados no inventário de bens. A quantia escriturada desses ativos no balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 ascende a cerca de 5.637.000 euros. Nesta conformidade, não estamos em condições de emitir, nem emitimos, uma opinião sobre a existência, a plenitude e a valorização da rubrica ativos fixos tangíveis do balanço consolidado com referência a 31 de dezembro de 2019.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASE

De acordo com o referido na nota 17 “Acontecimentos após a data de relato” do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, alertamos para o impacto social e económico resultante da COVID-19 a nível mundial e, em particular, em Portugal, cujos eventuais efeitos negativos sobre a atividade e o desempenho financeiro consolidado do Grupo Público não são, à presente data, possíveis quantificar. Não obstante, é convicção do órgão de gestão que esses efeitos, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas atividades, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2019.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

OUTRAS MATÉRIAS

As demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações orçamentais consolidadas do Grupo Público relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião modificada (com reservas) e com ênfases.

JOAQUIM GUILMARÊS, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUILMARÊS, SROC

Registo na GROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20191459
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros
Membro de ABC & Associados - SROC, ACE
geral@jmm.sroc.pt

Escritórios

Polo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

www.jmm.sroc.pt

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, RC
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 981 F(+351) 253 213 759



RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro consolidado e os fluxos de caixa consolidados do Grupo Público de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de atividades consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo Público de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devida a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devida a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devida a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo Público;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Público para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Público descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC

Registo na CRDC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros
Membro do ABC & Associados SROC, ACE
geral@jmmSROC.pt

Escritório

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 920 F(+351) 253 203 921

www.jmmSROC.pt

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas da Entidade que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo Público. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do SNC-AP.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do SNC-AP.

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES CONSOLIDADO

Em nossa opinião, o relatório de atividades consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto às divulgações apresentadas relativas ao sistema de contabilidade de gestão, as quais não são suficientes para dar cumprimento ao exigido na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, do SNC-AP.

Braga, 10 de julho de 2020.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771.